

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GABRIEL PEREIRA NASCIMENTO

**DEMOCRACIA A DURAS PENAS: UMA EXPERIÊNCIA DE USO DE PERIÓDICOS
NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO
(1968-1974)**

ALFENAS/MG

2024

GABRIEL PEREIRA NASCIMENTO

**DEMOCRACIA A DURAS PENAS: UMA EXPERIÊNCIA DE USO DE PERIÓDICOS
NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO
(1968-1974)**

Dissertação (em formato de Objeto de Aprendizagem) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Alfenas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Hornos Steffens

ALFENAS/MG

2024

Gabriel Pereira Nascimento

DEMOCRACIA A DURAS PENAS: UMA EXPERIÊNCIA DE USO DE PERIÓDICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO (1968-1974)

O Presidente da Banca Examinadora abaixo indicada assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovado em: 18 de março de 2024.

Prof. Dr. Marcelo Hornos Steffens

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Raphael Nunes Nicoletti Sebrian

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Isabel Siqueira Travancas

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-RJ)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Hornos Steffens, Professor do Magistério Superior**, em 20/03/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1194877** e o código CRC **768346FF**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Nascimento, Gabriel Pereira.

Democracia a duras penas : uma experiência de uso de periódicos no ensino de História a partir do jornal Portugal Democrático (1968-1974) / Gabriel Pereira Nascimento. - Alfenas, MG, 2024.

125 f. : il. -

Orientador(a): Marcelo Hornos Steffens.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024.

Bibliografia.

1. Portugal Democrático. 2. Democracia. 3. Objeto de Aprendizagem. 4. Jornal. 5. Ensino de História. I. Steffens, Marcelo Hornos , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

*Para meu avô, Olavo, que me ensinou a ter coragem para encarar a vida
e a minha avó, Clarice, que me mostrou o amor para curar as feridas.*

AGRADECIMENTOS

Em uma pesquisa realizada em meio à pandemia, o isolamento necessário, foi se acentuando e por isso, o contato com colegas, professores e com a própria UNIFAL-MG foi reduzido, já que a distância física impediu que muitas aproximações pudessem ser feitas e a perda das conversas diárias em classe ou nos corredores certamente fizeram falta nessa jornada. Dito isso, devo muito dessa pesquisa a essas pessoas que não estiveram presentes fisicamente, mas ainda assim estão gravados em diversas etapas desse trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o meu amigo pessoal e colega de graduação e mestrado, Alexandre Mesquita, que é um dos responsáveis por me incentivar a enviar o projeto de pesquisa para o programa e desde quando nos conhecemos na mesma turma da graduação em História na UNIFAL-MG até formamos juntos. Também o agradeço por sempre me instigar a pensar em outros termos e me mostrar autores que mudariam o meu modo de ver o mundo e de me formar enquanto intelectual e que certamente influenciou neste trabalho.

Nessa trajetória, devo também um agradecimento especial ao corpo docente do PPGHI, em especial ao meu orientador, professor Dr. Marcelo Hornos Steffens, por acreditar no meu projeto e me dar a liberdade e a confiança para que eu alterasse em diversas frentes a pesquisa, sem deixar de apontar possíveis equívocos, melhorias e outras recomendações para enriquecer meu trabalho.

Agradeço a professora Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai e o professor Dr. Mário Danieli Neto que estiveram presentes na minha formação desde a época da graduação e também contribuíram muito para o projeto, a partir das aulas no mestrado, onde sempre estavam pacientes a ouvirem minhas questões e me incentivando a continuar quando precisei.

Agradeço, aos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa. A professora Dra. Isabel Travancas por responder minhas mensagens eletrônicas e por me ceder o acesso ao acervo de entrevistas que certamente ampliou o meu entendimento sobre a trajetória do jornal e de seus colaboradores. Ao professor Dr. Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, pela paciência de ouvir minhas questões muitas vezes óbvias e apontar os equívocos evidentes, além da ampla sugestão de bibliografia e do incentivo de uma reorganização da pesquisa que certamente contribuiu para a pesquisa ter tomado esses rumos.

Aos amigos de Alfenas, muitos. Em especial, ao Andrew, por dividir a casa comigo e sempre estar presente em todas as vezes que voltei nesse meio tempo.

Aos demais colegas do mestrado, alguns novos e outros com quem já conhecia desde os tempos da graduação.

Agradeço aos funcionários da Secretária do Programa de Pós-graduação em História Ibérica por responder todas as inúmeras dúvidas enviadas por mensagem eletrônica desde 2021.

Aos meus familiares e amigos com quem me reaproximei e a cidade de minha infância. Ainda que tenha me faltado sempre uma companhia para se discutir alguma questão teórica, sempre estive próximo de pessoas que me mostravam um outro mundo, pequeno, simples, mas quase sempre nosso.

Deixo por último, um agradecimento a dois pilares de minha formação. À minha avó, Clarice, sempre lá quando precisei e quantas vezes ofereceu a melhor gargalhada e o abraço maior, e meu avô, Olavo, que sempre demonstrou um fascínio com as letras sem nunca aprender a decifrá-las, carregou comigo o mesmo brilho pelos traços desconhecidos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes.

(Gramsci, 2020)

RESUMO

Portugal Democrático foi um periódico que circulou entre 1956 a 1975 no Brasil produzido por exilados portugueses que resistiam contra a estrutura do Estado Novo português. Apesar da diversidade ideológica e de funções, o periódico buscou produzir em seus textos uma resistência de dois modos, denunciando internacionalmente as práticas repressivas de António de Oliveira Salazar (1933 a 1968) e Marcelo Caetano (1968 a 1974) e fortalecendo as insurreições populares em Portugal. O tema democracia esteve presente em muitos dos debates produzidos no jornal e, portanto, esse estudo se concentrará nas reflexões que o jornal produziu sobre democracia nos anos de 1968 a 1974. A partir da análise de editoriais do jornal e uma bibliografia a respeito do tema foi desenvolvido o **HISTOAR**, um objeto de aprendizagem que visa levar para a sala de aula as fontes históricas do **Portugal Democrático** em um trabalho que resulta em um jornal colaborativo entre o professor e os estudantes. Repositório das fontes históricas e acervos, sequência didática, conteúdos próprios, dentre outras propostas estão presentes no **HISTOAR**, que tem o intuito principal de promover a análise de fontes históricas e o desenvolvimento de uma reflexão sobre democracia e que também seja em si mesmo democrática.

Palavras-chave: **Portugal Democrático**; Democracia; Objeto de Aprendizagem; jornal; Ensino de História.

RESUMEN

Portugal Democrático fue un periódico que circuló entre 1956 y 1975 en Brasil, producido por exiliados portugueses que resistieron a la estructura del Estado Novo portugués. A pesar de la diversidad ideológica y funcional, el periódico buscó producir resistencia en sus textos de dos maneras: denunciando internacionalmente las prácticas represivas de António de Oliveira Salazar (1933 a 1968) y Marcelo Caetano (1968 a 1974) y fortaleciendo las insurrecciones populares en Portugal. El tema de la democracia estuvo presente en muchos de los debates producidos en el periódico y, por ello, este estudio se centrará en las reflexiones que el periódico produjo sobre la democracia en los años de de 1968 a 1974. A partir del análisis de los editoriales del periódico y de una bibliografía sobre el tema de la democracia, fue construido el **HISTOAR**, un objeto de aprendizaje que tiene como objetivo acercar las fuentes históricas del **Portugal Democrático** al aula en un trabajo que da como resultado un periódico colaborativo entre profesor y alumnos. Repositorio de fuentes y colecciones históricas, secuencia didáctica, contenidos propios, entre otras propuestas están presentes en **HISTOAR**, que tiene como principal intención promover el análisis de las fuentes históricas y el desarrollo de una reflexión sobre la democracia que también sea democrática en sí misma.

Palabras claves: **Portugal Democrático**; Democracia; Objeto de aprendizaje; periódico; Enseñanza de Historia.

ABSTRACT

Portugal Democrático was a periodical that circulated between 1956 and 1975 in Brazil, produced by Portuguese exiles who resisted to the structure known as portuguese Estado Novo. Despite the ideological and functional diversity, the periodical sought to produce resistance in its texts in the field of discourse in two ways, internationally denouncing the abusive practices of António de Oliveira Salazar (1933 to 1968), mainly at the end of the regime under Marcelo Caetano's government. (1968 to 1974) and strengthening the democratic recovery in Portugal. Based on the analysis of the newspaper's editorials and a bibliography on the topic of democracy, **HISTOAR** was developed, a learning object that aims to bring the historical sources of **Portugal Democrático** to the classroom in an work that results in a collaborative newspaper between the teacher and students. Repository of historical sources and collections, didactic sequence, own content, among other proposals are present in **HISTOAR**, which has the main intention of promoting the analysis of historical sources and the development of a reflection on democracy that is also democratic in itself.

Keywords: **Portugal Democrático**; Democracy; Learning Object;; newspaper; History Teacher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - primeira página, Portugal Democrático , n. 1, 07 de julho de 1956.....	124
Figura 2 - Página de Apresentação do HISTOAR	30
Figura 3 - Seção “Estudantes”.....	31
Figura 4 - Materiais de Apoio.....	32
Figura 5 - Vídeos que relacionam os editoriais e seus usos.....	33
Figura 6 - Proposta do HISTOAR	34
Figura 7 - Glossário do HISTOAR	35
Figura 8 - Edições completas do Portugal Democrático	36
Figura 9 - Vídeos que relacionam os editoriais e seus usos.....	37
Figura 10 - Professores.....	37
Figura 11 - Quadro de desenvolvimento da proposta.....	38
Figura 12 - Atividades.....	38
Figura 13 - Fontes selecionadas para o uso em sala de aula.....	39
Figura 14 - Democracia e processo eleitoral.....	39
Figura 15 - Estratégias para a retomada democrática.....	40
Figura 16 - Desmascaramento de Caetano.....	41
Figura 17 - Monte seu jornal online.....	42
Figura 18 - Baixe o arquivo de texto do HISTOAR	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVOS GERAIS.....	13
1.1.1	Objetivo Geral.....	13
1.1.2	Objetivos Específicos.....	15
2	DESENVOLVIMENTO.....	18
2.1	HISTOAR E O DESENVOLVIMENTO DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICO.....	18
2.1.1	Apresentação da proposta.....	18
2.1.2	Descrição detalhada do HISTOAR.....	28
2.2	REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DEMOCRACIA NO JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO.....	44
2.2.1	Breve exposição das disputas em torno do conceito de Democracia.....	44
2.2.2	O exílio de intelectuais portugueses e a composição do Portugal Democrático diante de disputas políticas em Portugal e no Brasil.....	50
2.2.3	O debate sobre democracia apresentado pelo Portugal Democrático por meio de uma plataforma unitária.....	60
2.3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E APLICABILIDADE DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM DIGITAL EM SALA DE AULA.....	95
2.3.1	Educação e Democracia.....	95
2.3.2	O ensino de História e a crítica à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)..	99
2.3.3	O uso de fontes do Portugal Democrático na aula de História.....	105
2.3.4	A utilização dos Objetos de Aprendizagem no ensino de História.....	107
2.3.5	Coerência da proposta apresentada e o nível de escolarização.....	110
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	120
	ANEXOS.....	125

1 INTRODUÇÃO

Há um conceito que sofreu diversas mudanças de usos e significados ao longo da história, mas que principalmente a partir da segunda metade do século XX, passou a cada vez mais a fundamentar a própria política contemporânea, o conceito de democracia. Diversos grupos sociais e políticos distintos se autointitulam como defensores da democracia, o que é indicativo de alguns fenômenos quanto ao conceito. Primeiro, pode-se inferir sobre a força desse conceito, na medida em que reúne orientações políticas e experiências tão distintas dentro de um universo relativamente unitário. No entanto, apesar do apelo que democracia assume na sociedade de hoje, há diferenças importantes entre indivíduos ou grupos que se dizem partidários da democracia, o que nos leva a uma segunda questão, que se define nos termos: o que é democracia?

Nesse sentido, cada resposta a essa pergunta carrega consigo uma marca indissociável de seu interlocutor que se refere a suas orientações políticas, no sentido de política, que incorpora o entendimento de como a sociedade deve ser organizada, papel das instituições, filiações partidárias, além de outros aspectos estão fundamentados nessa definição. Entretanto, não se defende aqui uma relativização irrestrita do conceito, mas se entende que o dissenso sobre os conceitos é uma das formas de expressão democrática e que admite diversas formas de abordagem.

Atualmente, democracia não necessariamente rivaliza com outras formas de governo, como democracia x ditadura, por exemplo, mas essas disputas estão presentes nas diferentes experiências democráticas, o que torna importante uma adjetivação que dê conta da especificidade e do tipo de uso ao qual esse conceito se refere. Por exemplo, pode-se defender dois tipos de democracia, como a democracia liberal e a democracia popular nos moldes comunistas, produzindo-se a partir de referenciais antagônicos.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

1.1.1 Objetivo Geral

Neste trabalho, o conceito de democracia é entendido não apenas como uma forma de governo, mas como a própria expressão social e política do indivíduo na construção de si e do todo social à sua volta na busca pela implementação da igualdade, considerado o “único universal político” (Bôas Filho, 2013, p. 661-662). Sendo assim, a democracia nesse panorama assume a condição de modo de organização das estruturas do Estado e da sociedade em si, em que se reconhecem as desigualdades existentes e se propõe a solucionar essas questões a partir de uma perspectiva que valoriza as instituições de representação, mas que também admita soluções que transcendam esse modelo representativo, sem deixar, contudo, de ser democrático.

Da mesma forma que o Estado, uma de suas instituições, a escola, também incorporou o debate sobre democracia, no sentido de produzir um ambiente mais plural e colaborativo entre os diferentes grupos que a compõem. Nesse sentido, buscou-se produzir um Objeto de Aprendizagem, que tanto pudesse permitir a reflexão sobre o conceito de democracia em sala de aula, a partir do seu modo de configuração política, propiciando aos alunos o conhecimento acumulado nessa pesquisa sobre esse conceito, quanto pudesse configurar um ambiente mais interativo e plural, na medida em que propunha uma horizontalização das atividades e a produção de uma plataforma de organização e publicação dessas reflexões produzidas pelos estudantes através de um ambiente que pudesse promover a unidade através do dissenso.

A relação da unidade na garantia do funcionamento de um aparato de Estado democrático é parte fundamental da manutenção desse próprio modelo e dos direitos conquistados nessa configuração, em constante ameaça de políticas autoritárias. No entanto, entende-se a democracia como um governo orientado ao dissenso, na medida que as disputas garantem o reconhecimento das reivindicações dos diferentes grupos que compõe o todo social. No presente Objeto de Aprendizagem essas questões estão relacionadas e organizadas em três partes que são indissociáveis e se orientam a partir de um modelo organizativo que apresenta primeiro o Objeto de Aprendizagem a partir de uma ferramenta digital que trabalha as fontes históricas e prevê a criação de um jornal com os alunos para expressarem suas reflexões sobre o conceito de democracia, afim de que o primeiro contato com a pesquisa seja seu produto final. A partir daí segue-se as reflexões teóricas sobre o conceito e a experiência das fontes históricas e, por fim, discute-se algumas questões referentes ao currículo formal e a relevância do OA no ensino de História.

O **HISTOAR** (História, Interação e Sociabilidade em Tecnologias para Objeto de Aprendizagem Reutilizável) é um Objeto de Aprendizagem digital que foi produzido no formato de repositório de atividades didáticas, informações e fontes históricas e com o intuito

de promover uma aproximação entre o ensino de História e o uso de fontes históricas dentro da sala de aula. O OA foi organizado a partir das fontes oriundas do **Portugal Democrático**, um periódico de resistência formado por uma rede diversa de exilados de oposição ao regime salazarista e, posteriormente, marcelista.

Portugal Democrático durante sua circulação, abarcou grande diversidade ideológica e de funções dentro do seu núcleo, que iam desde monarquistas a membros do Partido Comunista Português (PCP), de militares a operários, mas com o objetivo de produzir um discurso intelectual de resistência as políticas implementadas pelo Estado Novo. Em seu número de estreia, o primeiro editorial salientava que o jornal estava ao serviço única e exclusivamente, da verdade, da democracia e da independência nacional. Diante disso, diversos editoriais do periódico foram analisados e compõem o conjunto de fontes selecionados para fundamentar o **HISTOAR**. Esse OA se fundamenta em grande parte a partir da análise dos textos, do estudo da composição do jornal e da discussão do do contexto político e social que foi publicado.

1.1.2 Objetivos Específicos

A partir das fontes e do interesse em trabalha-las na educação básica, o **HISTOAR** se propõe uma forma do professor levar fontes históricas para a sala de aula e promover a produção de textos com os alunos, incluindo os três pontos-chave desse OA: História, Interação e Sociabilidade. Como já explicitado, inclusive na denominação do jornal, um tema muito recorrente nos editoriais e artigos de opinião do periódico trata-se da discussão sobre democracia. Sendo assim, as páginas selecionadas e agrupadas por temas, interligam-se através desse conceito pretende-se trazer para a sala de aula, a necessidade de entender o papel de cada um enquanto indivíduo e parte do todo social, bem como sobre a importância e os limites da democracia já que se vive em um país democrático.

À primeira vista, os objetivos apresentados podem parecer utópicos e pouco possíveis, considerando a realidade da educação brasileira em todos os seus aspectos. No entanto, conforme será discutido mais adiante, não é esperado, nem que o professor apresente todas as formas e discussões a respeito do tema, nem que os alunos e alunas do ensino médio desenvolvam uma reflexão original e inovadora sobre o conceito de democracia. Isso se relaciona com a distinção entre os objetivos da pesquisa científica tal como praticada nas universidades e os do ensino na educação básica.

A discussão do documento/monumento e a mudança do foco da abordagem a respeito das fontes históricas, a partir do movimento dos *Annales*¹, transformam o foco do historiador para o de entender o contexto de produção e as intenções que rondam o processo de conservação e destruição de um determinado documento (Pereira; Seffner, 2008, p. 119). Desse modo, acredita-se que o **HISTOAR** possa auxiliar professores a lerem sobre discursos produzidos ao longo da história, como no caso dos editoriais do **Portugal Democrático**, e a partir disso conseguirem refletir e entender o passado através das representações que foram produzidas sobre esse passado.

Na base desses objetivos, está o pressuposto de que a escola forma cidadãos, não historiadores. Forma sujeitos capazes de historicizar a própria vida e de, como consequência, promover rupturas e pôr em suas mãos os destinos da sua cidade, da comunidade, da região. O acúmulo de conceitos históricos serve para tornar os estudantes sujeitos capazes de produzir opiniões e de considerar soluções políticas para os problemas do seu tempo (Pereira; Seffner, 2008, p. 120).

Após refletirem sobre as fontes históricas, em uma atividade que envolve leitura, debate e produção textual, abre-se um segundo ponto fundamental desse Objeto de Aprendizagem: estimular os estudantes da educação básica a produzirem suas próprias reflexões acerca de conceitos históricos, nesse caso mais especificamente o conceito de democracia. Entende-se que há pouco espaço para produção dissertativa no ensino de História, o que torna as avaliações uma repetição de perguntas com respostas corretas. Nesse sentido, um dos objetivos do **HISTOAR** é facilitar a criação de um espaço onde os alunos produzam textos sobre temas e conceitos históricos e tenham contato com a produção de seus colegas em um jornal colaborativo. Todas as etapas desde a apresentação do tema à criação de um jornal online estão presentes na ferramenta construída em página *html* através de um software livre, o *Exelearning*.

Na primeira parte do trabalho intitulada “Reflexões sobre o conceito de democracia no **Portugal Democrático**” apresenta-se a pesquisa teórica-analítica que fundamenta o OA. Há primeiro uma preocupação de apresentar uma breve revisão bibliográfica de alguns autores sobre o conceito de democracia e do entendimento desse trabalho que relaciona esse conceito com o ideal político de igualdade. A partir daí, direciona-se para um debate de exposição das fontes históricas analisadas e o panorama histórico em que se produziu aquelas fontes. Para isso, são recuperadas partes da história de Portugal que estão conectadas à formação do **Portugal Democrático** como a Revolução de 1910, período em que Portugal passa por diversas

¹ A chamada “Escola dos Annales” foi um movimento historiográfico surgido a partir da publicação da *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social) que produziu diversas renovações, dentre estas, a chamada “revolução documental” que aumentou o número de vestígios humanos que poderiam ser analisados como fontes históricas (Burke, 1990).

crises até que a partir dos anos de 1930, António de Oliveira Salazar, cria o Estado Novo, um governo de tipo fascista e autoritário em Portugal. Em 1968, Marcelo Caetano assumiria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Nesse momento, o jornal que já apresentava questões como a unidade da resistência democrática, vai se direcionar no papel de crítica às figuras que sustentavam essa estrutura autoritária que persistia, enquanto discute o papel da democracia, em meio a um grupo diverso que acompanha e faz um balanço das expectativas de seus colaboradores e das tensões que ali produziu até a Revolução dos Cravos.

A segunda parte do estudo, “Fundamentação teórica e aplicabilidade de um Objeto de Aprendizagem digital em sala de aula” orienta-se para uma reflexão sobre o papel da democracia na educação e sua relação como componente da educação brasileira. Num primeiro momento, há uma síntese sobre a relação da democracia no contexto escolar, em que se propõe refletir se os métodos e propostas presentes nas escolas são democráticos, no sentido de serem plurais e se discute se há uma democratização dos conhecimentos científicos acumulados. Posteriormente há um debate crítico sobre o ensino de História inserido nos currículos formais, em especial a partir da BNCC, discutindo-se a pequena participação da comunidade escolar em sua elaboração. Por fim, há a exposição de um quadro de desenvolvimento da proposta, em que são apresentadas as fundamentações específicas de utilização da ferramenta e da sua inserção na sala de aula a partir de uma sequência didática.

A terceira parte, “*HISTOAR e o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem democrático*” apresenta-se o Objeto de Aprendizagem, suas funções e conteúdos, bem como a organização dos mesmos e indicações de uso. O **HISTOAR** foi desenvolvido em página web e pode ser acessado no repositório da UNIFAL-MG preferencialmente através de um computador, quando poderá ser baixado o arquivo para seu acesso *offline*. Diante da impossibilidade de transpor o produto aqui, o mesmo será apresentado a partir capturas de tela e comentários referentes a cada uma de suas partes.

Para acessar o arquivo que contém o Objeto de Aprendizagem em formato de página web, é necessário acessar a página da “Biblioteca digital de teses e dissertações da UNIFAL/MG a partir do link: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/> e inserir o título dessa dissertação e depois fazer o download dos arquivos. Há também um link no Google Drive com a pasta que contém a ferramenta a partir do link: <<https://encurtador.com.br/wxAYZ>> que lhe direcionará para a página, que deverá ser baixada para uso offline. Após o acesso a pasta, deve-se procurar o arquivo em formato de página web denominado “HISTOAR” e clicar para acessar todo o conteúdo da ferramenta.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTOAR E O DESENVOLVIMENTO DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICO

O **HISTOAR** (História, Interação e Sociabilidade em Tecnologias para Objeto de Aprendizagem Reutilizável) trata-se de um Objeto Digital de Aprendizagem em formato de página web com informações e propostas de atividades destinado a alunos e professores de História da educação básica. Essa página web, a partir da análise de um jornal formado por intelectuais portugueses exilados no Brasil durante a segunda metade do século XX, proporá alternativas para dois problemas que se reconhece como presentes no ensino de História: a ausência de trabalhos com fontes históricas em sala de aula e a escassa produção de reflexões próprias dos alunos.

Nesse sentido, há alguns pontos que merecem ser destacados que se relacionam com questões de ordem: técnica, histórica e pedagógica. Ademais, convém ressaltar que todas as três partes que compõem esse trabalho estão integralmente conectadas, em que o **HISTOAR** assume a condição de produto final dessas reflexões. As mesmas incidem tanto sobre a discussão de fontes históricas do **Portugal Democrático**, quanto a partir de uma crítica da educação brasileira e ao lugar que esse OA pretende ocupar tendo em vista os currículos formais e o formato de organização da educação no Brasil.

2.1.1 Apresentação da proposta

Os Objetos de Aprendizagem ou Objetos Digitais de Aprendizagem podem ser definidos por qualquer recurso digital que seja destinado ao auxílio da aprendizagem. No entanto, talvez essa explicação não garanta um efetivo entendimento de aspectos mais específicos do OA em geral, e nesse caso, do **HISTOAR**.

A principal diferença entre um OA ou ODA, aqui entendido como sinônimos, de um recurso tecnológico que não se configura nesses termos, está na intenção pedagógica delimitada que o objeto pretende cumprir, ao contrário de outros recursos e conteúdos digitais que podem ser utilizados na educação, mas que não possuem um objetivo pedagógico. Nesse sentido, as

estratégias de construção e utilização dos OA devem detalhar alguns aspectos, tais como: público-alvo, infraestrutura disponível para aplicação do OA e demais aspectos pedagógicos.

No que diz respeito ao público-alvo, o **HISTOAR**, enquanto um OA que pretende contribuir no ensino de História na educação básica, tem o intuito de trabalhar o conceito de *democracia* a partir de um cronograma de atividades que culminará na publicação de um jornal online organizado por professores e estudantes.

A infraestrutura necessária para o efetivo desenrolar das atividades, pressupõe a existência de alguns recursos presentes nas escolas, sendo assim, se organiza tanto a partir de recursos didáticos convencionais, como: giz, lousa, sala de aula, leitura e escrita, mas também pretende desenvolver uma atividade que incorpore inovações tecnológicas, tais como a utilização de: computadores, internet, vídeos, imagens digitalizadas, dentre outros por entender que os recursos digitais não são incontornáveis, mas que podem contribuir para a relação ensino-aprendizagem, desde que devidamente organizadas a partir de um objetivo pedagógico.

Reconhece-se que as tecnologias digitais e o uso de computadores, celulares, tablets e outros aparelhos eletrônicos atualmente estão cada vez mais presentes em todos os diversos aspectos da vida social. Sendo assim, principalmente a partir de períodos de novas configurações físicas e estruturais que organizam a escola², cada vez mais se torna importante definir uma postura da escola frente às novas tecnologias. No entanto, a simples troca dos recursos físicos para formatos digitais, não cumprem, muitas das vezes, um objetivo pedagógico que fundamente a utilização daquele recurso e não se justifica sua utilização apenas através de seu caráter lúdico e possivelmente próximo da realidade extraescolar dos estudantes.

O **HISTOAR** é um Objeto de Aprendizagem produzido pelo *Exelearning*³ em formato de página web. Constitui-se como um repositório de informações sobre a pesquisa e sua utilidade no ensino de História, bem como uma proposta de plano pedagógico, que organiza as três partes

² A pandemia da COVID-19 impactou o ensino remoto nas escolas brasileiras e, para além de evidenciar a falta de uma infraestrutura básica da grande maioria das escolas, afetou pais, professores e estudantes nesse período.

³ O *Exelearning* é um software utilizado para desenvolvimento de atividades didáticas através de uma estrutura simplificada que permite a inserção e mesmo a criação de atividades mesmo para o usuário pouco familiarizado com a criação de sites ou com linguagem de programação. Por essas razões, constitui-se como uma ferramenta muito ampla e que permite ao usuário que este desenvolva seu Objeto de Aprendizagem ou atividade pontual em pouco tempo. O *Exelearning* foi desenvolvido pelo governo da Nova Zelândia e dirigido pela Universidade de Auckland. Posteriormente, recebeu apoio de um grupo filantrópico neozelandês chamado Core Education. Além disso, tem recebido auxílio de uma rede global de desenvolvedores que procuram melhorar a plataforma que permite essa manipulação por ser livre e de código aberto.

desse trabalho e através da participação de alunos e do professor, propõe como atividade final, a produção conjunta de um jornal dos estudantes que reflitam sobre o conceito de democracia.

A utilização da tecnologia que é base onde foi construído o **HISTOAR** foi importante pela facilidade de armazenamento e acesso de diversos arquivos fundamentais para entender e pôr em prática a proposta, que também se orienta a partir de uma atividade que desenvolva a leitura e a escrita dos estudantes e, posteriormente publique esses textos online.

Através das metodologias e processos de desenvolvimento dos OA, há outras dificuldades, por exemplo, que se referem a contextualização e recuperação do OA pelos professores. No que se refere a contextualização, a dificuldade está na inserção do OA no programa disciplinar, que pode dificultar sua reutilização pelo mesmo professor. Além disso, apesar de hoje haver diversas plataformas nesse sentido, a catalogação dos OA é um problema na medida em que muitas das vezes impede o professor de sequer tomar conhecimento daquela ferramenta (Braga; Pimentel; Dotta, 2015, p. 41).

No que diz respeito ao primeiro ponto apresentado acima, essa ferramenta, a partir de uma reflexão crítica sobre a BNCC e as elaborações do currículo formal, prevê a etapa do ensino médio como mais apropriada para ser trabalhada e a partir de uma reflexão de tópicos da história ibérica.

O **HISTOAR** é a sigla de: História, Interação e Sociabilidade em Tecnologias para Objeto de Aprendizagem Reutilizável. Apesar de à primeira vista ser uma expressão genérica, para além de comportar os fundamentos desse produto especificados nos termos que compõem a sigla, esse nome também foi pensado tendo em vista a uma possível facilitação referente a sua catalogação e acesso do mesmo nos repositórios de OA.

Há além destas citadas, outras diversas questões e problemas referentes ao desenvolvimento e efetivação dos OA nas escolas. Algumas destas serão tratadas mais adiante a partir da própria descrição do **HISTOAR**. No entanto, é importante refletir também sobre o OA no ensino de História, bem como aspectos referentes à produção no Brasil e o espaço que o **HISTOAR** pretende se inserir em relação a outros trabalhos desse tipo.

Os textos do jornal estão agrupados em seções temáticas dentro do Objeto de Aprendizagem, que contará além disso, com vídeos e textos produzidos para o projeto que visam esclarecer as possibilidades previstas, sem retirar a autonomia do educador em sala de aula. As aulas e avaliações que compõem a sequência didática apresentada a seguir, foram

organizadas nesse sentido, para que se produzisse uma reflexão em sala sobre um conceito histórico muito importante e presente na sociedade atual, inclusive nos currículos formais, que é o de democracia.

Os pontos fundamentais desse trabalho em ordem são: Apresentação da temática, análise de textos, interação em grupo e produção textual. A ideia do projeto é que o processo de avaliações pelo professor aconteça em todas as etapas descritas acima, cada qual compondo uma habilidade do ensino.

A primeira parte trata de apresentar a fonte e alguns tópicos da história de Portugal e do Brasil. Após a exposição desse panorama, a segunda parte conta com as análises de páginas selecionadas do **Portugal Democrático**. O professor poderá optar por realizar a atividade utilizando as três seções de editoriais disponíveis na plataforma.

Na terceira parte, em sala de aula o professor deve promover um debate geral com as impressões e dificuldades encontradas pelos estudantes, como a leitura de uma fonte antiga contendo palavras com grafia distintas das atuais sobre o conteúdo e possíveis afinidades ou distanciamentos com a ideia de democracia apresentada nos editoriais analisados.

A quarta e última parte diz respeito à produção textual dos textos a partir das apropriações dos estudantes sobre o conceito de democracia, em que os mesmos se colocam na função de refletirem sobre democracia através de seus textos e do projeto da construção de um jornal entre os estudantes. O objetivo dessa parte não passa pela construção de uma crítica nos moldes acadêmicos, mas antes uma produção que os leve a refletirem sobre a importância desse conceito e as experiências e limites de uma configuração, a partir do modelo liberal-capitalista. Por fim, a construção e publicação de um jornal online servirá como espelho para os alunos lidarem com outros olhares sobre os mesmos processos e encararem as disputas, desde que respeitando o espaço do outro, como saudáveis para o processo democrático.

Para essa tarefa, pensou-se no número de quatro aulas que corresponderiam às quatro partes, que serão descritas de modo mais aprofundado a seguir. A indicação de duração e propostas se apresentam como uma orientação, garantindo a autonomia do professor e levando em consideração seu tempo disponível e realidade escolar.

O professor deve primeiro acessar o Objeto de Aprendizagem e encontrar a seção intitulada “Apresentação” para entender do que se trata a pesquisa e o panorama geral das discussões. Nessa seção, está apresentado alguns aspectos da criação e desenvolvimento do

Estado Novo Português e, principalmente, da articulação do grupo formado do **Portugal Democrático**. A seção é breve e apresenta informações introdutórias sobre a pesquisa e a fonte histórica.

Para encontrar mais informações a respeito do processo e materiais para consulta, o professor será direcionado a acessar a seção intitulada “materiais de apoio”. Lá, haverá uma multiplicidade de textos (acadêmicos ou não), músicas, filmes, mapas, imagens e etc. O foco nessa parte é contribuir para que o professor entenda e situe o aluno diante da temática do Estado Novo Português e, conseqüentemente, da publicação do **Portugal Democrático**, de uma maneira sintetizada, mas que dê conta de um panorama geral dos processos de derrubada da Primeira República em 1926, O Estado Novo Português (nos governos de Salazar e Caetano), a perseguição política e o exílio e as ações de protestos populares retomadas nas notícias do **Portugal Democrático** com foco na retomada democrática.

Recomenda-se a utilização do vídeo elaborado para essa parte, denominado “**Portugal Democrático** e a resistência no exílio” onde estão apresentadas algumas informações sobre o Estado Novo Português e um pouco da trajetória dos colaboradores e do jornal criado no Brasil durante os anos de 1950. O vídeo de pouco mais de cinco minutos apresenta informações que devem ser ressaltadas em sala de aula, ainda que de modo mais sintético: O Estado Novo Português e a censura, a experiência dos exílios, a criação de um jornal de portugueses no Brasil, a formação suprapartidária e plural do periódico, a influência do PCP, a atuação que o jornal pretendia construir na resistência, dentre outros temas adjacentes.

O objetivo é que os alunos recebam uma ideia geral sobre o projeto do **Portugal Democrático**, de forma ampla e que se num primeiro momento possa parecer desafiador e confuso, devido à tantas informações e conceitos que muitos não entendem ou conhecem, a ideia é que a partir da dúvida esses temas sejam aprofundados. O objetivo nesse início é de refletir sobre alguns dos motivos e disputas que levaram os colaboradores a criarem um jornal de resistência ao Estado Novo. Nesse sentido, deve haver um momento em que se discuta tanto algumas das características do Estado Novo e da resistência democrática, quanto aspectos mais técnicos que insere a mídia impressa no cotidiano dos alunos, também como uma experiência, na ideia do jornal enquanto um conjunto de disputas, mas também de organicidade e unidade.

Orienta-se utilizar uma aula nessa etapa. O número parece irrisório para uma discussão aprofundada sobre a temática, mas acredita-se ser o necessário para o principal dessa parte, que é a apresentação aos alunos à fonte histórica. O Objeto de Aprendizagem apresenta na seção

“Materiais de apoio”, além da produção feita exclusivamente para a atividade, indicações de outros conteúdos que podem contribuir para o professor, por exemplo, direcionar as questões para um debate sobre: Democracia, exílio, resistência, Estado Novo e etc et al. Os conceitos históricos importantes para o trabalho e que produza alguma relação direta para o entendimento da atividade, poderão ser apresentados aos estudantes a partir das definições que receberão dentro de uma área específica do OA, destinado a elaboração de um glossário exclusivamente conectado à essa atividade. A ideia é que dessa forma, professores e alunos, a partir de suas respectivas dúvidas e objetivos, encontrem nessa seção a possibilidade de entenderem não só às atividades avaliativas presentes no desenrolar do plano exposto, mas se envolvam diretamente com a proposta em sua amplitude.

Recomenda-se que o jornal **Portugal Democrático** seja utilizado como ponte de ligação entre o uso do conteúdo e da fonte histórica, pois assim na segunda aula, o professor ao levar os alunos para a sala de informática para se realizar a leitura das páginas digitalizadas, crie uma intimidade maior entre o aluno e uma fonte já comentada e discutida brevemente. Nesse sentido, o aluno já conhecendo parte da história do jornal pode ter uma capacidade maior de uma leitura proveitosa das páginas a respeito da discussão sobre democracia apresentada nessas partes. Nesse momento, o aluno ao ter contato com os textos acessados e disponibilizados no OA, encontrará a partir da seção já descrita acima, um glossário de conceitos históricos para que o mesmo possa verificar alguns significados importantes, mas que isolado em uma seção específica, não confunda ou apresente informações desnecessárias ou de entrave ao processo de leitura, que é fundamental para essa atividade.

Essa discussão a respeito da democracia apesar de já ser apresentada na parte 01, nesta nova etapa, cabe ao professor mediar a leitura dos estudantes, orientando-os a procurar nos textos que serão lidos, as informações principais dos editoriais como: (assunto principal, métodos de ação, principais temas discutidos e etc), sempre respeitando a busca pelos discursos sobre democracia.

Essa atividade precisará ser feita em grupo e da utilização de computadores para a leitura das páginas digitalizadas. Caso a escola não ofereça a estrutura necessária, o professor poderá imprimir os textos em mídia física. O grupo deve ser formado em sala de aula e contar com três a cinco integrantes, com cada grupo responsável por um editorial selecionado pelo professor através da seção “Atividades” e na subseção “Primeira Parte”. É necessário que todos leiam o texto e discutam entre si e ao final da aula escrevam as questões levantadas pelo grupo a partir da leitura do editorial em duas cópias. Uma dessas cópias ficará com os alunos e outra será

entregue ao professor. Os editoriais que serão analisados se encontram organizados em seções temáticas, abrindo possibilidades para o professor direcionar os temas de acordo com os objetivos propostos, mas com o intuito, de apresentar e discutir a respeito do “O que é democracia?” a partir da fonte históricas e dos materiais disponibilizados no OA, evidentemente relacionando essas informações com eventos históricos importantes da história de Portugal e do Brasil, refletindo sobre a historicidade desse conceito e a validade do mesmo na sociedade atual.

Nessa parte poderá haver uma disponibilização de pontuação, respeitando os critérios de etapas concluídas ou desempenho analítico. É indispensável que isso seja registrado, pois será vital para o desenvolvimento da etapa seguinte. Acredita-se que não será necessário mais de que uma aula para tal empreitada.

Essa parte pretende retomar no geral as impressões dos estudantes sobre os editoriais lidos. É fundamental que todos os grupos expressem essas impressões sobre os textos e recomenda-se que o professor pontue informações importantes como, título, data de publicação, nº edição e etc. no quadro, para que se monte um panorama geral das informações discutidas. Espera-se que essa parte seja feita a partir de um debate em sala de aula, no qual os alunos tomem conhecimento dessa organização na aula anterior e que, portanto, se prepare para uma exposição para a classe.

Essa exposição por parte dos grupos, visa antes promover um compartilhamento das informações dos editoriais trabalhados pelos estudantes, do que uma prova para o professor, mas também se espera que isso contribua para que se fortaleça as impressões dos mesmos que será indispensável para a última e mais importante etapa. A importância do professor nessa etapa é fundamental para apontar alguns direcionamentos e receber um retorno dos alunos, tanto no sentido da leitura das fontes, quanto sobre dificuldades ou reflexões a respeito do entendimento da proposta.

Enfim, chega-se a etapa final do projeto. O professor ao acessar a aba atividades, encontrará uma seção chamada “segunda parte”. Ao percorrer a seção, verá as indicações da feitura dessa atividade em sala de aula.

O primeiro a se fazer é acessar a plataforma de publicação do jornal online e que, além das indicações textuais, haverá no próprio Objeto de Aprendizagem disponibilizado, um vídeo de tutorial para que o professor pouco familiarizado com as plataformas de publicação online,

tenha indicações de passo-a-passo do tipo de plataforma e também de navegação e manipulação da mesma.

Além disso, o professor em sala de aula, após as etapas de apresentação da proposta, leitura das fontes e debate em grupo, proporá a última etapa desse processo: a construção de textos por parte dos grupos sobre a democracia. Cada grupo precisa necessariamente apresentar ao menos um texto no formato de editorial. Nesse sentido, cabe ao professor reforçar algumas das especificidades desse formato de texto. Há também a possibilidade para uma atividade interdisciplinar com docentes de língua portuguesa, possibilitando que os alunos possam discutir questões gramaticais e de escrita com um especialista da área, que contribuirá muito também para o professor de História, com um apoio que dará não só uma ajuda técnica, mas um maior aporte teórico-conceitual à proposta.

Esse texto precisa necessariamente ser construído em conjunto e discutido com o grupo. Caso a reflexão do grupo propicie a construção de mais de um texto, não há maiores problemas, porque o processo de interação e discussão já foi cumprido.

Os critérios técnicos para a escrita do texto devem seguir TODOS os itens da listagem abaixo:

- a) Possuir entre 15 e 30 linhas;
- b) Possuir título;
- c) Atuar na reflexão sobre a temática da democracia.

Os critérios de redação devem seguir UM dos temas citados abaixo:

- a) Crítica ao editorial do **Portugal Democrático** lido, indicando pontos positivos e negativos, propondo novas soluções para as questões apresentadas;
- b) Discussão sobre os limites e contornos do conceito de democracia com exemplos;
- c) Discussão sobre a importância da democracia no Brasil, com exemplos locais, baseados ou não em outras notícias.

Finalizada essa parte, o professor recolhe os textos e faz uma revisão de conteúdo e ortográfica, para entender a direção dos escritos e eliminar alguns erros antes da publicação. Aqui, a participação de um docente da língua portuguesa enriqueceria o projeto.

Na última aula, munido dos textos revisados, o professor discute com a turma sobre o nome do jornal (que se relacione com a turma e com o tema trabalhado) e outras questões referentes à publicação. Recomenda-se que o professor nesse processo, encaminhe os

estudantes a pensarem nessas questões, para que nessa parte, a proposta de criação de jornal esteja bem assimilada pelos estudantes, que compreendam tanto a importância de se discutir um conceito histórico como o de democracia e seus enlaces conceituais, mas também a noção de um jornal, online ou impresso, na representação das disputas e diferenças dos mesmos, a partir de uma noção de democracia baseada em um projeto coletivo permeado por dissensos. Entendendo que isso não impede o reconhecimento de que, a publicação de um jornal, passa pela defesa de posições políticas definidas e que só tomam forma a partir de uma proposta coletiva, ainda que não se construa, na maioria das vezes, de forma pacífica e consensual.

Na sala de informática, os grupos da atividade se juntam novamente e enquanto alguns redigem o texto, outros podem buscar imagens para incorporar ao jornal que façam sentido ao conteúdo textual. As questões sobre escolha do tema, fonte, tamanho, organização dos textos na plataforma, podem ser feitos tanto a partir de um sistema de votação ou escolhido por sorteio, caso o professor entenda ser mais interessante. A questão da democracia pode ser refletida a partir dessas tarefas, mas respeitando o entendimento que o caráter eletivo é apenas uma das diversas características que compõem a definição de democracia e, aqui, terá menos impacto do que entender a democracia como uma disputa e de que a necessidade de organização e defesa de posições políticas são pontos fundamentais do entendimento da democracia, enquanto forma de governo ou expressão da coletividade.

A partir da publicação, o jornal em questão pode ser apresentado para toda comunidade escolar e familiar no intuito de que os estudantes tenham a oportunidade de terem seus textos lidos e a partir de um ponto de vista pedagógico, é possível que o objetivo da produção de um jornal, enseje outras formas de organização como o grêmio estudantil, no intuito de desenvolver e experienciar outros tipos de manifestações à respeito da democracia. É interessante que os estudantes tenham nesse momento, uma segunda oportunidade de sociabilidade com os colegas e outros alunos, onde estes possam ler os textos dos colegas e interagir com os mesmos. Acredita-se que essa parte necessite de duas aulas e a atividade ao todo não ultrapasse o número de quatro aulas.

Quadro 1 – Quadro de desenvolvimento da proposta

Etapas	Conteúdos	Objetivos específicos	Metodologia	Recursos materiais e didáticos
Aula 1	O Estado Novo e a formação do Portugal Democrático	Identificar se e o que os estudantes sabem sobre o conteúdo; Apresentar e descrever uma análise sobre a construção do Estado Novo e a construção de um modelo de Estado autocrático; Discutir alguns dos conceitos históricos: democracia, exílio, censura a partir da história da elaboração do jornal Portugal Democrático .	Apresentação de um vídeo em classe a respeito da relação entre Estado Novo e o Portugal Democrático ; Na lousa, apresentar um mapa mental contendo alguns dos conceitos citados, a partir do referencial do periódico.	Vídeo “ Portugal Democrático e a resistência no exílio” presente no OA; Equipamento multimídia, lousa.
Aula 2	Impressões sobre os textos selecionados e lidos no Portugal Democrático	Debater sobre os aspectos técnicos e teóricos a respeito do Portugal Democrático ; Identificar as dúvidas dos estudantes e estimulá-los a refletir em conjunto sobre as informações contidas nos textos.	Incentivar os alunos a começarem a desenvolverem seus textos, ao menos construindo uma aproximação da ideia que se pretende discutir a respeito de democracia pelos estudantes/grupos.	Lousa.
Aula 3	Mãos à obra: Produção textual a respeito do conceito de democracia	Exercitar a capacidade de mobilização do conhecimento teórico e de produção textual; Promover a colaboração entre os indivíduos através de uma atividade coletiva.	Identificar algumas das características gerais a respeito dos textos selecionados, enfatizando as regras das produções dos estudantes com a supervisão e mediação do professor.	Lousa, computadores, equipamento multimídia.
Aula 4	Publicação de um jornal online	Incentivar o envolvimento dos estudantes na criação de um jornal online que organize os textos produzidos em sala, bem como a organização do jornal e aspectos gráficos; Apresentar o jornal publicado para a comunidade escolar e familiar.	Seleção de textos e organização do jornal a partir de uma ferramenta de publicação online e organização dos textos do jornal em formato online;	Computadores.

Fonte: Autor (2023)

2.1.2 Descrição detalhada do HISTOAR

A base que o **HISTOAR** utiliza em formato de página web foi construído no *Exelearning* e, desse modo, não podem ser anexadas aqui de maneira adequada a uma experiência completa. Portanto, utilizou-se a metodologia de incluir capturas de tela e comentários que explicam as partes para facilitar o entendimento e não criar maiores entraves para o acesso e a usabilidade da ferramenta. Optou-se também por apresentar as capturas de tela em tamanhos de visualizações diferentes, entendendo que dessa forma, haveria maior capacidade de apresentar pontos específicos sem perder a totalidade do projeto.

A primeira página é denominada “apresentação” e cumpre a função de colocar o usuário a par das questões principais da ferramenta, como: descrição do OA, breve história do **Portugal Democrático**, tópicos da relação dos seus colaboradores com a história portuguesa e brasileira, a centralidade para o trabalho do conceito de democracia e também a proposta de atividade final da criação de um jornal com foco na produção textual dos estudantes. Como se pode visualizar abaixo, no menu inicial essa página está em destaque, sendo a primeira página ao ser acessada quando se utiliza a ferramenta. É destinada para todos os usuários.

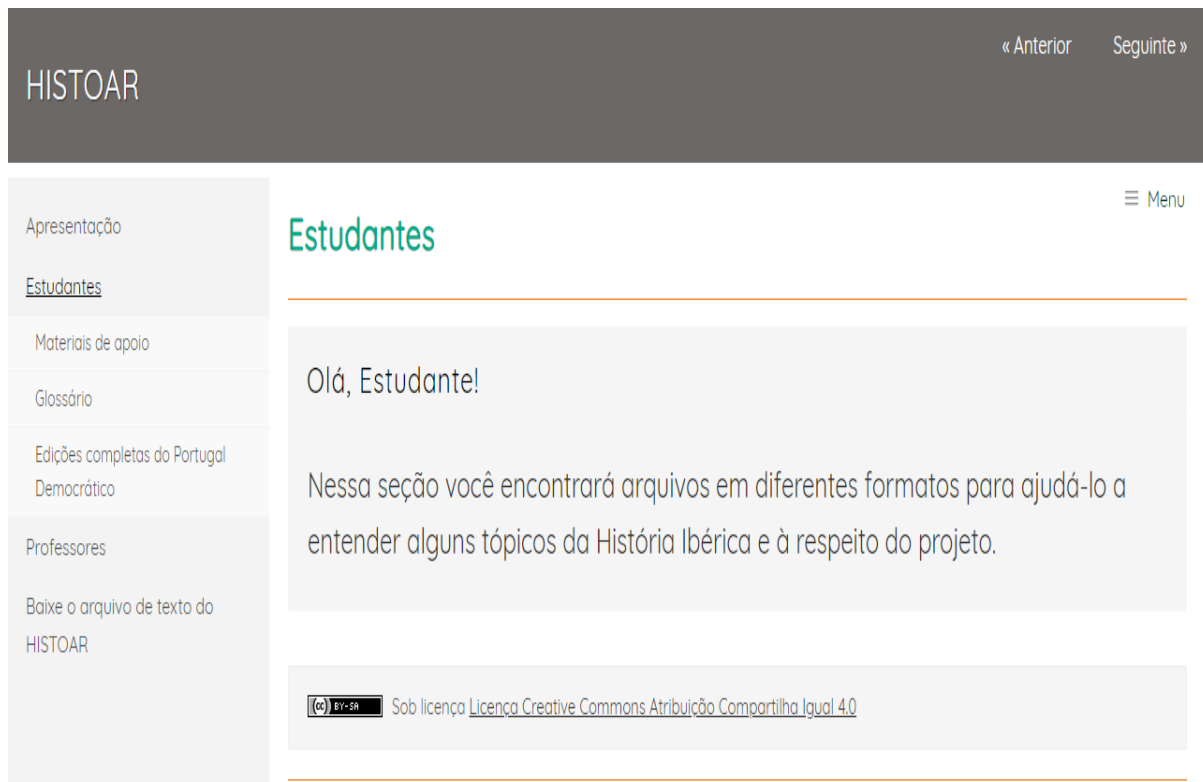
Figura 2 - Página de Apresentação do **HISTOAR**



Fonte: Autor (2023).

A próxima seção apresenta uma página com ramificações. A aba “Estudantes” apresenta outras três subseções: “Materiais de Apoio”, “Glossário” e “Edições Completas do **Portugal Democrático**” e é destinada aos estudantes, ainda que prevê a utilização de seus recursos por professores, e versam sobre aspectos referentes aos textos e a respeito do projeto no todo.

Figura 3 - Seção “Estudantes”



Fonte: Autor (2023).

A primeira dessas subseções é denominada “Materiais de Apoio” e reúne alguns arquivos que contribuem com indicações de arquivos externos e a disponibilização de vídeos feitos exclusivamente para o **HISTOAR**, mas publicados através da plataforma de vídeos *Youtube* e anexados à página⁴. Como há conteúdos com objetivos diversos, a análise será dividida em três momentos. Abaixo, em “Links Importantes” estão alguns links externos com algumas indicações de seleções de recursos de mídia que podem ser utilizados por professores e alunos para tomarem conhecimento de alguns tópicos da história de Portugal. “**Portugal Democrático e a resistência no exílio**” é um vídeo feito para o **HISTOAR**, que complementa a história do periódico e de seus colaboradores introduzidas na “Apresentação”.

⁴ O endereço do canal no *Youtube* é: < <https://www.youtube.com/@histoar7918>>.

Figura 4 - Materiais de Apoio

☰ Menu

Materiais de apoio

Links Importantes ⊖

Filmes e documentários: <https://espalhafactos.com/2014/04/25/8-filmes-que-nao-teriam-existido-sem-o-25-de-abril/>

Canções: www.e-konomista.pt/musicas-intervencao-25-de-abril/

Imagens: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7705

Portugal Democrático e a resistência no exílio ⊖

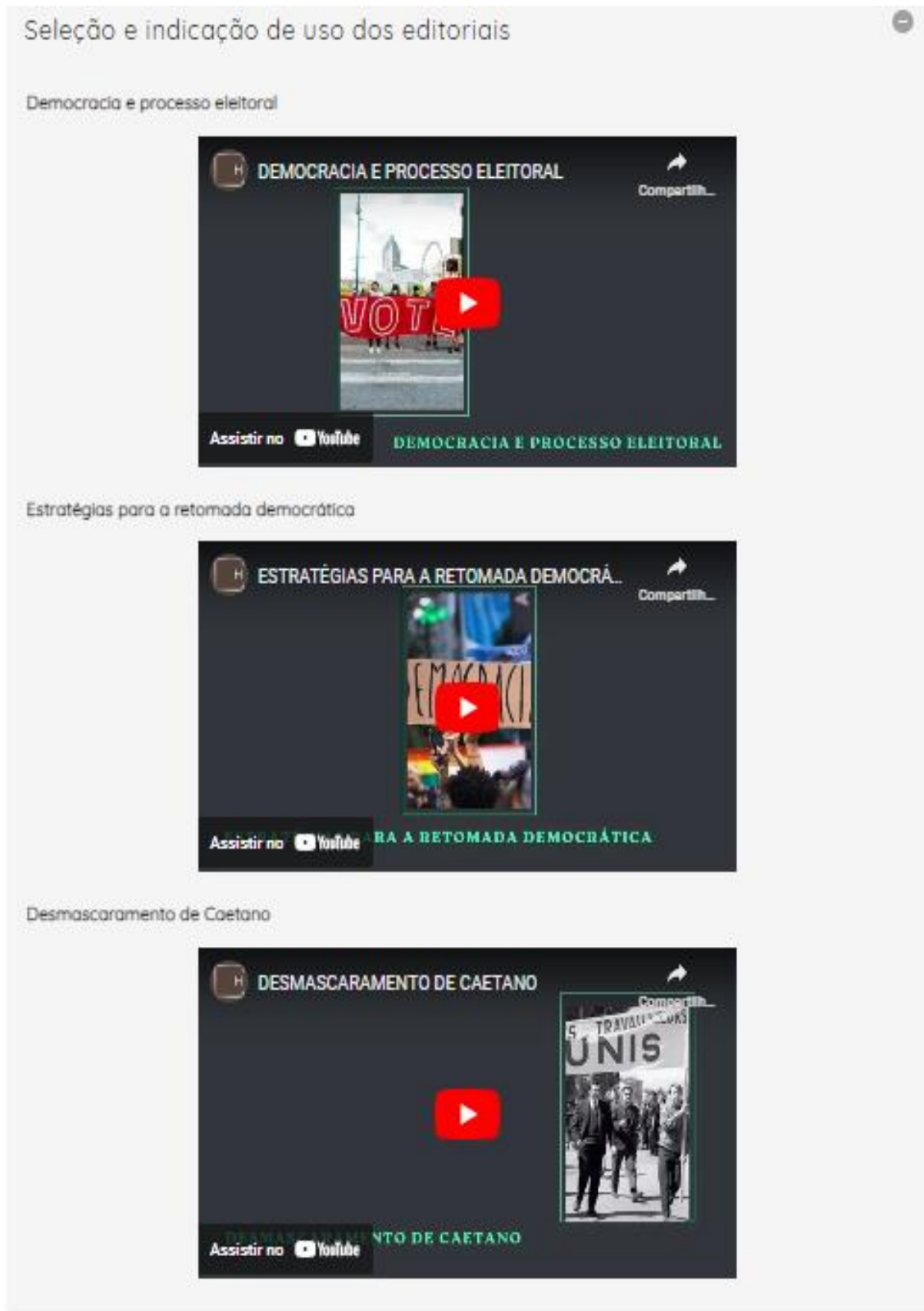


Assistir no  YouTube

Fonte: Autor (2023).

Na captura de tela abaixo, há três vídeos também construídos exclusivamente para o presente OA e versam sobre cada um dos três grupos de editoriais selecionados, indicando possíveis relações e uma aproximação sobre alguns aspectos da democracia e da resistência democrática. Essa seção também guarda relação direta com a aba de “Atividades” conforme se verá quando for apresentada.

Figura 5 - Vídeos que relacionam os editoriais e seus usos



Fonte: Autor (2023).

O vídeo abaixo, tem o mesmo objetivo que os anteriores e apresenta o projeto de análise de fontes históricas e de construção do Objeto de Aprendizagem até alcançar a sua forma final.

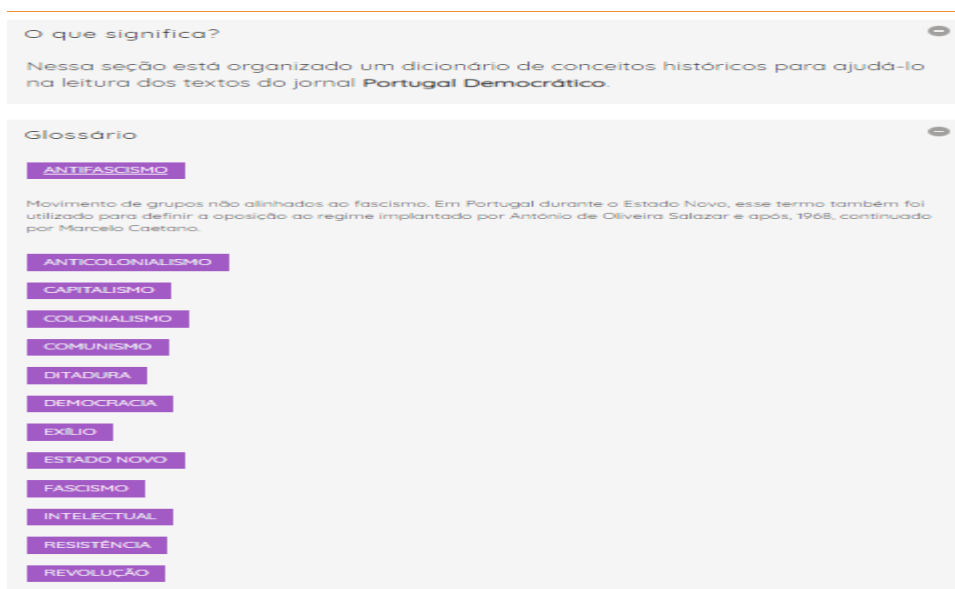
Figura 6 - Proposta do **HISTOAR**



Fonte: Autor (2023).

A seção abaixo denominada “Glossário” apresenta uma lista de verbetes e definições curtas de conceitos históricos que são fundamentais para o trabalho e/ou que aparecem nos textos analisados para os estudantes. Para aumentar a acessibilidade do OA, essa aba foi organizada para indicar definições pontuais e que se relacionem com o projeto, para facilitar principalmente a leitura dos editoriais selecionados.

Figura 7 - Glossário do **HISTOAR**



Fonte: Autor (2023).

A próxima e última subseção da aba “Estudantes” disponibiliza diversas edições completas do periódico que podem ser úteis ao trabalho, como no exemplo mostrado abaixo, o

da primeira edição de julho de 1956. O objetivo dessa disponibilização é permitir que os usuários consigam tomar contato com outras partes do periódico para além dos editoriais analisados.

Figura 8 - Edições completas do **Portugal Democrático**

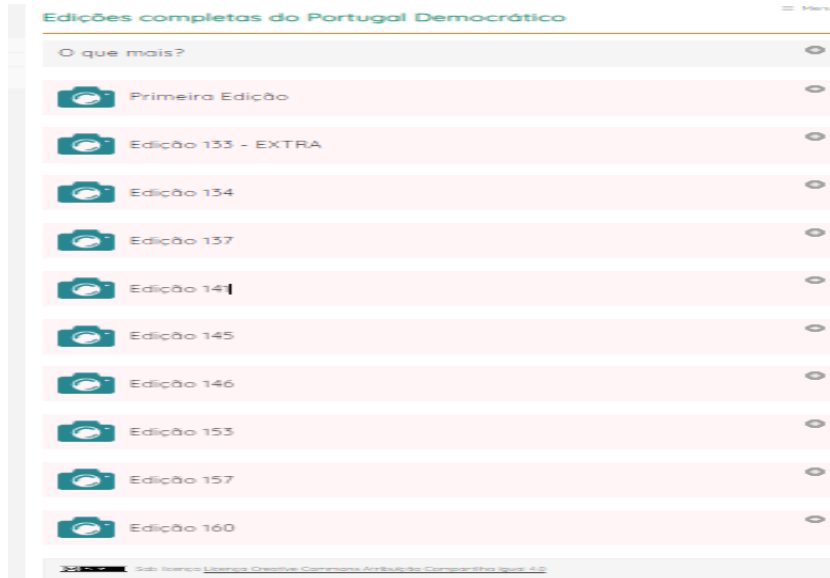


Fonte: Autor (2023).

A captura de tela seguinte, permite uma visão geral da seção comentada acima. Ao todo foram disponibilizadas dez edições completas do **Portugal Democrático**. Aí estão organizadas desde as edições no todo que incluem os editoriais analisados, edições com texto referenciados

nos editoriais e algumas edições consideradas relevantes para a história do jornal ou momento analisado.

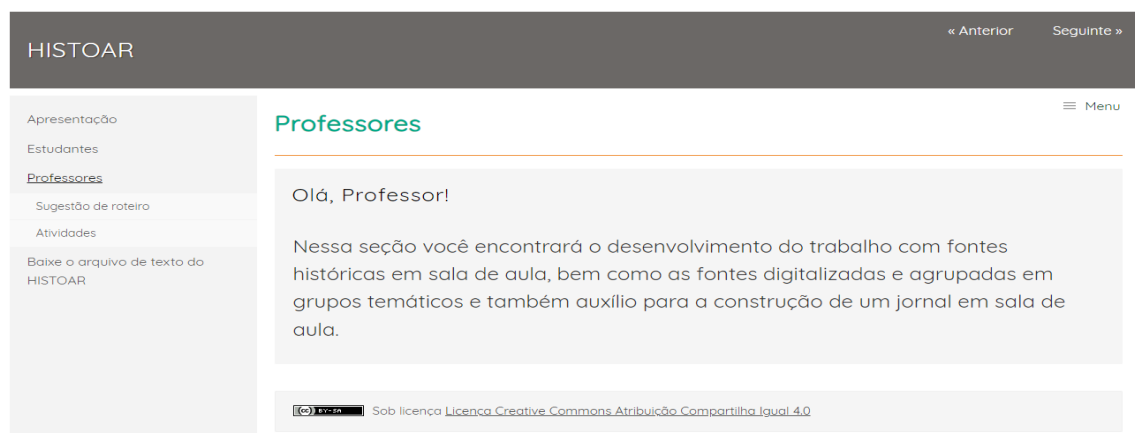
Figura 9 - Vídeos que relacionam os editoriais e seus usos



Fonte: Autor (2023).

A aba “Professores” é destinada aos educadores e apresenta um texto indicativo de seus objetivos, conforme pode ser visto na figura abaixo. Há duas ramificações nessa página: “Sugestão de roteiro” e “Atividades”.

Figura 10 - Professores



Fonte: Autor (2023).

A primeira de suas subseções é denominada “sugestão de roteiro” e está organizada de acordo com o quadro de desenvolvimento da proposta já apresentado nesse trabalho. A figura abaixo não apresenta a página em sua totalidade, cumprindo principalmente aqui o objetivo de

representar a forma de organização dessa parte. Optou-se por disponibilizar também no OA, para que o professor conseguisse acessar o roteiro de atividades sem necessidade de abrir o arquivo textual do trabalho e procurar a parte onde se discute e apresenta o roteiro da proposta.

Figura 11 - Quadro de desenvolvimento da proposta

Etapas	Conteúdos	Objetivos específicos	Metodologia	Recursos materiais e didáticos
Aula 1	O Estado Novo e a formação do Portugal Democrático	Identificar se e o que os estudantes sabem sobre o conteúdo; Apresentar e descrever uma análise sobre a construção do Estado Novo e a construção de um modelo de Estado autocrático; Discutir alguns dos conceitos históricos: democracia, exílio, censura a partir da história da elaboração do Jornal Portugal Democrático	Apresentação de um vídeo em classe a respeito da relação entre Estado Novo e o Portugal Democrático; Na Iousa, apresentar um mapa mental contendo alguns dos conceitos citados, a partir do referencial do periódico.	Vídeo "Portugal Democrático e a resistência no exílio" presente no OA; Equipamento multimídia, Iousa.

Fonte: Autor (2023).

Figura 12 - Atividades

Nessa proposta, a atividade se divide em duas partes.

A **primeira parte** tem o intuito de organizar, selecionar e refletir sobre algumas páginas do jornal *Portugal Democrático* em sala de aula promovendo um debate sobre **Democracia** a partir dos textos selecionados e incluindo as experiências e visões de mundo dos alunos e do professor.

Na **segunda parte**, os alunos são instigados (com base na discussão em classe) a produzirem textos curtos sobre o tema selecionado: **Democracia**. Como sugestão, pode também ser aceitos pelo professor outras formas de expressão, como: desenhos, fotografias etc et al. Após a organização das produções dos alunos, chega a hora de pôr as mãos à obra e organiza e publicar os textos em um jornal online.

Sob licença [Licença Creative Commons Atribuição Compartilha Igual 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

Fonte: Autor (2023).

Em “Fontes selecionadas para o uso em sala de aula” além das páginas digitalizadas dos editoriais analisados e organizados em uma sequência com fins de aprimoramento pedagógico, há ainda um breve comentário de análise, que não supre a discussão apresentada na Parte I desse trabalho, mas apresenta informações importantes para o entendimento das atividades, que se dividem em três grupos de imagens.

Figura 13 - Fontes selecionadas para o uso em sala de aula

HISTOAR « Anterior Seguinte »

Apresentação
Estudantes
Professores
Sugestão de roteiro
Atividades
[Fontes selecionadas para o uso em sala de aula](#)
Monte seu jornal online
Baixe o arquivo de texto do HISTOAR

Fontes selecionadas para o uso em sala de aula

Indicações Iniciais

Nessa página estará algumas das páginas digitalizadas e analisadas que podem ser escolhidas e discutidas em sala de aula com os alunos a respeito da temática sobre **Democracia**.

Há uma **galeria de imagens** com as imagens que podem ser lidas sem ser necessário o download. Caso o professor prefira baixar os arquivos, é possível na própria imagem selecionar uma opção que permite o manuseio e o salvamento das fontes para uso fora da plataforma.

Fonte: Autor (2023).

O primeiro denominado “Democracia e processo eleitoral” tem o intuito de discutir o papel das eleições em um regime democrático tomando por base os textos do **Portugal Democrático**, além de alguns aspectos do processo eleitoral do Estado Novo Português.

Figura 14 - Democracia e processo eleitoral

Democracia e processo eleitoral

Notas

editorial 137

Dentro do jornal, havia aqueles que acreditavam na “Primavera Marcellista” e que viam nas eleições de 1969, a prova das promessas liberalizantes de Marcelo Caetano.

editorial 141

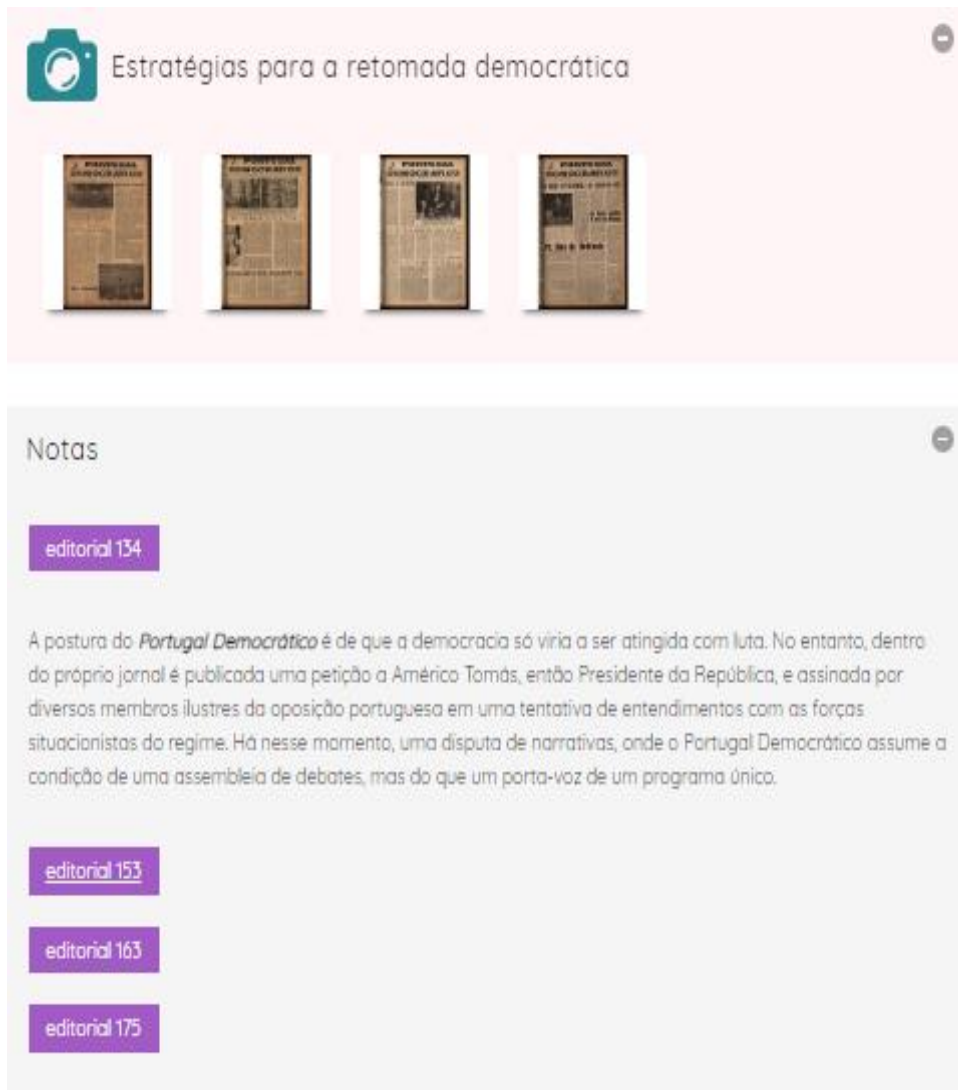
editorial 145

editorial 146

Fonte: Autor (2023).

A próxima seção denominada “Estratégias para a retomada democrática” tem seu foco na organização da resistência portuguesa e em suas manifestações apresentadas no periódico, em especial, nos editoriais selecionados.

Figura 15 - Estratégias para a retomada democrática



Fonte: Autor (2023).

Por fim, em “Desmascaramento de Caetano” há uma discussão referente a pressão que o **Portugal Democrático** exerceu sobre o governo de Marcelo Caetano após 1968, através de denúncias e da organização de que a democracia não poderia ser construída por um indivíduo que ocupou a estrutura organizada por António Salazar e deu diversas mostras de continuísmo na política estadonovista. Um exemplo é a manutenção da Guerra Colonial nas colônias africanas e o recrudescimento a opositores a partir de 1970.

Figura 16 - Desmascaramento de Caetano



Fonte: Autor (2023).

A segunda parte denominada “Monte seu jornal” apresenta um passo-a-passo em formato escrito com indicações de plataformas e de instrução de acesso e manuseio da página online que servirá para a publicação do jornal escrito e organizado pelo professor e pelos estudantes. Há também um vídeo para que o professor e os estudantes consigam visualizar o que foi escrito a partir de uma experiência na plataforma escolhida.


Figura 17 - Monte seu jornal online

Segunda parte ≡ Menu

Monte seu jornal online

É hora de colocar a mão na massa, professor(a)!

- Acessar o endereço: www.wordpress.com/;
- Se cadastrar no site, utilizando e-mail ou vinculando sua conta do Gmail ou Apple;
- Faça a ativação pelo e-mail e login no site;
- Escolha um domínio (Nome do jornal que pode ser decidido em conjunto ou pelo professor);
- Selecione o plano (comece um site gratuito);
- Quais os objetivos (recomenda-se: Escrever e publicar);
- Sobre o que é o site? ("notícias, jornal e etc.");
- Nome do blog e descrição (Ex: Voz dos estudantes – Voz dos estudantes é um periódico colaborativo produzido por alunos e professores da Escola Machado de Assis que estão no 3º ano do ensino médio e pretende discutir e apresentar formas variadas à respeito de temas como Democracia e Estado Novo Português);
- Ver designs (Escolha livre do modelo que agrada, mas há algumas indicações que se assemelham a um jornal virtual);
- Escreva seu primeiro post (Uma carta de apresentação do jornal e dos textos que virão a ser publicados pelos alunos)

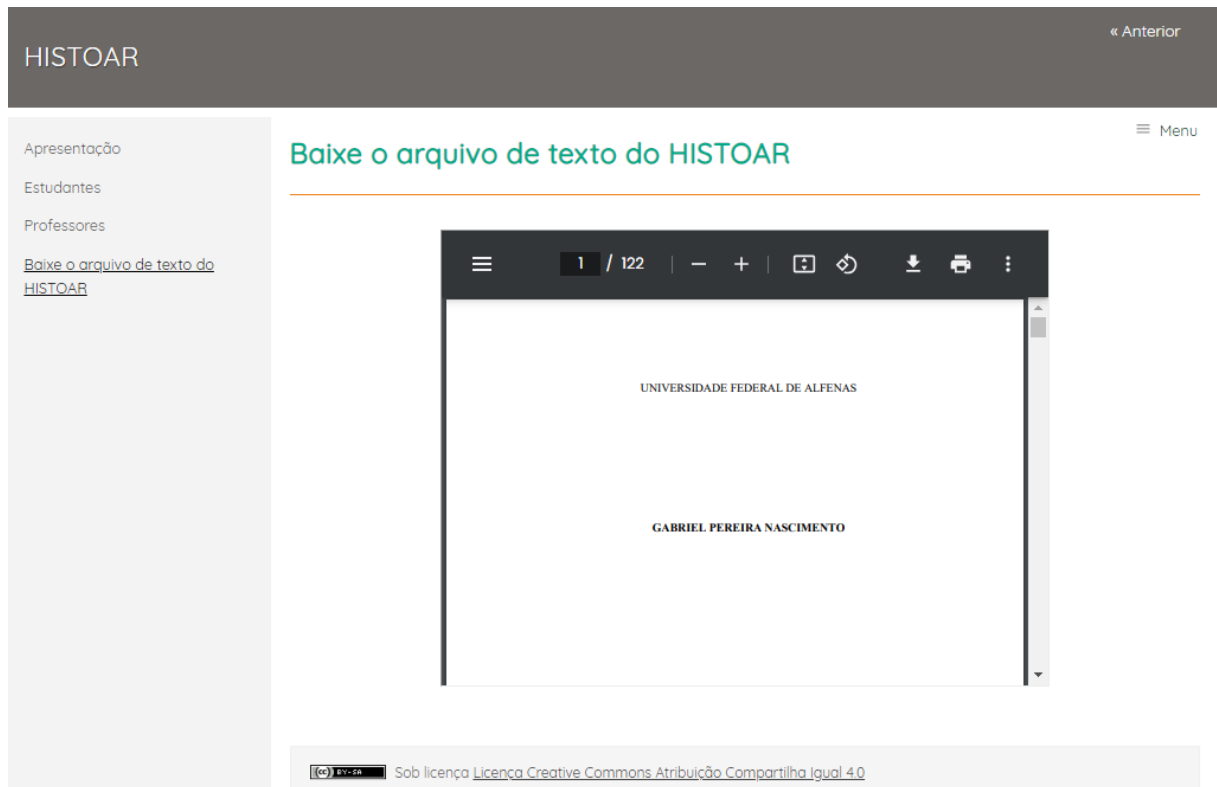


Sob licença [Licença Creative Commons Atribuição Compartilha Igual 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Fonte: Autor (2023).

A última aba presente na página web, comporta o presente arquivo de texto, para que também a partir da própria ferramenta, seja possível ao usuário interessado tomar conhecimento do objeto de estudo da pesquisa científica que originou o OA e as devidas reflexões sobre os conhecimentos de História Ibérica e posição que esse OA pretende ocupar em relação aos currículos formais e no ensino de História.

Figura 18 - Baixe o arquivo de texto do HISTOAR



Fonte: Autor (2023).

A aula de História apresenta uma multiplicidade de alunos e apenas um professor regente, de modo que é inegável a preponderância de uma pedagogia que se preocupe com a aprendizagem dos estudantes. No entanto, a função do professor não é de menor importância, na medida em que este se torna, também um elo entre a produção historiográfica produzida na academia e a formação teórico-crítica do aluno da educação básica. Sabe-se que essas relações são conflituosas e tensas, na medida em que se reconhece uma multiplicidade de modos de se produzir o ensino de História, e que permite também ao professor expressar sua autonomia mesmo com um currículo formal problemático. A experiência do trabalho diário também garante ao professor um importante meio de autoavaliação e possibilidades de efetivação prática de superações dos limites impostos, num trabalho de resistência silenciosa que certamente cumpre um papel de muita importância para a aprendizagem significativa dos alunos nas salas de aula.

Nesse sentido, o conceito de “intelectual transformador” (GIL et al, 2017) é relevante, na medida, em que discute e apresenta que muitas soluções para o ensino de História não são encontradas na academia, mas sim na prática cotidiana docente, quase sempre restrita à espontaneidade das práticas desenvolvidas a partir de uma realidade específica. O problema é

que dessa forma, não se estabelece um vínculo que permita a organização de professores para resistir ou tomar a frente dos currículos formais, que deve se pautar, em uma prática organizada e em conjunto. Reconhece-se a capacidade dos professores de “teorizar suas práticas” (Gil et al, 2017, p. 22), mas entende-se que essa relação funciona melhor de maneira invertida, onde a prática se fundamenta a partir da teoria, na medida, em que a partir daí, estabelece-se uma melhor organização e objetivos propostos, mas que ainda assim possibilite os usos de maneira fluida e flexível.

Há também uma outra abordagem que relaciona a docência à atividade intelectual e é descrito a partir do conceito de “intelectuais anônimos”:

Mais vasto, mais profundo, mais duradouro que os gritos dos panfletários e os manifestos dos peticionários, é o trabalho quotidiano dos intelectuais anônimos – particularmente o dos educadores – que, parece-me, deve ser reconhecido como o verdadeiro contrapoder, ao mesmo tempo crítico e orgânico, no seio da sociedade democrática. A consciência cívica, a recusa a se considerar, enquanto pessoa, enquanto grupo, como que de uma outra essência, a cooperação ativa com o querer-viver-junto, em suma, os julgamentos éticos de nossa sociedade imperfeita, mas perfectível, não são monopólio de alguns, mas assunto de todos (Winock, 2000, p. 801).

Novamente o trabalho intelectual dos professores é ressaltado de maneira a cumprir uma função social importante, como “o verdadeiro contrapoder” no “seio da sociedade democrática”. Também se reconhece a relevância do trabalho e das possibilidades que o contato diário com diversas turmas, permite que o professor ocupe um lugar de destaque e com diversas oportunidades de capacitar o desenvolvimento teórico-crítico dos estudantes.

No entanto, defende-se que a função do professor, principalmente o professor da educação pública, é de promover a reflexão e a consciência de classe nos estudantes, incentivando-os a se organizarem para a mudança da realidade e para a organização dos próprios professores no intuito de influir diretamente na produção, por exemplo, dos currículos formais, para que casos de aprendizagem significativa em História, não se tornem casos excepcionais, mas pelo contrário a regra a partir de uma base organizada para uma educação nacional.

Assim, retorna-se a um intelectual brasileiro e professor que muito pensou a educação pública brasileira e esteve presente efetivamente como colaborador ativo do **Portugal Democrático**, que é a figura de Florestan Fernandes. O autor apresenta uma tese importante sobre a formação histórica do capitalismo no Brasil, a partir do conceito de “capitalismo dependente” que segundo o autor, se articula a partir do desenvolvimento desigual interno e do imperialismo. Além disso, o autor desenvolve a teorização de uma campanha em defesa da

escola pública e da luta em torno da prevalência das alternativas legais e formais no escopo que se relaciona com a formação da sociedade brasileira:

Em questões de interesse coletivo, ensina-nos nossa experiência histórica, a lei tem sido um fator altamente construtivo. Onde o Estado se omite e não impõe normas consentâneas com o interesse da coletividade, o livre jogo dos comportamentos espontâneos revela-se, em regra, incapaz de promover os ajustamentos desejáveis (Fernandes, 1966, p. 361).

Portanto, a efetiva democratização não se restringe apenas às relativas condições de igualdade no que diz respeito à aspectos eletivos e de direitos considerados universais, mas a partir de um projeto que desenvolva a democratização do poder e da riqueza, impedindo assim que a normalização dos currículos formais, como o caso da BNCC, torne-se o monopólio de pequenos grupos oriundos, geralmente, das classes que concentram o poder econômico, e conseqüentemente, político. Nesse sentido, essa proposta, busca apresentar uma atividade que contribua no ensino de História, mas que estabeleça a importância da resistência e da unidade dos professores, entendendo que a condição que lhe é imposta a partir de suas relações de trabalho dentro do ambiente escolar e sua necessidade histórica de organização de si, enquanto classe contra hegemônica e transformadora, só poderá se efetivar a partir da luta organizada e orientada para a prática.

2.2 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DEMOCRACIA NO JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Um dos objetivos propostos para este trabalho é entender de que modo a produção textual de um grupo de intelectuais portugueses exilados no Brasil durante o século XX, pensava-se o conceito de democracia e como isso pode ser visualizado nas páginas de um jornal. Dito isso, o objetivo desta parte do estudo é evidenciar, a partir dos textos produzidos e veiculados no **Portugal Democrático**, a produção de um pensamento intelectual de seus idealizadores a respeito do conceito de democracia e debater qual o projeto de construção da democracia está presente nos textos do jornal que pode ser considerada “democrática” no sentido de permitir e abraçar o dissenso entre suas páginas.

A partir da leitura dos textos do **Portugal Democrático**, acredita-se ser possível entender como alguns intelectuais portugueses que compuseram o periódico pensaram seu país a partir da experiência em um exílio no Brasil que, a partir de 1964, passa por sua vez a ser regido por uma ditadura. Nesse panorama, para ser publicado no Brasil e se inserir inclusive em Portugal, driblando os mecanismos de censura, o jornal teve de fazer alianças com membros do empresariado e da intelectualidade brasileira, que ocasionou uma relação de cumplicidade entre portugueses e brasileiros, ainda que o Brasil enquanto objeto de análise não esteve presente de forma direta nas páginas do jornal.

Mas, antes de adentrar na análise propriamente das ideias veiculadas no jornal, é importante apresentar uma discussão, ainda que de forma introdutória, sobre democracia e qual a postura de democracia que orienta esse trabalho.

2.2.1 Breve exposição das disputas em torno do conceito de Democracia

Há um consenso entre os estudiosos sobre o conceito, a democracia, na atualidade adquiriu uma importância na fundamentação simbólica do poder, apesar que o conceito atualmente não representa uma configuração política específica e que, portanto, um uso mais adequado seria o de substantivar esse conceito de forma a indicar, ainda que de maneira apenas aproximada, o tipo de configuração política a que se refere.

O conceito de “democracia” teria enfim, se tornado a partir do século XIX, um conceito generalizante, ocupando a posição anteriormente exercida por “república”, colocando todas as outras formas de governo na ilegalidade. Portanto, seria necessário inserir concepções adicionais ao conceito, para se entender as especificidades de cada uso (Koselleck, 2006, p. 107). Há autores que discutem a polissemia do conceito no intuito de aproximar essas experiências que se denominam democráticas. Assim, se se aceita a polissemia inclusive para a própria constituição do conceito, os autores que se debruçam sobre o tema buscam encontrar um denominador comum que corresponda ao princípio de fundamentação da democracia enquanto forma de governo ou subjetivação política.

Por questão de ênfase serão apresentadas aqui as discussões que mais se aproximam da definição adotada neste trabalho a partir da crítica do modelo liberal, ao invés de uma reflexão detalhada a respeito da história do conceito, que transcenderia os objetivos aqui propostos. Desse modo, entende-se que o uso de determinados autores em detrimento de outros se fez necessário e não pretende ser um ponto de esvaziamento de questão, mas tão somente a iluminação que aponte principalmente a orientação do conceito utilizada neste trabalho.

A ideia de democracia como uma dentre outras formas de governo ou melhor, como uma das maneiras de organizar o exercício do poder político, associando-se ao “governo de muitos” é entendida como importante para fundamentar o estudo da teoria moderna a respeito do tema (Bobbio, 1990, p.7). Entretanto, sem pretender discutir profundamente todo o debate proposto por Norberto Bobbio a esse respeito, o entendimento neste trabalho não considera tal qual o autor citado acima, a democracia nem como simplesmente uma “forma de governo”, dentre outras e por isso a depender da circunstância podendo ser recomendada ou desaconselhada, nem apenas como um “estilo de vida social”, que caracteriza a vida dos indivíduos e o modo que os mesmos se relacionam entre si em sociedade.

Jacques Rancière, por exemplo, rejeita a definição descrita acima, por entender a democracia, não como um simples modo de organização social ou de modo de governo, mas como “subjetivação política” que se apresenta na forma de ação política do sujeito na construção de si e por conseguinte, pela construção do todo social na busca da implementação da igualdade, que para o autor, seria o “único universal político” (Rancière, 1998). Desse modo, o autor considera que atualmente as democracias não mais pretendessem aumentar as instituições de representação e participação política do indivíduo, mas que essas formas precisassem ser alargadas, pois atualmente não conseguem cumprir com as demandas atuais. Portanto, mais do que exercer participação dentro das instituições existentes dentro de um

sistema político democrático, pretender-se-ia também aumentar a sua participação nas formas de exercer seus direitos políticos dentro das configurações democráticas modernas.

O povo por intermédio do qual há democracia é uma unidade que não consiste em nenhum grupo social mas sobre-impõe, à dedução das parcelas da sociedade, a efetividade de uma parcela dos sem-parcela. A democracia é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade, sujeitos flutuantes que transtornam toda representação dos lugares e das parcelas. (Rancière, 1996, p.103)

Sendo assim, as formas de democracia seriam as formas de representação desses sujeitos dentro de uma organização política específica. No entanto, as formas da democracia contemporânea teriam adquirido a característica de que as atribuições do sujeito estariam tão entrosadas nesse sistema político de representação, que a própria democracia se tornou uma mera representação de uma política orientada ao consenso, o que impediria a efetiva participação do sujeito, pois valeria o que a “opinião pública”, ou conjunto de sujeitos com mais destaque nas instituições representativas, definisse como igualdade e diante de quais termos se exerceria a mesma e, portanto, encerraria a função do “político”, no sentido de inviabilizar as mobilizações políticas e da própria ação do sujeito político. (Rancière, 1996, p. 108).

Há um debate extenso a respeito dessa política de consenso que as democracias capitalistas modernas teriam adquirido, num processo de “desdemocratização” (Wendy, 2015) ou “pós-democracia” (Rancière, 1996) que representaria a postura final referente a um modelo de democracia liberal como sistema político e no sistema econômico de livre mercado como única alternativa possível para o sistema político ocidental. Essa, por exemplo, é a tese de Francis Fukuyama, que a despeito de um debate filosófico mais amplo, defende que os problemas estariam na não implementação do sistema capitalista dentro das sociedades modernas, a forma mais efetiva de garantir direitos liberais que estariam fundamentados em princípios universais. (Fukuyama, 1992) O autor reconhece ainda que “as principais desigualdades sociais permanecerão mesmo na mais perfeita das sociedades liberais” (Fukuyama, 1992, p. 288).

A ideia de democracia como política de consenso a partir de um governo do possível e de um sistema econômico baseado na exploração capitalista não consegue resolver os conflitos de classe, nem se constitui como a única alternativa para se pensar a configuração de realidades diferentes, nem mesmo nos modelos democráticos capitalistas que mais se aproximam da organização proposta pelo autor (Fukuyama, 1992).

As democracias capitalistas estão pautadas em uma situação paradoxal na qual o poder dentro do sistema democrático é exercido por uma classe numericamente menor do que a

maioria, ao mesmo tempo que se defende uma igualdade de condições a todos (Miliband, 1992, p. 113). Por isso, não cumprem a função de permitir escolhas plurais que transcendam ao consenso, decretando assim o fim da política não no sentido de um estágio final do progresso de uma forma de governo em comparação com outras, mas precisamente o oposto, pois dessa forma a democracia perderia sua legitimidade, por não garantir a existência de conflitos dentro de uma sociedade. (Rancière, 1996, p. 122).

A democracia é um conceito formador da própria noção da política moderna. Dito isso, é indispensável ressaltar que a própria noção de democracia enquanto conceito pressupõe uma multiplicidade de significados, o que faz com que defender o ponto de vista de um modelo único de democracia não corresponda com a realidade de disputas ao redor desse conceito.

Se as liberdades democráticas modernas estão relacionadas com as revoluções burguesas, elas por si só não as resumem, o que significa apontar que mesmo se pensarmos no fim dos modelos de democracia capitalista, isso não representa a recusa de direitos e liberdades democráticas conquistadas a partir de uma luta dentro do modelo democrático capitalista (Coutinho, 1979, p. 35-36). Da mesma forma, que o pensamento democrático permite a reflexão sobre outras configurações que visam a transformação do Estado e a sua própria superação e, conseqüentemente, novas formas de se construir o político.

Nesse sentido, o socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção, uma socialização tornada possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob o impulso da própria acumulação capitalista; **ele consiste também – ou deve consistir – numa progressiva socialização dos meios de governar, uma socialização também aqui tornada possível pela crescente participação das massas na vida política, através dos sujeitos políticos coletivos que as vicissitudes da reprodução capitalista – sobretudo na fase monopolista – impõem às várias classes e camadas sociais prejudicadas pela dinâmica privatista dessa reprodução** (Coutinho, 1979, p. 38, grifo nosso).

No entanto, a despeito das concepções marxistas que pensam a relação entre democracia e socialismo, há um debate que desqualifica essa alternativa e o argumento parte, principalmente, de dois pontos. Primeiro, é que a teoria marxista não apresenta uma “teoria de Estado”, provocando assim um esvaziamento substancial da composição do Estado socialista num momento posterior a revolução dos trabalhadores. Além disso, havia outro agravante que era o da experiência do socialismo real da União Soviética no século XX, que a partir principalmente dos anos 1960, com a guerra fria e todo um processo interpretativo anticomunista pulverizado pelo ocidente, passa-se a questionar a possibilidade de uma efetiva relação positiva entre democracia e socialismo.

Norberto Bobbio parte de uma linha argumentativa que ressalta as questões expostas acima e, nos anos de 1970, vai começar a promover um debate que pretende “convidar os marxistas a desenvolverem uma teoria do estado no sentido de descobrir seu melhor funcionamento” (Nascimento, 2009, p. 13) No entanto em sua definição de democracia, Bobbio estipulava um conjunto de regras relacionadas a participação da maior parte dos cidadãos nas esferas do poder (Bobbio, 1983, p. 55-56). Essas regras podem ser definidas como: o direito ao voto, a defesa do direito de liberdade, a adoção de maioria numérica para as eleições de governantes e a garantia de direitos de minoria dando condições para que se tornem maioria. Além disso, para o filósofo italiano o conceito de democracia e de liberalismo são interdependentes (Bobbio, 2000, p. 7).

No que diz respeito ao conjunto de regras que garantiram contornos definidos de democracia, o debate que Norberto Bobbio se propõe a fazer encontra resistência a partir da própria linha de argumentação do autor, que rejeita qualquer configuração política que difere de uma democracia liberal nos quadros de produção capitalista, acusando outros modos de participação dentro da esfera democrática de serem utópicas (Bobbio, 2006, p. 275). A dissociação entre democracia e liberalismo, se por um lado, abre a discussão para se pensar outras formas de democracia que não a de caráter capitalista, por outro lado inibe de responsabilizar o sistema de produção capitalista que exerce influência direta na condução do Estado e na reprodução de suas desigualdades.

Há um grupo de filósofos da esquerda marxista italiana que reflete, num debate com o próprio Bobbio, sobre a questão do legado político de Marx e sua efetiva atualidade no debate sobre democracia para além da experiência soviética. Umberto Cerroni, por exemplo, vai retomar as críticas de Bobbio sobre a inexistência de “teoria do estado” e fazer uma revisão reformista do pensamento marxista que pretende inserir as disputas das massas dentro das regras estipuladas pelo Estado.

É preciso, portanto, que as instituições políticas burguesas sejam desenvolvidas na direção do fortalecimento da soberania popular direta e que, contemporaneamente, a sociedade caminhe para as reformas gerais das estruturas econômicas: os dois termos do processo revolucionário em formas pacíficas são interdependentes. **A defesa e a expansão das instituições políticas democráticas é condição para um avanço pacífico voltado para as transformações sociais e esta, sucessivamente, é condição – por sua vez – para uma expansão política estável das instituições democráticas** (Cerroni, 1960, p. 42, grifo nosso).

A partir dessa linha de argumentação, o autor pretende indicar que as mudanças ocorram por meio da defesa e expansão das instituições do Estado, guiado por uma política orientada ao consenso e a conciliação de classes. No entanto, entende-se que o Estado da república

democrática burguesa, é a representação de que há contradições de classe que não podem ser solucionadas e, mais do que isso, se transforma no Estado da classe dominante.

A sociedade capitalista [...] oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, sempre permanecerá, no fundo, a democracia de uma minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos. (Lenin, 1917, p. 123).

Na medida em que a república burguesa cria uma democracia plena apenas para suas classes dominantes, não há igualdade de condições para todos e, portanto, não se pode afirmar que há efetivamente um modelo democrático, já que aqui democracia implica o aspecto de igualdade, fato que não se verifica na república democrática burguesa.

Além disso, esse conceito muitas vezes é relacionado como no trecho apresentado mais acima, à compreensão de que o reconhecimento dessas desigualdades deveria ser superado através de um reformismo dentro das regras do jogo de um Estado burguês ou que ser democrático significa, em última instância, uma via pacífica de transformação a partir da defesa das instituições desse modelo de Estado. No entanto, não se considera aqui a ligação irrestrita entre democracia e república democrática burguesa. Desse modo, não há substituição do Estado burguês sem uma revolução violenta e a dissolução de toda máquina do Estado irá se definir espontaneamente, já que quanto mais democrática for a sociedade, tanto mais próximo estará o dia em que o Estado democrático se tornará supérfluo (Lenin, 2017).

A propaganda anticomunista propagada durante o contexto da Guerra Fria vai influenciar diretamente o pensamento político ocidental, inclusive o de intelectuais de esquerdas. A relação entre a experiência soviética e a teoria socialista tornam-se muito conectadas no debate que seguiria e colocaria a União Soviética, e conseqüentemente influenciando a trajetória do pensamento sobre o comunismo, no quadro dos regimes totalitários (Arendt, 2012, p. 415-611). Especificamente, no que diz respeito aos intelectuais membros do **Portugal Democrático**, também há ressalvas diretas quanto a participação de membros do Partido Comunista Português (PCP) na construção de um projeto democrático (Conceição, 2016, p. 142).

Nesse sentido, a discussão exposta acima visa entender o debate político sobre democracia em discussão durante a fase de publicação do jornal e que será retomado nos editoriais e artigos publicados em diversas edições. Por fim, defende-se aqui, à guisa das diversas teorias a respeito de democracia, que os modos de construir a democracia não se limitam a formas fabricadas de sua expressão, mas sim na reestruturação de esferas de

representação e nas disputas em torno desse conceito a partir de um debate que se exprime por diversos caminhos, e nesse caso específico, será retomado a partir da reflexão de textos do **Portugal Democrático**.

2.2.2 O exílio de intelectuais portugueses e a composição do Portugal Democrático diante de disputas políticas em Portugal e no Brasil

A formação do **Portugal Democrático** está inextricavelmente conectada às experiências históricas e do debate sobre o intelectual e sua função social promovido, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. O que à primeira vista pode parecer óbvio, por ser um jornal publicado entre os anos de 1956 e 1975, também é problemático, se considerarmos que eventos históricos anteriores não se relacionassem com a própria condição de existência desse jornal. Diante da impossibilidade de apresentar todas as questões, serão enumeradas algumas destas que possuem relação mais direta com o trabalho. A ênfase é relacionar eventos e ideias que mais contribuem para explicar o jornal e as intelectualidades que abrigou, sendo, portanto, um estudo que visa expor alguns elementos externos que se relacionam diretamente com os temas e indivíduos presentes no **Portugal Democrático**. No entanto, não se espera nesse estudo entender de um modo definitivo a própria constituição desse periódico, muito menos dar conta de todas as individualidades, obras e disputas que foram produzidas dentro e fora das páginas do jornal e que diz respeito a formação de um grupo heterogêneo em suas mais diversas formas. Ainda assim, este trabalho procura responder muitas dessas questões e produzir um entendimento sobre a produção textual do **Portugal Democrático** que represente, em alguma instância, um entendimento geral do periódico.

A história intelectual de matriz francesa, a partir da renovação de seu *corpus* nos anos 1980, expandiu as fontes de pesquisa e passou a buscar entender diferentes formas de expressão intelectual e a relação da sociedade com essas produções (Winock, 2003, p. 275). Essas renovações passam também por novas interdisciplinaridades, como o avanço dos estudos em: informática, psicologia social, sociologia, linguística, dentre outras áreas. Essa amplitude conceitual apresenta dificuldades, mas que isso deve fazer com que os historiadores aprendam a lidar com as especificidades das ciências limítrofes. É evidente que hoje, tendo em conta a mediatização da vida intelectual, há que levar em consideração outros suportes ademais da edição (Winock, 2003, p. 289).

De acordo com Jean-Paul Sirinelli, o desenvolvimento de uma história intelectual por outros intelectuais pode criar desconfianças, diante da “simpatia” do mesmo com seu objeto de estudo, na medida em que a aproximação com o objeto de estudo que é próprio do ofício do historiador, ao mesmo tempo que fonte de desconfianças quanto à uma certa integridade que vê e analisa os processos da sociedade, como se fosse alheio e não estivesse sob os efeitos de simpatias e antipatias que define seu próprio trabalho (Sirinelli, 2003, p. 239.)

Ao invés de rejeitar o vínculo do pesquisador com o objeto de estudo, toma-se consciência desse fenômeno, e a tomada de consciência pode contribuir para o entendimento do trabalho intelectual inserido dentro da sua realidade histórica, tal qual estiveram sob diversas perspectivas os colaboradores do **Portugal Democrático**. Apresentar e procurar estabelecer uma conexão nas posições assumidas dentro de um periódico, é entendê-lo como parte integrante da sociedade que coloca os meios de comunicação como parte atuante do processo interminável da construção de uma realidade histórica.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (De Luca, 2017, p. 118).

O acompanhamento das discussões por meios dos editoriais, especificamente entre os anos de 1968 e 1974 que aqui se propôs, ressaltará estes enlaces, mas com a finalidade também de acompanhar o nexos das redes de sociabilidade, principalmente, a partir de ideias sobre a construção democrática pelo **Portugal Democrático** com base nas discussões apresentadas pela história intelectual francesa.

[...] A história política dos meios de comunicação deve enriquecer-se com um estudo da “socialização” dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular. Ela deve dedicar especial atenção às gerações unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (frequentemente, mas nem sempre...) solidariedades instintivas. (Jeanneney, 2003, p. 222).

Defende-se aqui a configuração acima exposta para o estudo de caso do **Portugal Democrático**, na medida em que se explora também, a partir principalmente dos textos, o periódico em questão para “conhecer melhor os sistemas de representações das sociedades” (Winock, 2003, p. 285). Nesse sentido, a partir da história intelectual de matriz francesa, pretende-se refletir sobre o periódico, considerando os aspectos “discursivos” e “contextuais” (Silva, 2003, p. 16) na análise, no entendimento que os textos veiculados transcendem o caráter discursivo e vinculam na relação dos intelectuais como agentes de intervenção social,

permeados pelo engajamento na derrubada do Estado Novo e na construção de um projeto de nação em Portugal.

É importante para se pensar a relação do **Portugal Democrático** com os outros veículos de imprensa da época, inseri-lo na discussão a respeito sobre imprensa alternativa, ainda que sua publicação no Brasil, principalmente no período da ditadura civil-militar, tenha sido mais branda do que a política repressiva que a ditadura aplicou em outros veículos da denominada imprensa alternativa brasileira. Isso não quer dizer que o jornal não esteve sob a atenção dos militares e mais especificamente, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) que mantinha registros da oposição antisalazarista desde pelo menos 1957, se intensificando a partir dos anos de 1961 (Silva, 2000, p. 57).

Quanto à criação da imprensa alternativa no Brasil, Bernardo Kucinski vai afirmar que

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade (Kucinski, 1991, p. 6).

O **Portugal Democrático**, surge com preocupações semelhantes que às da imprensa alternativa brasileira, sobretudo a de resistir ao discurso oficial e a de destacar a necessidade de atuação objetiva desses intelectuais dentro da sociedade no planejamento e no alinhamento da resistência da oposição. Não se procurará apresentar uma discussão que explore as relações do **Portugal Democrático** com outros jornais da chamada imprensa alternativa, mas sua estrutura, organização e objetivos conformam esse projeto dentro dessa esfera. Imprensa alternativa entendido como jornais de pequena circulação, que buscavam driblar a censura imposta em Portugal pelo Estado Novo e no Brasil pela ditadura civil-militar.

Dos fenômenos históricos pertencentes à história de Portugal que influenciaram diretamente os grupos de intelectuais portugueses, dois merecem ser destacados. A revolução de 1910, que apesar de críticas quanto ao voto limitado, restrições quanto à formação de organizações políticas e dos desgastes de governabilidade até sua dissolução em 1926, se constituiu como uma tentativa inovadora de modernização de Portugal (Wheeler, 1978, p. 868). E, sem dúvidas, o período que se inicia em 1933 com a ascensão de António Salazar para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros e de seu projeto de um estado fascista, que é continuado pelo seu sucessor, Marcelo Caetano, a partir de 1968.

A Primeira República será retomada no jornal como um símbolo de resistência política ao Estado Novo. O uso da censura e de forte aniquilamento das oposições que se aprofunda a

partir dos anos de 1930, definiu concretamente a situação dos intelectuais no país em suas diversas áreas de atuação e por isso, esteve diretamente ligada com ao exílio para diversas partes do mundo e, com o Brasil sendo o país escolhido por diversos imigrantes, como no caso dos colaboradores do **Portugal Democrático**.

As primeiras décadas do século XX, são um período turbulento da história política portuguesa, que passa a ser organizada a partir de um governo republicano de 1910 a 1926, quando os militares assumem o comando do Estado através da Ditadura Militar (1926-1928) e a chamada Ditadura Nacional (1928-1933). Em 1933, Salazar cria a Constituição do Estado Novo que já nos primeiros meses, inaugura um órgão que viria a ser fundamental tanto para a propaganda do regime, quanto para o controle das ideias oposicionistas, chamado Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Por esse motivo, a partir de 1934, há pouca contestação ao governo nas publicações da imprensa (Rodríguez, 2012).

A partir de leituras e do debate a respeito do caráter do regime, defende-se a adequação do uso do conceito de *fascismo* em referência ao Estado Novo Português. Há trabalhos que vão procurar alargar a reflexão sobre regimes fascistas para além do caso italiano e que ainda assim não consideram Portugal como um regime fascista, ao contrário da Espanha, por exemplo (Mann, 2004). E essa é uma tendência que vai marcar o início do debate sobre fascismo nos anos de 1970, a de excluir Portugal e o Estado Novo da configuração de um regime de tipo fascista (Pinto, 1992, p. 14). No entanto, defender que o Estado Novo Português foi fascista, não significa reduzir a força das especificidades dessa experiência portuguesa, mas alinhá-la diante do ideal nazifascista do Pós-Primeira Guerra, de produzir um ambiente reativo contra o comunismo e as teses do liberalismo e da democracia burguesa e capitalista que são cooptadas por António de Oliveira Salazar (Torgal, 1994, p. 99). É verdade também que suas formas de efetivação foram modificadas ao longo da história do regime. Por exemplo, Marcelo Caetano, que assumiria em 1968, se aproximaria do sistema capitalista de produção, ao contrário de seu antecessor, e manteria a mesma ideia de defesa do colonialismo na África, o que não impede, mas pelo contrário, evidencia um ponto de partida para se entender a singularidade da experiência fascista portuguesa em sua fase final.

Há uma diferença entre os emigrados portugueses do início do século XX para aqueles que vieram para o Brasil na década de 1950 e 1960, sobretudo por sua diversidade política e pelo intuito, dos últimos, de organizar uma resistência no exílio com fins de regresso à pátria. A condição do exílio, de ser forçado a abandonar o país por razões políticas, não se constitui de forma única e, portanto, a oposição antisalazarista assumiu formas diversas de lidar com uma

experiência, de todo modo, traumática. No **Portugal Democrático**, o exílio se confunde com a trajetória do periódico, desde seu primeiro número publicado em 1956 a sua fase final que data de abril de 1974 com as notícias da Revolução dos Cravos. A partir daí o jornal altera todo seu projeto editorial e gráfico e que tem sua última edição publicada em marco de 1975.⁵

O recorte cronológico das páginas analisadas se concentra entre os anos de 1968 e 1974, eis alguns dos motivos. A partir de setembro de 1968, Marcelo Caetano assumiria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros a convite do então presidente Américo Tomás. Apesar de alguma desconfiança, Caetano foi bem aceito, principalmente por uma perspectiva de “liberalizar” o regime, que angariou a simpatia de parte da oposição. No Estado Novo, a governança passava pela moderação do Presidente do Conselho de Ministros, que tinha o poder de influir diretamente na Assembleia Nacional e na Presidência da República, sendo descrito por essa razão, como um sistema de “presidencialismo bicéfalo” (Ferreira, 2019, p. 82). É importante, entender, Caetano como um continuísta do regime, mas com ideias que modificavam parte da estrutura do Estado Novo, principalmente em seus métodos. A partir de 1969, Caetano passaria a tentar alterar questões conectadas à maiores liberdades de expressão e incluir novas leis para o trabalho.

No Brasil, a produção do **Portugal Democrático** durante esse período esteve marcada pela aprovação do AI-5 e o início do governo de Ernesto Geisel. Há um aprofundamento da censura a imprensa nesse período, mas que não afetou diretamente o referido jornal. Acredita-se ser essa uma postura de norma da censura imposta pela ditadura civil-militar brasileira, de não impor grandes dificuldades em relação aos assuntos relacionados a Portugal (Silva, 2006). **Portugal Democrático** também não publicou qualquer referência direta à ditadura ou críticas à política praticada no Brasil, portanto, ainda que majoritariamente formado por comunistas portugueses, o periódico circulou sem grandes entraves com os censores.

Ademais, é importante ressaltar que a partir das reformas laborais propostas por Caetano a partir de 1968, ocorre uma reorganização das lideranças sindicais que tem grande participação do Partido Comunista Português (PCP). A importância desse movimento de trabalhadores vai ser discutida em diversos momentos dentro do periódico e, também, podem ser entendidas a partir da organização que o **Portugal Democrático** descreve como “unidade democrática”.

⁵ Diversos textos consultados nessa pesquisa indicam que foram publicadas 205 edições do periódico. O Arquivo Nacional Torre do Tombo – acessado digitalmente para a leitura do jornal – indica 203 edições. No entanto, a última edição presente nos arquivos do acervo citado acima é de número 204 e, portanto, esse é o número adotado como sendo o último nessa pesquisa.

As trajetórias individuais e coletivas do grupo que dirigiu o **Portugal Democrático**, principalmente entre os períodos de 1968 a 1974, bem como a relação dos colaboradores do jornal com orientações políticas internacionais, ligações da oposição portuguesa e aspectos da história de Portugal e do Brasil apenas aparecerá conectada aos textos e de forma a ensejar a discussão sobre democracia que aparece nas páginas do periódico. É necessário, por isso, definir de quais conexões serão levantadas e de quais indivíduos estão presentes nesse trabalho, que não visa, formar um entendimento exaustivo sobre a composição do periódico e todas suas disputas, mas o recorte se faz necessário e pretende ao direcionar o foco, aumentar as possibilidades de reflexão sobre uma forma de representação do **Portugal Democrático**, que ressalta esses embates e os compreende como parte fundamental da posição que o jornal assumiu durante suas publicações e da afirmação de seu caráter democrático.

Por ser um jornal “editorializado” (Travancas, 2017, p. 147) seus textos e projeto gráfico se afunilam em uma temática, que em suma, perpassa pela superação de toda a estrutura montada, desde o fim a Revolução burguesa de 1910, conhecida por Estado Novo. Não se pretende reduzir a uma explicação que coloca o pensamento do **Portugal Democrático**, formado majoritariamente por membros do PCP, como subserviente ao ideário democrático de 1910. Mas é importante considerar essas balizas para entender a participação desses intelectuais e no entendimento comum dos mesmos sobre democracia, principalmente porque o debate inserido por meio das páginas do jornal, em muitas vezes assumiu a forma de “retomada democrática”.

A ideia do escritor “engajado” (Sartre, 1948) pressupõe não mais a exterioridade de um ser que pensa a sociedade de forma alheia, mas que deveria sobretudo assumir uma posição diante de questões objetivas. O próprio termo “intelectual” começou a ser alvo de disputas na França, desde pelo menos o fim do século XIX e, certamente influenciou na postura de produção dos intelectuais do **Portugal Democrático**, no desenvolvimento do espírito democrático em Portugal.

Essa pesquisa considerou o número de 204 edições disponíveis do **Portugal Democrático**. No entanto, o número de edições analisadas é consideravelmente menor, e vai do número 133 ao 188, totalizando 55 edições num período que corresponde aos anos de 1968 a 1974, os textos são de variedade ampla e atendem a mudanças e disputas no jornal. Por isso, o papel da democracia na construção de uma nova sociedade portuguesa, será retomado aqui e faz parte da discussão e da formulação da atuação da oposição antissalazarista em torno do debate sobre democracia.

As orientações político-partidárias dos membros do **Portugal Democrático** eram diversas, mas essas diferentes ideologias políticas não tinham a mesma força dentro do jornal.

O grupo que fundou o periódico tinha grande diversidade política. Havia republicanos, simpatizantes do socialismo, mas a maior parte era de comunistas, membros do Partido Comunista Português, como Miguel Urbano Rodrigues, Augusto Aragão, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho e os sociólogos Antonio Bidarra da Fonseca e Joaquim Quitério, que colaboraram com o jornal em diferentes fases. Já Carlos Assumpção Neves e Joaquim Duarte Baptista vinham do antigo Centro Republicano Português; João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão eram republicanos liberais; e o escritor Thomaz Ribeiro Colaço, monarquista (Travancas, 2017, p. 144)

O núcleo editorial era formado, desde a criação do jornal, majoritariamente por integrantes do Partido Comunista Português (PCP), mas aqui não se defende que fosse um jornal do partido, até pelo objetivo de se constituir como um porta-voz da oposição antisalazarista no exílio. Dito isso, alguns aspectos sobre os Partidos Comunistas Internacionais serão ressaltados a partir das análises textuais, como a política do PCP, a intelectualidade brasileira e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir dos anos 1950, e ainda, o debate sobre democracia e comunismo diante das especificidades históricas dos indivíduos. Nota-se que ao recorrer a esses eventos, não se pretende uma análise cronológica ou mesmo uma apresentação detalhada dos mesmos, mas entendê-los como parte integrante da constituição das ideias veiculadas no **Portugal Democrático**.

Além da busca da formação de uma identidade nacional “contra hegemônica” (Silva, 2000, p. 12) na maioria dos casos desses colaboradores, também compartilhavam às agruras do exílio numa segunda experiência traumática. Não se pretende, ao tratar sobre a diversidade política, defender uma falsa equivalência das ideias, mas convém notar que a própria diversidade que se reivindica ao jornal é de uma oposição de esquerdas⁶.

Há muitos nomes que caracterizariam o **Portugal Democrático**, portanto, é fundamental referenciar alguns nomes importantes para a história do jornal e que fizeram parte do grupo responsável por dirigir a linha editorial, que em dados momentos rivalizou no periódico em edições anteriores ou em mesmas edições com textos publicados por outros colaboradores. A história individual desses intelectuais, não interessa aqui enquanto objeto próprio, mas se vincula às disputas presentes no jornal e, quando necessárias, serão recuperadas. No entanto, para uma breve caracterização do periódico, as trajetórias de alguns desses indivíduos serão retomadas pois, algumas, se confundem com a trajetória do periódico.

⁶ Sobre o número de colaboradores, foi verificado a partir de um levantamento prévio mais de cem nomes de colaboradores portugueses que publicaram textos assinados no jornal, apenas entre os anos de 1956 a 1967.

Nomes como: Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, Jaime Cortesão, João Sarmiento Pimentel e Manuel Sertório foram alguns dos que atuaram no jornal e que se inserem na perspectiva de intelectuais com história na formação da opinião pública portuguesa desde a Primeira República, quando estes e mais alguns intelectuais republicanos publicaram a revista **Seara Nova**⁷. Essa revista foi “utilizada para criticar e propor melhorias para a sociedade, e com isso, mudar a mentalidade da elite intelectual e criar as bases para se desenvolver uma opinião pública nacional” (Leitão, 2019, p. 114).

Vitor de Almeida Ramos, foi junto com o técnico operário Manuel Ferreira de Moura, um dos criadores do **Portugal Democrático** em julho de 1956 e vai ser uma das vozes mais atuantes na direção editorial do jornal. Em 1940, Vitor Ramos entrou para o PCP e aderiu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD)⁸ antes de vir ao Brasil e fundar o **Portugal Democrático**, sua formação acadêmica também se influenciou da efervescência cultural e política que se vivia na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo dos debates intelectuais que florescia na França. Defendeu sua tese de doutorado em literatura francesa em 1954 na Sorbonne em Paris, onde era o contato do PCP com brasileiros e portugueses de esquerda. Desde o início dos anos de 1950 atuou também na imprensa francesa, onde era correspondente da *Agence France-Press* em Paris. Além da atuação na direção do periódico, Vitor Ramos atuou no ensino universitário no Brasil e nos Estados Unidos.

Miguel Urbano Rodrigues é outro nome importante para se pensar a oposição antisalazarista. Foi editor do **Diário de Notícias**⁹ de 1949 a 1956, e no Brasil, além de participar ativamente do **Portugal Democrático** desde sua criação, atuou por um significativo momento no **Portugal Livre**¹⁰ e como editorialista do jornal **O Estado de S. Paulo** de 1957 a 1974.

⁷ **Seara Nova** é uma revista fundada em 1921 no contexto da Primeira República Portuguesa que pretendeu atuar, principalmente, em propor melhorias a sociedade, alterar a mentalidade intelectual e formar a opinião pública portuguesa. Apesar de mudanças na linha editorial e interrupções ao longo do século XX, a revista continua sendo publicada em Portugal.

⁸ Movimento político de oposição ao regime fascista em Portugal nascido a 8 de outubro de 1945, em Lisboa, no Centro Republicano Almirante Reis. Formou-se numa fase de crescente isolamento internacional do Estado Novo, na sequência das vitórias aliadas na Segunda Guerra Mundial, lideradas por países com governos que se autointitulavam democráticos.

⁹ Periódico criado em 1884 na cidade de Lisboa, Portugal. Durante o Estado Novo o jornal se portou de modo mais subserviente ao regime do que outras publicações. Em 1975, o grupo adquiriria os direitos de publicação do próprio **Portugal Democrático**.

¹⁰ **Portugal Livre** é um periódico criado em 1959 em São Paulo pelos militares Henrique Galvão e Humberto Delgado e que reúne membros de dissidência do **Portugal Democrático**, como no caso de Miguel Urbano Rodrigues. Esse jornal periódico é criado a partir de discordâncias com a linha ideológica e política do **Portugal Democrático** e está conectado a formação de uma organização de exilados portugueses e espanhóis para a organização de uma resistência armada contra as ditaduras da Espanha e de Portugal. Em 1959 o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) é fundado e passa a desenvolver estratégias de uma

Nesse aspecto é importante notar a presença direta de Júlio de Mesquita Filho na manutenção de parte da oposição antisalazarista paulista e atuando diretamente na organização de um conjunto de forças para defender a ascensão de uma ditadura no Brasil e a partir de 1968 a sofrer dos aparatos desse mesmo regime, como a censura, até 1976 (NASCIMENTO, 2023). Convém frisar, ainda que de maneira superficial, que a participação agregada pelo **O Estado de S. Paulo** defendida aqui, transcende a figura de seu proprietário e das ações propostas e previstas pelo mesmo na contribuição direta desse periódico com a criação e a consolidação do **Portugal Democrático** e a mobilização da oposição antisalazarista em São Paulo em diversas instâncias, por exemplo, na criação do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão em 1958 sediado na redação de **O Estado de S. Paulo** (Leitão, 2019, p.168).

É importante descrever o jornal em sua estrutura física, no sentido de criar uma representação que garanta aos objetivos de indicar modos de organização do periódico. Essa descrição será interrompida na medida em que as estruturas físicas do periódico permitirem a discussão sobre o papel da imprensa e a localização que se inscreve o **Portugal Democrático**, tanto se pensarmos na política do Estado Novo Português que censurava o jornal no país, quanto em relação aos efeitos práticos da ditadura civil-militar no Brasil, do qual o jornal não passou despercebido (Silva, 2007, p. 224).

Portugal Democrático foi publicado em São Paulo e inicialmente esteve localizado na Rua Conselheiro Furtado nº 191 até janeiro de 1969, quando transfere a redação para rua Libero Badaró nº 488 que viria ser a sede da redação do jornal até seu fechamento em 1975. Desde o início, o jornal contava com poucos recursos financeiros, razão pelo qual foi suprimida sua publicação em alguns períodos dos quase vinte anos que esteve em circulação. Formatado em tabloide com o tamanho de quatro a oito páginas e uma tiragem de 3000 (Matos, 2014, p. 234) e 4000 (Travancas, 2017, p. 143) por edição. O jornal era destinado, principalmente aos portugueses e brasileiros que desejavam se informar sobre a situação política de Portugal.

Já que escreviam do Brasil, os colaboradores do **Portugal Democrático** dependiam de informações recebidas do outro lado do atlântico em uma época que a comunicação ainda não tinha atingido a simultaneidade da internet. As publicações que se referiam a uma notícia, geralmente eram inseridas por meio de editoriais e artigos de opinião. Sendo assim, mais do

ação imediata que vai culminar em 1961 pelo sequestro de “Santa Maria”, uma embarcação de luxo e que possuía um símbolo importante para a marinha portuguesa.

que informar, um dos objetivos principais do jornal foi o de promover e moldar na sua fase final um método de ação eficiente para a reconstrução da democracia que em linhas gerais cumpriria a função desses intelectuais enquanto “guardiões da cultural nacional” portuguesa (Silva, 2000, p. 83).

Portugal Democrático abre sua primeira edição com um texto editorial que ocupa boa parte da primeira página intitulado “Posição”. Ali se estabelece os objetivos da publicação, sua relação com outros periódicos de portugueses no Brasil, o público no qual se destina e a “missão” que o periódico reivindicava para si.

POSIÇÃO – Perante o aparecimento nas bancas de mais um jornal para os portugueses do Brasil, o leitor certamente perguntará se esta publicação tem uma política e qual a missão que pretende cumprir. **A resposta a estas perguntas cabe em meia dúzia de palavras e constitui todo o nosso programa: a política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência.**

[...] Sabemos que, aplicando um programa tão simples, estamos afinal, absolutamente integrados na nova união das forças democráticas em Portugal, de que se verificaram nos últimos meses muitas provas e que é a mais segura garantia da sua vitória.

[...] De uma coisa podem estar certos todos os que nos lerem: O Portugal Democrático está ao serviço, única e exclusivamente, da verdade, da democracia e da independência nacional. Os nossos olhos estão voltados para o interesse de Portugal. Saberemos, contudo, fazer a distinção entre os interesses autênticos, permanentes, verdadeiros do nosso povo e as pretensas vantagens trombeteadas aos quatro ventos, por uma propaganda sabiamente orquestrada, cujas mistificações desmascaremos implacavelmente.

Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: O PORTUGAL DEMOCRÁTICO. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 1, n.1, julho 1956, p.1 grifo nosso);

Nesse texto estão apresentadas as ideias centrais de um programa que para o jornal perpassa pela superação do Estado Novo e dos seus aparatos de cerceamento de liberdades individuais e coletivas e, fundamentalmente, no que aqui se considera o principal projeto político proposto e debatido arduamente no **Portugal Democrático** durante sua fase de publicação, que é o de construir uma plataforma unitária em Portugal e no exílio para combater o Estado Novo.

O Estado implantado sobretudo pela Constituição promulgada em 1933 por António de Oliveira Salazar e levado adiante por Marcelo Caetano perseguiu opositores e pretendeu com a criação de órgãos de controle e o auxílio de alguns setores da sociedade civil, à construção de uma retórica de “pensamento único” e “espírito nacional” que visava a formação de um governo baseado em preceitos de retorno ao “passado glorioso” e a recusa de vozes dissonantes.

O Estado Novo além de instaurar aparatos de controle da liberdade, como o uso indiscriminado de censura principalmente contra o setor intelectual através da atuação repressiva da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que a partir de 1969 passa a ser chamada de Direção Nacional de Segurança (DGS), exerceu a violência também por meio de prisões, torturas e mortes de opositores do regime. Há, ainda nesse editorial, a percepção da importância de criação de um projeto de defesa de interesses autênticos da sociedade portuguesa assolada pela repressão do Estado Novo e, sem dúvidas, pela propaganda do regime na qual o jornal torna-se combatente, sobretudo a partir de 1968, quando o **Portugal Democrático** reforça seu papel de denúncia no “desmascaramento” político de Marcelo Caetano e sua política “liberalizante”.

2.2.3 O debate sobre democracia apresentado pelo Portugal Democrático por meio de uma plataforma unitária

O ano de 1968 inaugura uma nova fase tanto da política portuguesa do Estado Novo, quanto na estrutura e organização do jornal influenciado sobretudo por essas mudanças políticas. No âmbito externo, Salazar sofre um acidente em 03 de agosto de 1968, e é afastado do cargo de Presidente do Conselho de Ministros que ocupava desde 1933. O nome escolhido para a sucessão, Marcelo Caetano, havia sido ex-Ministro das Colônias e ao tomar posse discursou sobre “renovar” o regime, através de um processo de “liberalização” do Estado Novo Português. Se tratando do **Portugal Democrático**, é importante e fundamental entender como o jornal vai reagir ao governo de Marcelo Caetano a partir dos editoriais, artigos e notícias que se afunilarem em questões ligadas à política no sentido de organização do poder e nos termos do desenvolvimento de uma *unidade* na oposição portuguesa.

A questão da unidade é um tema que vai se desenvolver em diversas entidades de oposição a partir de 1945, em uma plataforma de defesa da democracia. Nesse sentido, “A defesa da democracia, como um valor e uma prática, tornou-se o elemento unificador desse campo da oposição” (Silva, 2007, p. 54). A unidade da oposição no exílio e em Portugal.

As especificidades do período entre 1968 e 1974, ultrapassam os eventos citados e adquirem disputas próprias dentro do periódico. Intenta-se assim identificar e por vezes refletir sobre parte da história de Portugal, mas respeitando às disputas internas e dos debates, muitas vezes conflitantes, que se produziam no interior do **Portugal Democrático**.

Os textos produzidos e veiculados no **Portugal Democrático** terão maior destaque nessa análise, ainda que se recorra a título de entendimento, a alguns eventos da história de Portugal e do Brasil e das trajetórias individuais dos colaboradores do jornal. A opção pela apresentação do jornal, pretende refletir sobre o modo como essa organização desenvolveu sua linha teórica à despeito de limitações, por exemplo, pela sua própria estrutura reduzida em espaços para uma reflexão mais longa. Por isso, percebe-se a frequência de alguns temas que, se por vezes parece repetir um tema ao longo das edições, que apresentam diferenças fundamentais em cada texto e as continuidades e as rupturas dessas disputas serão retomadas aqui. Alguns temas são fundamentais e constituem uma relação mais direta com o trabalho, dentre eles estão: o processo eleitoral, a construção de uma plataforma unitária e caminhos para a retomada democrática.

Essas temáticas serão retomadas e melhor desenvolvidas na medida em que se apresentar e refletir sobre os textos presentes no periódico durante os anos de 1968 a 1974. Convém ressaltar que a análise seguirá uma ordem que privilegia a cronologia da publicação dos textos que apresentem esses temas, e não se pretende efetuar uma análise sistemática e diacrônica sobre cada um dos temas citados acima. Dessa maneira, busca-se entender as posições e disputas que ocorrem a partir de sua historicidade, para que assim seja possível captar o periódico num processo mais abrangente, que têm como foco discutir sobre esses temas principais, mas ampliar a discussão sempre que outras questões pertinentes surgirem. Não se pretende ignorar ou sobrevalorizar as ações desses intelectuais da oposição antissalazarista, mas entende-los como parte integrantes a um processo histórico mais amplo, onde seus textos são formas objetivas de expressar suas posições.

Portugal Democrático sempre teve seus textos, mesmo os mais teóricos, relacionados a um acontecimento contemporâneo a própria sua produção. Os temas da política chegavam, como era de se esperar, demasiado tarde para a publicação mensal do jornal, que sofria sobretudo por alguns problemas de ordem financeira, que limitava o tamanho e a regularidade de publicação, e de ordem editorial, pelo acesso a informações restritas e censuradas em Portugal a intelectuais que viviam e escreviam do Brasil. Ademais, o periódico se esforçou em no intuito de desenvolver um pensamento que influísse diretamente na organização e atuação no exílio, mas também em Portugal, da oposição portuguesa. Nota-se que os textos produzidos se referem sobretudo a uma discussão política que se centra na reflexão da superação prática do Estado Novo, com os intelectuais do **Portugal Democrático** tendo o papel de denunciar internacionalmente o regime e apoiar as lutas da oposição em Portugal e nas guerras coloniais

africanas. Importante também indicar que todos os editoriais publicados, que geralmente se encontram na primeira página do jornal e presente em todas as edições, sempre eram assinados com o nome do periódico, portanto, é impossível mapear a autoria exata de cada texto.

A edição extra de setembro de 1968, publicada a partir do conhecimento público do afastamento oficial de Salazar da função de Presidente do Conselho de Ministros em agosto, ressalta algumas das estratégias e posições adotadas no combate ao “Salazarismo sem Salazar” pelo **Portugal Democrático**, indicam seu papel de denunciar o regime internacionalmente ao mesmo tempo que ressalta a importância de desenvolver uma plataforma unitária na oposição. Essa edição que não faz referência ao dia, mas data de setembro, foi publicada depois da edição 132 que data do início daquele mês.

O editorial 133 defende um argumento que o **Portugal Democrático**, principalmente por meio de seus editoriais, vai explorar enfaticamente ao longo das edições seguintes, simbolizado no título de uso frequente do debate sobre a “unidade” da oposição portuguesa e do desenvolvimento da “ação” da luta contra o Estado Novo. O texto intitulado “Pela Unidade e pela Ação” merece ser recuperado, para apresentar a fundamentação básica do formato de resistência da oposição antissalazarista proposta pelo periódico.

No momento em que a figura de Salazar sai do panorama político, é dever dos democratas portugueses meditar sobre os problemas que este acontecimento coloca à nossa pátria. **Esta hora, de intensa expectativa, deve ser marcada, acima de tudo, pela nossa capacidade ofensiva, que nos permita dominar a situação e encaminhar finalmente o país para a legalidade democrática de que o fascismo o afastou.**

[...] **As forças democráticas enfrentam, portanto, neste instante crucial para o nosso país, duas tarefas fundamentais: em primeiro lugar, a de denunciar todas as tentativas de exploração sentimental que fatalmente surgirão em torno de uma figura que, devemos repeti-lo incansavelmente e de números na mão, levou o nosso país à miséria e à fome, a envolveu numa criminosa guerra colonial, o manteve no nível mais atrasado Europa, material e culturalmente.**

Este trabalho de esclarecimento terá de ser acompanhado por um brado de alerta contra todas as tentativas de acomodação com os sucessores de Salazar. O homem mudou, mas a estrutura por ele montada e que lhe permitiu dominar e esmagar os anseios de um povo de nove milhões, está de pé, intacta. [...]

Com toda esta máquina em condições de funcionamento exatamente como antes, não podem os democratas portugueses admitir que se pense em conciliábulo de gabinetes, em soluções de cúpula, em tentativas de conciliação. Não vão faltar agora, estaremos certos disso, as promessas de liberalização do regime, para atrair os incautos, ou os que já nasceram para ser atraídos. O canto da sereia, a que algumas já antes tinham prestado ouvido atento, vai agora certamente redobrar de intensidade. Mas não merecerá o honroso nome de democrata português quem se disponha a escutá-lo, sabendo que o Exército de África se mantém atuante, como juguete dos monopólios, sabendo que a PIDE continua a sua sinistra tarefa, sabendo que, do velho e apodrecido edifício, só a fachada mudou.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, com a autoridade que lhe confere o fato de ser o mais antigo jornal anti-salazarista legal que se publica no mundo, recorda esta

verdade que sempre norteou o seu trabalho: afastado Salazar, coloca-se perante nós a imensa tarefa de acabar com o salazarismo.

O fenômeno político português, como sempre dissemos em doze anos de atuação, é demasiado complexo para se resolver pela eliminação pura e simples de um homem. Agora, que ela se verificou, novos combates esperam os democratas portugueses, se quiserem, com honestidade de propósitos, colocar finalmente o nosso país no caminho da democracia e da liberdade, eliminando para sempre os últimos resquícios do fascismo que levou Portugal ao mais baixo degrau da sua história.

Para isso, mais do que nunca se torna necessária uma unidade de objetivos e de ação. Que deixando todos livres para agirem dentro dos seus credos políticos, impeça quaisquer tentações de conciliação ou acordo com os remanescentes do fascismo e mantenha todos firmes na luta para derrubar um inimigo que, embora tenha perdido o principal chefe, continua de pé, desafiando os democratas portugueses. Portugal Democrático, São Paulo, ano 12, n.133, setembro 1968, p.1, grifo nosso);

Nesse texto, estão as bases da fundamentação da resistência da oposição portuguesa defendida no **Portugal Democrático**. Primeiramente, o jornal explora que a saída de Salazar não deveria diminuir, mas pelo contrário, reforçar a ofensiva da oposição. Pois, segundo a ideia base desse texto e defendida majoritariamente até o início da Revolução dos Cravos, era de que os problemas do Estado Novo português eram estruturais, portanto, não sendo possível ser reformado ou liberalizado a partir da substituição de uma figura, ainda que fundamental para a constituição do Estado Novo, como foi António Salazar. O periódico é explícito no caminho que assumiria, que perpassa também pela denúncia das condições de vida, exploradas nessa mesma edição, num dossiê que apresenta dados referentes a condições sociais em Portugal, demonstrando a partir do texto “42 de anos fascismo” (edição 133, p.2-3), como o Estado Novo tinha piorado às condições básicas de existência da população em diversas esferas, de um atraso econômico que deteriorava a manutenção das necessidades básicas da população a uma política de cerceamento das liberdades individuais. A unidade proposta pelo jornal admite uma frente ampla de orientações políticas diversas, que deveriam se unir contra a estrutura deixada por Salazar a partir da luta e não de uma relação entre democracia e Estado Novo, por si só, inconciliável.

Há também um manifesto publicado nessa edição que é importante tanto por seu conteúdo quanto por simbolizar uma aproximação entre os diversos grupos da oposição portuguesa no Brasil. “Pela destruição do Estado Fascista Português” (edição 133, p.1-3) é um texto que se dirige aos portugueses que vivem em Portugal, num sentido de alinhamento de posição das forças democráticas portuguesas diante do afastamento de Salazar de sua função pública. O texto, está intimamente relacionado com a postura de enfrentamento ao Estado Novo que **Portugal Democrático** desenvolve em suas páginas. Há diversos pontos que encontram aproximações no editorial dessa mesma edição, como a condenação da “exploração sentimental

de Salazar” e de que o regime sobreviveria ao seu criador se não fosse combatido. Apesar de sua importância enquanto conjunto, o trecho a seguir está no final da exposição, mas representa a postura dos signatários sobre democracia e salazarismo.

V – Pensam os signatários que o desaparecimento de Salazar, conferindo uma dramática premência aos esforços comuns pelo derrubamento do regime que ele simbolizava, tornam prematuros neste momento qualquer debate de programas políticos relativos à futura reconstrução democrática de Portugal. Esse tipo de diálogos, em vez de favorecer a unidade e de facilitar o aperfeiçoamento das tarefas organizativas viria abrir uma controvérsia de que o único beneficiário seria o Estado fascista. **Nessa conformidade, acham-se convictos de que a luta política do povo português atingirá rapidamente um alto nível se for travada em função de um mínimo de objetivos comuns a todos os partidos, grupos, correntes e personalidades democráticas.** Concretamente pensam que o combate atual deve visar a exigência da constituição de um governo provisório que se comprometa a: Decretar uma imediata anistia que abranja a totalidade dos presos, perseguidos e exilados políticos;

Garantir o mais rigoroso respeito pelos direitos constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Carta das Nações Unidas. Qualquer resquício ao restabelecimento em Portugal do direito de reunião, do direito de associação – traduzido na formação e funcionamento legal dos sindicatos e partidos políticos – e do direito à liberdade de expressão é encarada pelos signatários como inaceitável num contexto democrático.

Reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colônias portuguesas.

A aceitação dessas preliminares por um governo provisório criaria as condições indispensáveis à destruição das estruturas do fascismo da qual se partiria então, através do diálogo entre todas as forças democráticas emergentes, para a reconstrução, em bases democráticas, do Estado e da Nação.

VI – Proclamaram sempre os signatários a sua inabalável convicção de que as ações unitárias de todas as forças políticas democráticas poderão levar à vitória o Povo Português no combate que tirava pela Democracia. No momento em que Salazar desaparece, mas o Estado fascista sobrevive, sentem-se os democratas portugueses do Brasil no dever de lembrar a necessidade urgente da convocação de uma Conferência Magna da Oposição em que sejam debatidos fraternalmente os problemas postos pela luta contra o inimigo comum, aprovada uma plataforma política unitária e tomadas as decisões que transformem numa realidade política atuante a coligação de forças democráticas tão desejada pelo povo português.

VII – Manifestam os signatários a sua certeza no resultado vitorioso do combate heroico travado pelo povo português e reafirmam a sua convicção de que a participação das massas na luta será decisiva para a vitória final contra o fascismo; O confronto entre as forças populares – a classe operária, os camponeses, os estudantes, os intelectuais progressistas e os soldados e marinheiros revolucionários – e a oligarquia monopolista, policial e colonialista que oprime Portugal é uma necessidade histórica. Dele sairá a destruição do fascismo e a reconstrução democrática de Portugal.

Brasil, 18 de setembro de 1968.

Portugal Democrático, São Paulo, ano 12, n.133, setembro 1968, p.1-3, grifo nosso);

Dentre os signatários desse documento, estão citados colaboradores do **Portugal Democrático** como: Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho e Francisco Vidal. Havia outras organizações brasileiras signatárias, que são: O Centro

Republicano Português, Unidade Democrata Portuguesa, Democratas Portugueses do Rio de Janeiro e Democratas Portugueses do Recife.

Convém ressaltar a despeito da relevância das passagens apresentadas, alguns pontos. Primeiro, a ideia de que qualquer discussão sobre um programa democrático, só seria possível de ser explorada a partir da destruição do “estado fascista português”. A partir de um governo provisório e da restauração de direitos políticos, e com a aproximação e organização das massas em uma unidade, é que seria possível travar a luta entre as forças populares e a “oligarquia monopolista, colonialista e policial que oprime Portugal”. A partir desse embate, entendido como uma “necessidade histórica” é que se vislumbraria a “reconstrução democrática”.

O envio do **Portugal Democrático** escrito no Brasil para Portugal, era um sintoma da relação próxima da imprensa portuguesa com o Estado Novo. A partir do aparelho ideológico do SPN, a imprensa publicada em Portugal, passou a sofrer com mais ênfase dos efeitos da censura em um espaço que não havia liberdade para a oposição direta ou assuntos que pudessem afrontar a construção retórica que o Estado Novo produzia sobre si (Rodríguez, 2012, p. 181). Nesse sentido, a publicação do **Portugal Democrático** produzida no exílio, pretendia tratar sobre os temas que não eram referidos nos periódicos locais.

Nas edições seguintes a definição da relação de democracia defendida pelo jornal naquele momento é ressaltada. Por exemplo, a edição 134 apresenta um editorial denominado “É hora de atacar” (outubro/novembro de 1968) o jornal vai defender o que entende como “reivindicação do povo” que perpassa sobretudo pela: anistia, fim das guerras coloniais, extinção da censura e da PIDE, respeito por todos os direitos constantes da Declaração dos Direitos do Homem, convocação de uma Constituinte.

Há também, na mesma edição, a apresentação de uma comemoração que os democratas portugueses no Brasil realizavam anualmente no dia 05 de outubro, data da Revolução de 1910. Essas reuniões aconteciam no Centro Republicano Português e significava, para além das conferências e do jantar, um evento de reorganização democrática da oposição no Brasil, onde se reuniam diversos democratas portugueses e ocorriam conferências desses membros. Alguns dos oradores eram membros destacados da oposição portuguesa e se vinculam ao **Portugal Democrático**, como: João Sarmento Pimentel e ainda, como de costume, um representante brasileiro que em 1968 o escolhido foi Florestan Fernandes que já havia ligações com o **Portugal Democrático**. Há, ainda nessa edição, a chamada de uma iniciativa desenvolvida nesse jornal desde 1958, que se chamava “Natal do preso político” e sempre no fim de ano,

elaborava um pedido de fundos financeiros para contribuir, principalmente com famílias desestabilizadas pela prisão de alguns membros da oposição portuguesa.

Em “Desmascaramento e Desafio” (dezembro de 1968) o texto editorial explora o que descreve por “esperanças da oposição” e que Marcelo Caetano contava com a “inércia da grande massa da população” e apoio de “amplos setores da pequena burguesia” que estavam sendo atraídos por suas “manobras mistificadoras”. Nesse texto, o jornal defende que “Marcelo é o salazarismo sem Salazar”, portanto, deveria ser “desmascarado” e “combatido” através de uma palavra de ordem: “ofensiva!”. Ainda assim, o jornal defende o valor político de um texto enviado a Américo Tomás, então Presidente da República, e assinado por diversos democratas portugueses, que exigia dentre outras pautas, a “Dissolução da Assembleia Nacional, Eleição de uma constituinte e Anistia geral”. Há ainda outra petição comentada e publicada na mesma edição do jornal, assinada por “mais de mil pessoas, na maioria da classe trabalhadora” e entregue em novembro a Marcelo Caetano, onde foi exigido a “extinção da PIDE e o regresso dos exilados”. O artigo publicado na página 2 intitulado “O democrático Sr. Caetano” e escrito por Francisco Vidal traça um breve panorama da trajetória de Caetano, de um intelectual que apoia a censura e que continuaria a política de enviar tropas à África e sustentar uma guerra entre portugueses e africanos.

Há, a partir da posse de Marcelo Caetano, alguns passos na direção de modernizar os processos da condução política portuguesa e de reformas administrativas que viriam a ser reconhecidas como parte da “Primavera Marcelista”¹¹. A lógica de uma reforma administrativa era anterior a posse de Marcelo como Presidente do Conselho de Ministros, por exemplo, o Secretariado da Reforma Administrativa foi criado em novembro de 1967 e a lógica da reforma da administração pública portuguesa entendida como necessidade desde ainda os anos de 1950 (Azevedo, 2021, p. 593). Diante desse quadro, havia expectativas de mudanças também no processo eleitoral no que pese as eleições para a Assembleia Nacional que ocorreria em outubro de 1969.

Em fevereiro de 1969, a edição de número 137, apresenta um texto editorial com o mesmo título apresentado na edição 133 de setembro de 1968, convocando a oposição para um projeto “Pela unidade e pela ação”. Entretanto, o foco desse texto perpassa sobretudo pelo

¹¹ Período de início de governo de Marcelo Caetano (1968-1970) em que há uma esperança de liberalização de direitos sociais e diminuição do recrudescimento imposto pelo Estado Novo (Mendes, 2020).

questionamento da lisura do processo eleitoral, marca propagandística de Caetano na tentativa de demonstrar que o regime se encaminhava para a liberalização.

As edições de outubro 1969 para a assembleia legislativa, carregam principalmente através de seus editoriais, o entendimento de que a oposição não poderia considerar superar o regime através de um processo eleitoral. A posição, do **Portugal Democrático**, de se recusar a endossar o processo eleitoral está vinculado evidentemente com a ideia de que a democracia só poderia ser pensada fora dos contornos da estrutura do Estado Novo, mas também pela grande desilusão eleitoral, que recém havia completado dez anos, da frustração das eleições de 1958, onde Humberto Delgado apoiado por grande parte da população e candidato a Presidente da República seria derrotado, num resultado contestável e que simbolizou sobretudo a impossibilidade de forças democráticas ocuparem gradativamente os cargos da função pública dentro dessa estrutura.

O editorial “A opção inadiável” (abril de 1969) apresenta uma das principais críticas e problemas encontrados, principalmente se referindo aos portugueses que viviam em Portugal, no abrandamento das lutas e manifestações contra o Estado Novo. O texto correlaciona essa postura da oposição, sobretudo por se tratar de um ano eleitoral, a falta de uma unidade na oposição e se mostra contrário ao que denomina “política dos braços cruzados”, que domina a oposição nesse momento e que se baseia nas esperanças de uma liberalização a partir do processo eleitoral e que para o jornal se concretizaria a partir da luta, inebriada pelas expectativas das eleições. Lê-se, no fim do texto, a postura organizativa defendida pelo jornal.

O papel de todos os anti-fascistas autênticos é ao lado das massas e não contra elas. E, nos últimos meses o povo português tem afirmado de maneira unívoca a sua disposição para a luta. Cabe aos dirigentes tomar a iniciativa, criar organismos para comandar a batalha, proceder de modo a conquistar posições nas organizações legais. A unidade é mais do que nunca necessária para mobilizar as massas, para abrir caminho na direção do objetivo final: o confronto entre o povo e o aparelho de repressão do Estado fascista, do qual sairá a destruição do regime. Os setores anti-fascistas mais conscientes têm de tomar a iniciativa com audácia e confiança. Cabe-lhes atacar o adversário, sem lhe dar a oportunidade de ser ele a dividi-los primeiro, para depois os esmagar isoladamente.

A hora, repetimos, é de ofensiva em todas as frentes. A vitória está ao nosso alcance. A escolha a fazer é entre a luta e a capitulação. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 13, n.139, abril 1969, p.1);

Na mesma página, uma parte do folheto escrito por Miguel Urbano Rodrigues e editado pela Unidade Democrática Portuguesa¹² denominado “As ‘eleições’ de outubro e as ilusões

¹² A Unidade Democrática Portuguesa (UDP) foi uma organização criada em 1961 e que contou com o apoio do PCP para organizar a “unidade” no exílio sobretudo a partir das disputas sobre o colonialismo na África. Reuniu em seus quadros membros de diversas correntes ideológicas, dentre eles: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Augusto Aragão, Manuel Tito de Morais e Manuel Sertório.

legalistas” (abril de 1969) que procura fazer um balanço da diminuição das greves e manifestações de trabalhadores em meio ao processo eleitoral em Portugal. O texto reitera que a luta não pode almejar “a conquista de meia dúzia de cadeiras na Assembleia caetanista, mas sim o derrubamento do fascismo” e que Marcelo Caetano, através de sua propaganda, teria adquirido a condição de “moderado” e as eleições significariam uma prova das tentativas de liberalização. Além disso, determinados setores conservadores da oposição portuguesa, estariam tomados pelo “pavor dos ultras” no sentido de que, internamente, o regime passava por disputas e que Caetano, apesar dos pesares, estaria fazendo menos do que queria por pressões internas. O texto apresenta, que por trás do bordão da “Primavera Marcelista”, nunca houve liberalização alguma, pois nenhuma das promessas de Caetano, a partir de seu discurso de posse, estavam de fato sendo cumpridas. Portanto, a oposição não poderia recuar para garantir a sobrevivência de Caetano, pois seria em síntese, garantir a sobrevivência do regime.

Há também nessa edição um espaço que viria a ser utilizado em alguns períodos da história do jornal, denominado “Apelo aos leitores”. O texto solicita aos leitores uma contribuição financeira, pois a alta da taxa dos correios e do preço papel constituíam uma ameaça à sobrevivência do jornal. É importante notar que o **Portugal Democrático** contava com um ínfimo aparato comercial, o que se define a partir de uma produção desenvolvida e financiada pelos seus próprios colaboradores privilegiando esses poucos espaços geralmente a divulgação de obras produzidas por artistas e intelectuais perseguidos pelo Estado Novo.

As edições 140 e 141 de maio e junho de 1969, respectivamente, vão denunciar as ações efetivas de Caetano que não simbolizavam um desvio de seu antecessor, a partir de sua postura de endossamento das guerras coloniais na África e na repressão das greves estudantis em Portugal. “A certeza da escalada” (maio 1969) é o título do editorial que vai sobretudo discutir a intensificação das ações coloniais de Caetano em Angola e Moçambique.

“Luta em todas as frentes”(junho 1969) vai chamar a atenção para o modo de atuação defendido pelo jornal, que pressupunha uma forte organização popular e trabalhadora em atos de manifestações e greves, tendo em vista à reação agressiva do regime a greve de universitários da Universidade de Coimbra, que demonstra que Caetano não estava apto para lidar com a resistência da população, ressaltando “a nunca desmentida coragem dos trabalhadores do nosso país que prosseguem, agora com redobrado vigor, as suas lutas reivindicativas, em todos os pontos de Portugal, nas fábricas como nos serviços públicos, no setor da pesca como no setor agrícola” (p.1) Nesse sentido, para o **Portugal Democrático**, a crença na “farsa eleitoral” dividiria a oposição, que deveria aproveitar o cenário de greves estudantis e de trabalhadores,

das eleições e da guerra na África, canalizando as lutas num projeto unitário de superação do Estado Novo.

No entanto, a diminuição das lutas populares não se limitava apenas a uma expectativa da oposição pelas eleições que viriam. As reformas laborais de Caetano em 1969, “eram estas, no caso dos sindicatos, a abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação coletiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos coletivos no trabalho” (Barreto, 1990, p. 58). Essa alteração produziu mudanças efetivas na relação e organização dos trabalhadores, que possibilitou a organização das direções dos diversos sindicatos do trabalho para uma decisão coletiva em reuniões denominadas “Intersindicais”. Além disso, considerando que o movimento sindical nesse momento em Portugal se concentrava nos grandes centros, como Lisboa e Porto, pode-se afirmar que havia uma expectativa de mudanças efetivas no campo trabalhista.

É nesse contexto que os editoriais passam a criticar a oposição de portugueses ao Estado Novo que se divide em grupos que procuram essa transição pacífica por dentro do próprio regime e que incorriam na “capitulação”, como também outros que pretendiam a organização de um golpe militarizado, descritos como “aventureiros” (Silva, 2000, p. 29). **Portugal Democrático**, em seus editoriais, defendia o apoio e o fortalecimento das “insurreições populares” para aqueles que viviam em Portugal e o papel da oposição no exílio deveria ser de enfraquecer e constranger a imagem de Portugal no exterior por meio de dossiês que fariam com que o governo de Caetano perdesse o apoio financeiro e político internacional. Quanto aos chamados “aventureiros”, **Portugal Democrático** estava se referindo principalmente aos militares, Henrique Galvão e Humberto Delgado, que criaram o já citado, **Portugal Livre**.

A edição 142 capta o espírito dessa disputa através de um documento publicado na página 01 e 02. O editorial dessa edição denominado “O funeral da grande política” (agosto 1969) vai refletir sobre a viagem de Caetano ao Brasil para conseguir apoio nas lutas coloniais, mas sem acordos com os militares que comandavam a ditadura brasileira nesse período.

O documento acima referido foi uma “Carta aberta a Marcelo Caetano” (agosto 1969) enviada ao Presidente do Conselho de Ministros em sua visita ao Brasil e assinada por membros de nove organizações de exilados portugueses de seis países diferentes, dentre os quais: Brasil, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. Os colaboradores do **Portugal Democrático**, estão incluídos na organização paulista Unidade Democrática Portuguesa. Dos

quais vale destacar pela sua importância e presença no conselho editorial do jornal: Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho, Augusto Aragão e Helder Costa. Além desses, o ex-candidato à presidência da república em 1951 e professor universitário da Universidade de Pernambuco, Ruy Luis Gomes.

A despeito da extensão da carta, aqui serão recuperadas sobretudo o trecho que finda o documento e sintetiza as mudanças práticas que os signatários reclamam como indispensáveis para a democratização de Portugal:

A imediata extinção da polícia política, dos tribunais plenários e da censura, a anistia geral aos presos e exilados políticos, o fim das guerras coloniais, o encerramento das bases militares estrangeiras, o respeito integral de todos os direitos inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, e a eleição de uma constituinte. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 13, n.142, agosto 1969, p.1, grifo nosso);

Mais interessante que verificar que alguns dos principais colaboradores do **Portugal Democrático** constarem como signatário desse texto, é o jornal abrir espaço para a publicação na íntegra do documento enviado a Marcelo Caetano. A proposta do envio parece contrastar com o discurso de “luta” ou “destruição” se tratando a Marcelo Caetano e toda a estrutura montada do Estado Novo. No entanto, os democratas portugueses não esperavam que Caetano acatasse os pontos apresentados como essenciais ao desenvolvimento da democracia, mas que esse documento servisse para pressioná-lo internacionalmente, sobretudo no Brasil, onde Marcelo Caetano tinha o intuito de realizar acordos de diferentes tipos com a ditadura brasileira.

Nas edições seguintes o tema das eleições novamente se torna o centro da discussão de que tratam os editoriais. O editorial 143 vai refletir sobre o “Jogo sinuoso de Caetano” (setembro 1969) que analisa um ato da Procuradoria Geral da República que declarou “ilegais as comissões democráticas eleitorais” que nas palavras do texto, confirmam o óbvio: “a certeza da fraude marcada para o dia 28 de outubro” e, portanto, a oposição democrática deveria entender de uma vez por todas, que: “não há realmente solução pacífica para o problema português”. A edição 145 de outubro, mês das eleições, iria encontrar um uso para o processo eleitoral, que se apresentava a partir de aproveitar as eleições para desenvolver a mobilização da “consciência nacional”, a partir do texto “Portugal não deve ser iludido” (outubro 1969).

As eleições acabariam por confirmar as suspeitas que os editoriais alertaram. A União Nacional (UN), partido situacionista, conseguiu 87,99% por cento dos votos válidos, que pelas regras do sistema plurinominal impediu que um único representante da oposição assumisse uma cadeira dentro do congresso. No entanto, cerca de 30 deputados da chamada “Ala liberal”, setor

ligado à tentativa de renovação do regime, vão ocupar lugares no plenário, mas com pouca autonomia. Para o **Portugal Democrático**, além de as eleições comprovarem a falácia legalista de Caetano, outro dado chamou a atenção do jornal e seria utilizado como indicador da insatisfação dos portugueses: a abstenção eleitoral que atingiu a expressiva marca de 670.146 portugueses ou 37,5% dos indivíduos aptos a votar.

A partir desses números, o editorial “Balanços e perspectivas” (dezembro 1969) faz um esforço para que parte da oposição abandonasse a estratégia de “capitulação” e se unisse na luta efetiva que não se cumpriria dentro das regras estipuladas pelo regime.

Ao “extinguir” a P.I.D.E. por decreto, no dia 19 de novembro, Marcelo Caetano ofereceu ao povo português a prova de que está disposto a prosseguir na sua política de demagogia “liberalizante”. O sucessor de Salazar, como é óbvio, apenas “extinguiu” a sigla. A P.I.D.E. continua intacta. Mudou de nome. Os assassinos de Silva Pais e Sacchetti acobertam-se agora sob a fachada da Direção Geral de Segurança.

A “extinção” da P.I.D.E. insere-se, assim, na conjuntura como uma simples manobra tática. Mas o fato de não alterar em nada o quadro da repressão não diminui o significado do gesto de Caetano. Estamos perante uma derrota do regime e uma consequente vitória popular. A simples mudança de nome prova que o fascismo se sentiu na necessidade de recuar, reconhecendo implicitamente a procedência das acusações formuladas contra o bando da(sic) assassinos da R. Antonio Maria Cardoso.

A maior derrota de Caetano foi, porém, a abstenção. [...]

É extremamente positivo que a corajosa e difícil decisão de ir até às urnas tenha sido tomada, democraticamente, pelas bases do Movimento Democrático Eleitoral em assembleias onde todas as opções possíveis foram exaustivamente debatidas.

Acompanhar os candidatos até o fim não implicava, porém, o compromisso de depositar o voto nas urnas. Esse pormenor fundamental ficou, igualmente, bem claro.

E é nesse sentido, também, que a abstenção verificada assume o significado de uma derrota do fascismo e de uma vitória popular. [...] O povo apoiou até o último momento os candidatos da democracia. Mas, certo de que a fraude estava montada e de que importava oferecer ao Mundo uma demonstração clara da sua repulsa pelas “eleições” de Caetano, absteve-se em grande parte a 26 de outubro. [...]

A abstenção final desmascarou Caetano. Foi o complemento natural e necessário da campanha pelas forças democráticas e populares. Ficou provado que não há solução legal pacífica para o problema português. [...] Grandes vitórias estão ao alcance do povo português se os seus setores mais combativos souberem manter e ampliar o espírito de luta de que deram mostras nos últimos meses. Balanços e perspectivas. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 13, n. 146, dezembro 1969, p.1, grifo nosso);

A última edição de 1969 reflete a respeito das “manobras de Caetano”, dentre elas a mudança de nome da antiga Polícia Internacional e de defesa do Estado (PIDE) para Direção Geral de Segurança (DGS), na tentativa de indicar políticas no sentido de liberalizar o regime, mas que na prática, não alterava a estrutura do mesmo regime. Por isso, essa edição vai denunciar um comportamento, que se acentuaria especialmente no ano seguinte, que é o de enfraquecimento das lutas populares. Esse período também demarca o início do hiato de Vitor Ramos na atuação do **Portugal Democrático**, pela razão de que o intelectual e professor vai

lecionar na Universidade da Califórnia e, portanto, se afasta do conselho editorial do jornal até 1971 (Silva, 2007, p. 209).

As edições do **Portugal Democrático** referentes ao ano de 1970, demonstram uma preocupação em particular: a diminuição das lutas populares. A edição 147 referente aos meses de janeiro-fevereiro, abrem com um editorial que representa essa preocupação a partir do texto intitulado “Amnistia: Exigência do Povo Português” (janeiro-fevereiro 1970) que faz referência ao VII Encontro Nacional do Movimento da Oposição Democrática (MOD) no dia 23 de novembro de 1969. Nas palavras do editorial, o encontro do MOD “veio confirmar que os partidos, organizações e personalidades da oposição anti-fascista estão dispostos a organizar-se para a difícil luta contra o salazarismo sem Salazar” (p.1). Porém, na sequência, o texto ressalta a diminuição dos protestos populares que atribui como causa a aceitação de alguns setores da oposição de encarar as eleições como um fim e não como uma etapa. É, a partir dessa ideia, que o editorial vai fazer a defesa de uma “anistia geral” não também como um fim, mas como uma etapa do processo da destruição do fascismo português, que envolveria a luta em diversas frentes como parte desse processo de derrubada do Estado Novo.

A edição 148 nos interessa sobretudo por um debate que vai ensejar referindo-se a Caetano em uma análise para além do caráter político do seu regime. No editorial “Caetano continua na ofensiva” (março 1970), estão apresentadas algumas evidências do projeto propagandístico de Caetano, que passava sobretudo por alterar a nomenclatura de algumas das instituições mais contestadas pela oposição, a polícia política e o partido da situação, mas mantinha as estruturas repressivas das mesmas instituições. O jornal faz referência sobretudo a a necessidade de Portugal tirar “passaporte para o mundo moderno”, principalmente a partir da fala do secretário de Estado e Indústria, Rogério Martins, que afirma: “Nenhum país pode subtrair-se à influência das potências que forjam o mundo”. Quanto ao comentário a respeito dessa fala, lê-se:

Que pretende, afinal, Caetano com essa autocrítica de um dos benjamins do regime? O seu propósito é evidente: **reforçar os laços de dependência de Portugal em relação aos grandes monopólios internacionais, sejam eles alemães, americanos, britânicos, japoneses, suecos ou franceses. Nos desdobramentos estratégicos do caetanismo, a abertura de Portugal à Europa e ao Mundo só pode ser interpretada como ato de confirmação de vassalagem perante as gigantescas empresas internacionais que controlavam já a economia portuguesa.** Todas as informações que nos chegam demonstram o esforço realizado pelo fascismo português nesse sentido. Um extenso relatório elaborado pelo Sub-comitê I das Nações Unidas e distribuído a 28 de novembro de 69 mostra de forma insuspeita até que ponto Marcelo Caetano vem intensificando a política de aliança com os poderosos oligopólios e monopólios internacionais que dominam a África Austral. **As coisas chegaram a tal extremo que os técnicos das Nações Unidas consideram a política**

de Salazar nacional em comparação com a de Caetano... Portugal Democrático, São Paulo, ano 14, n.148, março 1970, p.1, grifo nosso)

A ideia para uma retomada econômica que vinha em crise desde os anos de 1950, passava por políticas de inserção de Portugal na dependência do capital estrangeiro para movimentar a economia portuguesa e a aproximação da nação com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) (CABREIRA, 2017, p. 42).

Em junho de 1970, retoma-se novamente a questão que se refere a diminuição e o “cansaço” das lutas populares, a partir do editorial “A luta não pode parar” (junho 1970) que debate a união das oposições para destruir o regime, pois o mesmo “jamais se autodestruirá”. Um excerto deve ser apresentado pela sua capacidade de síntese de uma ação orientada pela organização da luta em todas as frentes para a derrubada do Estado Novo:

As forças democráticas acham-se assim perante uma opção decisiva. Ou conservam a iniciativa e, fortalecendo a sua unidade e organização desfecham novos golpes no inimigo; ou deixam passar o momento favorável e se colocam numa atitude de expectativa que permitirá ao fascismo desfechar contra elas golpes demolidores. As condições para continuar acoessando o fascismo existem. **Mas urge saber aproveitá-las com ousadia e imaginação, dentro de uma perspectiva revolucionária.** Não se trata de lutar por pequenas vitórias táticas isoladas de um pensamento revolucionário. **As forças populares demonstram já amplamente o seu poder. Importa agora, com confiança, firmeza e dinamismo mobilizar as grandes massas descontentes – vale dizer o povo português – na luta por objetivos imediatos, por reivindicações justas e patrióticas incompatíveis com a lógica do sistema. Como? Forçando Caetano a reconhecer a existência legal da Oposição, ganhando a batalha dentro dos Sindicatos fascistas, impondo a anistia, a dissolução da PIDE e das organizações fascistas para-militares, a gestão democrática das associações de estudantes, desencadeando uma batalha ininterrupta pelo aumento geral dos salários.** Portugal Democrático, São Paulo, ano 14, n.150, junho 1970, p.1, grifo nosso)

A estratégia de atuação da oposição portuguesa de resistência ao Estado Novo ensejada pelo **Portugal Democrático**, passava pelo aumento das manifestações populares e na mobilização destes em “objetivos imediatos” que, “incompatíveis com a lógica do sistema”, promoveria uma força capaz de ultrapassar a estrutura comandada por Marcelo Caetano e visualizar, a partir de então, uma nova organização do Estado português. Nota-se que a partir dessa postura, não se esperava que o regime se implodisse, mas na mobilização social é que poderia se afirmar as reivindicações portuguesas, que inconciliáveis com a estrutura do Estado à época, conduziria em síntese à superação dessa estrutura para que uma nova reestruturação democrática fosse possível.

O editorial 151, faz uma digressão a crítica do Estado fascista português e nas políticas de governo de Marcelo Caetano, para se referir a um intelectual brasileiro que nas palavras do

jornal, foi “um autêntico espírito da comunidade brasileira”. O editorial faz referência à morte de Álvaro Lins e é veiculado na edição de julho e agosto. O texto denominado “Álvaro Lins, nosso companheiro” (julho-agosto 1970) apresenta a relação próxima entre a intelectualidade brasileira e portuguesa, a partir de uma reflexão sobre a relação entre Lins e a oposição democrática portuguesa. É importante ressaltar que esse editorial ocupou toda a primeira página da edição, o que não era comum e não se repetiu em nenhuma das edições anteriores. Ao lado do texto há uma foto que ocupa, verticalmente, boa parte da página e apresenta a legenda seguinte: “Passarão os anos, mudarão os governantes e a lembrança de Álvaro Lins permanecerá sempre viva no coração do povo de Portugal como a de alguém que num sombrio momento histórico soube encarar contra o fascismo de Salazar a dignidade do Brasil e a dignidade de Portugal”.

Álvaro Lins é apresentado como “um homem que amava e compreendia Portugal como poucos portugueses”. A partir daí, o texto apresenta diversas situações em que Lins atuou diretamente contra as estruturas de repressão promovidas dentro do Estado Novo. Aqui, é incontornável tratar de sua atitude enquanto embaixador brasileiro em Portugal, que em 12 de janeiro de 1959, concede asilo político a Humberto Delgado, este que após angariar forte apoio nas eleições de 1958, viria a ser perseguido pelo regime. A atitude de Lins desagradaria o presidente brasileiro à época, Juscelino Kubitschek, que o faria ser exonerado em outubro de 1959. Ademais, como demonstra o editorial, Álvaro Lins esteve direta ou indiretamente envolvido com as manifestações da oposição e a partir de seu livro intitulado “Missão em Portugal”, pode-se refletir sobre questões da política luso-brasileira e a democracia.

A morte de Salazar é discutida a partir do editorial 152 denominado “Morreu o bicho não morreu a peçonha” (setembro 1970). A partir desse texto e da discussão do legado deixado por Salazar a Caetano, o texto pretende sobretudo fazer uma aproximação da experiência caetanista de governo e as influências do fascismo de Mussolini e do salazarismo, a partir de sua “demagogia liberalizante” que visava sobretudo buscar apoio político da oposição mais conservadora. Entretanto, o discurso de Marcelo Caetano assumia ares demagogos sobretudo porque para o jornal: “Nenhum dos problemas fundamentais que Salazar deixou ao país foi atacado por Caetano” e, termina o texto utilizando uma frase reforçada a partir de então que sintetizava, que a despeito de todos esses problemas sociais e da incapacidade do regime ser reformado ou se democratizar por dentro, não havia “solução pacífica para o problema português”.

A edição 153, explora alguns debates e expõe questões que influenciam a postura da construção da plataforma unitária diante de um momento de redirecionamento da oposição portuguesa no Brasil, a partir das comemorações do dia 05 de outubro. A edição faz referência a morte do então, Diretor Geral do **Portugal Democrático**, Otávio Martins de Moura. Aqui novamente há uma relação direta de cumplicidade entre brasileiros e portugueses e, parte do texto, além de demonstrar a estima que este personagem teve para os membros do jornal, pode também indicar caminhos enfrentados por um jornal formado por membros diretamente ligados ao PCP para continuar a ser publicado no Brasil em uma ditadura que apresentava suas fases mais repressivas.

[...] A direção do nosso jornal, como era inevitável, foi para ele uma fonte permanente de problemas. Só quem conhece o poder do *lobby* português do Brasil pode avaliar as pressões diretas e indiretas que Otávio Martins de Moura sofreu da parte de elementos e forças empenhados em silenciar, custasse o que custasse, esta tribuna de combate ao fascismo. Mas não houve manobras, apelos, ameaças que fizessem, Otávio Martins de Moura recusar ou sequer transigir em questões secundárias. Manteve-se até o fim com indomável coragem no seu posto de combate. Servindo a causa da democracia portuguesa, estava certo de servir também o Brasil. Seu exaltado patriotismo de brasileira levava-o a sentir-se também português.

Foi um grande companheiro cujo nome ficará para sempre ligado ao combate dos anti-fascistas portugueses do Brasil. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 14, n.153, outubro-novembro 1970, p.1, grifo nosso)

O editorial “Da unidade para ação” (outubro-novembro 1970) retoma a crítica a respeito da diminuição dos protestos populares e da crença desses grupos nas “mistificações de Caetano”, sobretudo a partir de dois problemas que, para o jornal, o povo português teria consciência que sofria: a guerra colonial e a emigração. Mas, em um outro trecho é que discute alguns temas que se relacionam a atuação da resistência e a organização de uma plataforma unitária, é por isso será retomado aqui:

Sejamos realistas. Se somos ainda poucos para desencadear uma Revolução vitoriosa, somos já bastantes para realizar o trabalho de criar as condições indispensáveis ao êxito do processo revolucionário. Rejeitamos o palavreado pseudo-revolucionário dos irresponsáveis sempre dispostos a que outros se batam e morram por eles. Mas, acreditamos que as forças autenticamente revolucionárias que em Portugal e no exterior se batem contra o fascismo e o colonialismo de Caetano precisam de realizar um grande esforço para acoessar o adversário, sem lhe dar tréguas, mostrando a sua real vulnerabilidade, a fraqueza que se esconde sob a sua aparente tranquilidade.

Nos últimos meses assistimos em Portugal a um inegável recuo das lutas populares. Diminuiu o número de greves, a censura acentuou-se, os jornais voltam a assemelhar-se ao que eram há dois anos, o movimento camponês perdeu agressividade, os estudantes e os operários saem menos às ruas. E, contudo, dialeticamente Caetano, nunca esteve tão exposto a sofrer, de um momento para o outro, golpes devastadores. O prolongamento da guerra e os dramas da emigração – repetimos – carregam no bojo as sementes de explosões irresistíveis (sic) da cólera popular. **Cabe às forças revolucionárias portuguesas, com aquela dedicação e heroísmo de que sempre deram provas, mas com um dinamismo e uma**

imaginação renovados, trabalhar para que a desejada centelha se produza o quanto antes.

Nosso papel no Exterior é complementar. Esforçamo-nos por cumpri-lo, conduzindo em escala mundial a batalha pelo desmascaramento de Caetano e sua demagogia liberalizante, de seu colonialismo monstruoso. É o que temos feito e continuaremos a fazer. Nesta mesma edição publicamos o texto do Memorial que organizações democráticas portuguesas do Brasil, Canadá, EUA, Argentina, Uruguai e Venezuela encaminharam à XXV Assembleia Geral das Nações Unidas, definindo a sua posição sobre o problema colonial. É verdade que nem todos os adversários do regime português, na América como na Europa, realizarão um trabalho de colaboração coordenado. **Mas, como tantas vezes temos dito, unidade não é unanimidade. Defendemos uma unidade de ação voltada para o derrubamento do fascismo.** O Memorial enviado à ONU, o manifesto ao povo português aprovado por aclamação durante a reunião do 5 de outubro em São Paulo são frutos dessa unidade, pequenas vitórias táticas que nos trazem a satisfação do dever cumprido, momentos da batalha que travamos contra um regime cuja imagem se espelha na gravura com que abrimos essa edição. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 14, n.153, p 1, outubro-novembro 1970, grifo nosso)

O último editorial publicado em 1970 apresenta alguns pontos interessantes para se entender a conjuntura de organização da oposição democrática que o **Portugal Democrático** defendia.

No texto, há um elemento novo que não esteve presente nas edições anteriores analisadas e que se constitui como parte fundamental da compreensão que o jornal tinha da luta em Portugal e do papel dos exilados portugueses no exterior. A centralidade da ação da resistência presente em Portugal é ressaltada, da mesma forma que o editorial tece críticas aos diversos movimentos de resistência atuantes no país. Ao mesmo tempo, explora e define a posição dos exilados portugueses, como “complementares”, e que se apresenta em uma discussão já tratada nos termos de: “Desmascaramento de Caetano”, onde os exilados estavam se unindo em um projeto comum, e a prova disso, seria reforçado pelo envio de mais um memorial à ONU, que desta vez, refletia sobre as guerras coloniais na África.

Desse modo, a unidade que o jornal propõe construir já tem suas bases sólidas no exílio: com as diversas organizações que se juntam e enviam documentos a entidades internacionais e publicam informações referente à situação política, econômica e social e também se reconhece, uma unidade, ainda que fragmentada, de grandes grupos sociais em Portugal. O texto faz referência a alguns deles: a imprensa portuguesa, o movimento camponês, o operariado e o movimento estudantil. Reconhece-se certa unidade nesses movimentos, ainda que muito heterogêneo em sua composição, mas o cerne dessa discussão, pretende promover a unidade não como um fim, mas como parte do processo que envolveria a ação, que sim, deveria ser conjunta. O periódico quando afirma “unidade não é unanimidade”, reconhece que a luta deveria ser unitária, no sentido que todos que se reconhecessem na oposição, manifestassem externamente uma postura de combate ao regime em todas as frentes, mas que isso deveria

seguir sob certa orientação. Ao reconhecer que nem toda a oposição portuguesa, seja em Portugal ou no exílio, faz um trabalho coordenado, o texto reitera que a unidade que deseja é na luta e, por isso, valida outras formas de resistência, ainda que defenda, e defenderá, o que descreve como uma resistência direcionada.

É fato que a partir de 1970, ocorreria o recrudescimento de ações repressivas no governo de Marcelo Caetano, período conhecido então por “outono marcelista” em contraposição ao breve período de esperanças liberalizantes. Marcelo Caetano pressionado inclusive pelo setor empresarial que reagiu mal as reformas (Barreto, 1990) e pela crescente ofensiva de grupos revolucionários em Portugal (Mendes, 2020) vai contra-atacar com uma nova onda de repressão à oposição.

As próximas edições que viriam a ser publicadas no início de 1971, vão se referir sobretudo a guerra colonial e explorar a condenação internacional que Portugal passa a sofrer da ONU e de alguns de seus signatários. A temática referente as guerras coloniais na África vão ocupar boa parte da discussão apresentada pelo **Portugal Democrático** que relaciona a manutenção das guerras coloniais com a sobrevivência do regime. Portanto, nesse momento a política de desmascarar Caetano, passava pela recusa da continuidade da guerra por parte dos portugueses.

O número 157 do jornal, publicado em abril de 1971, viria a reiterar alguns dos principais pontos irrevogáveis que seriam exigidos por meio da luta e que fundamentaria organização de uma plataforma comum entre a oposição portuguesa. Eis parte do editorial que fundamenta as propostas defendidas pelo **Portugal Democrático**:

[...] O aproveitamento de todas as possibilidades de ação legal e semi-legal não só não impediu a ascensão das lutas ilegais como contribui para uma mais ampla ressonância e aceitação de desafios de caráter revolucionário como a agitação nos quartéis, a deserção de oficiais e soldados e a destruição da ARA de 17 aviões e helicóptero na Base de Tancos. **Portugal Democrático, fiel à sua linha de defesa de uma unidade atuante, apoia todos os esforços desenvolvidos no sentido de fortalecer o Movimento Democrático através da realização de Encontros Nacionais que permitam um amplo confronto de ideias, indispensável ao lançamento de uma plataforma comum de ação imediata. Tais encontros, acreditamos, facilitarão um conhecimento mais exato e aprofundado de realidades objetivas e subjetivas, contribuindo para o êxito da ofensiva política de âmbito nacional a cujos primórdios estamos assistindo.**

A própria evolução da conjuntura e a natureza das principais lutas em curso demonstram que não será muito difícil definir os pontos principais de uma plataforma comum de ação imediata. Em certos casos basta que uma direção política com a organicidade indispensável e a autoridade inerente à sua representatividade popular referende aquilo que as massas, por si mesmas, já iniciaram, interpretando os anseios mais fundos do povo.

O fim da guerra colonial, a abolição da censura, a abolição das medidas de segurança, a libertação de todos os presos políticos, a dissolução efetiva da PIDE

e dos Tribunais Plenários, o direito da Oposição Democrática a desenvolver legalmente a sua atividade figuram entre as reivindicações imediatas do povo português. Em outras palavras, urge aprovar uma plataforma que se traduza, na prática, num batalha permanente pelos direitos e liberdades democráticos: liberdade de imprensa, liberdade sindical, direito à greve, direito de formar partidos políticos, direito de organização, reunião e manifestação, direito a exigir o fim do genocídio africano, o repatriamento do Exército da África, a abertura de negociações com os representantes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO, e o reconhecimento imediato do direito à autodeterminação e independência dos povos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Timor. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 15, n.157, abril 1971, p.1, grifo nosso)

A partir dos trechos apresentados pode-se entender com maior clareza alguns dos pontos que o jornal defende na oposição, principalmente no que diz respeito aos direitos que fundamentariam o início de um processo democrático. Se a partir do editorial, pode-se verificar o aumento das manifestações populares no início de 1971, é importante notar que a ação apresentada através do periódico, de grandes encontros para a oposição democrática organizar a luta revolucionária em Portugal, estava dentre as manifestações proibidas pelo regime comandado por Caetano. Esse argumento não se fundamenta na ideia do periódico de que esses encontros seriam facilitados ou permitidos pela máquina do regime, mas que a oposição deveria se organizar para um movimento revolucionário, porque esses direitos não poderiam ser restituídos sob o aparato estrutural que fundamentava o regime.

Nota-se que os direitos entendidos como consenso dentro da oposição democrática portuguesa e defendido pelo **Portugal Democrático**, formado em seu conselho editorial por membros do PCP, não prevê uma revolução comunista, tal como no caso soviético, por exemplo, ou que visassem a superação do modelo do Estado burguês. Os direitos exigidos através do editorial, se fundamentam a partir de um estado de Direito de modelo burguês e estão orientados mais para a inserção das diferenças a partir de uma estrutura baseada no voto e na formação dos partidos políticos, até porque o foco nesse momento era o de desenvolver uma rede multipartidária para combater o regime. Essa postura também está em acordo com os ideais democráticos defendidos pelo PCP na década de 1970 (Cabreira, 2017, p. 71).

No entanto, a participação do PCP nessa reorganização das lutas populares ocorre sobretudo porque desde 1968, o partido aumenta sua preponderância na reorganização dos sindicatos, o que se acentua a partir de 1972 e, portanto, os Encontros Nacionais referenciados pelo **Portugal Democrático** se enquadram nessa reorganização das massas populares portuguesas, que passam a atuar de forma organizada e transcender seu papel trabalhista para o debate político, a partir de células partidárias nos locais de trabalho (Barreto, 1990, p. 81).

Na edição de maio de 1971, aparece no editorial a temática dos intelectuais e suas relações com a política do regime salazarista e caetanista. O texto vai apresentar as diferenças entre os dois mandatários e a estratégia de Caetano para captação de parte da intelectualidade portuguesa, que passa por um financiamento por parte do Estado caetanista que visa garantir a publicação de autores com elevadas receitas de direitos autorais e de tiragem de exemplares:

A política caetanista em relação aos intelectuais é, realmente, diferente da salazarista. E mais perigosa na medida em que não parte da tese do mestre de Santa Coimbra de que todos “os que não estão conosco são nossos inimigos”. Caetano parte de um princípio diferente: todos os que não nos hostilizam diretamente devem ser neutralizados e, se possível, utilizados ao serviço dos nossos fins. Daí a ofensiva para a utilização instrumental de intelectual pusilânimes. Os meios a que o governo vem recorrendo são múltiplos. Um dos mais comuns é o que poderíamos definir como a corrupção indireta. A Editorial Verbo, de orientação fascista, procura, por exemplo, atrair conhecidos escritores, oferecendo-lhes direitos de autor elevadíssimos e garantindo-lhes grandes tiragens. A maioria tem recusa, mas alguns – e entre eles romancistas e poetas de talento – aceitaram, o que permite à propaganda fascista explorar o filão do “liberalismo de Caetano”, estadista tão aberto e tolerante que abre os braços a intelectuais de convicções democráticas cujas obras constituem por vezes libelos contra o regime. [...]

O povo português não compreende que escritores e artistas que merecem o seu respeito se prestem, a troco de dinheiro e de uma publicidade gratuita, a comparecer nos mesmos programas que são avaliados pela participação frequente de MARIONETTES do regime como Domingos Monteiro, Agustina Bessa Luís ou Mário Dias Ramos, autor de um romance chamado “Lôgro” que é um autêntico logro. A Revista “Observador”, também do editorial “Verbo”, é outro instrumento da nova política cultural do regime. Dirigida por Artur Anselmo – sobrinho do nazi Manuel Anselmo – essa publicação, que defende o colonialismo e reflete uma linha ideológica direitista, pratica a mesma política sinuosa de atração de personalidades da oposição, abrindo as suas colunas aos escritores e jornalistas BEM COMPORTADOS. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 15, n.158, maio 1971, p.1 , grifo nosso)

Esse texto demonstra uma preocupação que foge das questões de organização da ação política da grande massa ou da condenação da guerra colonial, temas que dominavam e dominariam as edições seguintes do **Portugal Democrático**. No entanto, apesar de um tema novo e incomum nos editoriais, há uma relação direta com a formação de uma plataforma unitária que passava por pensar a posição dos intelectuais enquanto formadores da opinião pública nacional. Nesse sentido, a aceitação de intelectuais de publicar as suas obras a partir de um financiamento do governo de Caetano, ainda que não representasse por si só uma capitulação, visto que muitas dessas obras afrontavam a dinâmica do regime, teria de ser entendida com cautela, já que de qualquer modo essa relação entre intelectuais e o regime seria utilizada por Caetano como uma forma do governo se promover como liberalizante.

A edição de número 163, referente a outubro de 1971, como de costume, vai apresentar os debates que ocorreram no dia 05 de outubro e as soluções desenvolvidas por essa plataforma no exílio. Nesse número, é interessante pontuar, para além do editorial, textos que discutiam

uma reorganização da plataforma unitária e na atuação da resistência dos exilados portugueses. Dois documentos são divulgados e, endossados pelo **Portugal Democrático**, nessa edição.

O primeiro documento referido é uma “Carta a Caetano” desenvolvido a partir das comemorações do 61º aniversário da Revolução Republicana portuguesa realizado em 05 de outubro de 1971 em São Paulo em que intelectuais solicitam a democratização dos direitos anunciados por Marcelo Caetano em seu discurso de posse. A ação, já realizada em outras ocasiões, com o efeito de produzir o “desmascaramento de Caetano”, contou com personalidades intelectuais brasileiras, dentre os quais se destacam: Antonio Candido, Carlos Guilherme Motta, Dulce Helena Ramos e Giselda Motta. O segundo documento tem a mesma função, mas ao invés de ser destinada ao Presidente de Conselho de Ministros português, é enviado a ONU, onde se requer sanções internacionais à Portugal, que deveriam ser implementadas a partir da XXVI Assembleia Geral da ONU, sobretudo no que diz respeito a política de Marcelo Caetano em relação a manutenção das guerras coloniais na África. A partir desse memorial, novamente se organizam exilados de seis países da América: Brasil, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

O editorial “A batalha prossegue”, vai refletir de uma maneira mais explícita a relação que os intelectuais do **Portugal Democrático** tem com o movimento republicano que se desdobrou a partir da Revolução de 1910. O editorial vai sintetizar alguns dos pontos levantados por Vitor Ramos, que acabara de retornar ao Brasil, na transcrição de sua fala na ocasião do dia 05 de outubro em São Paulo. Lê-se o primeiro parágrafo do texto que trata sobre essa questão:

Comemorar o 5 de outubro é, na opinião de muitos democratas bem intencionados, um ato de saudosismo estéril. Nossa opinião é diferente. As comemorações cívicas da Revolução Republicana de 1910 tem uma importância política que não deve ser subestimada. Os anti-fascistas que, em Portugal e no exílio, se reúnem para recordar a jornada de 5 de outubro não são pessoas voltadas para o passado, mas combatentes da liberdade empenhados nas lutas do presente com o pensamento posto nas tarefas do futuro. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 15, n.163, p 1, novembro 1971, grifo nosso)

A partir da fala de Vitor Ramos publicada com o título “Fé no destino de Portugal” (novembro 1971) é possível visualizar um maior desenvolvimento a respeito da importância da Revolução de 1910 e sua relação com o novo projeto de democracia proposto para Portugal. Essa fala, transcrita na íntegra no jornal, mas recuperada aqui em partes devido a sua extensão, demonstra que a oposição no exílio se fundamentava no entendimento de que as estruturas institucionais implantadas a partir da Revolução de 1910 eram importantes para o desenvolvimento de uma democracia, e que portanto, para haver disputa entre as correntes

ideológicas e partidárias, deveria se voltar aos objetivos básicos da curta experiência republicana portuguesa:

[...] Portugal conseguiu em 1910 derrubar uma estrutura de quase oito séculos que corrompia e decrépita mantinha o país amarrado e o impedia de singrar pelo caminho do progresso. Eu tenho pensado muitas vezes que, no fim de contas 1910 foi a nossa Revolução Francesa, com mais de um século de atraso e que a Rotunda foi a nossa Bastilha. Tal como em França, a derrubada foi mais fácil do que o levantamento do novo edifício. **A organização de um novo Estado, nos moldes de uma Democracia liberal não era tarefa fácil, mesmo em 1910.**

[...] **Tudo isso a República fez em 1910 e por isso a comparamos à Revolução Francesa. Poderemos talvez ou antes devemos certamente, censurar nos dois casos a indiferença em relação ao problema social. Na verdade, a República negligenciou completamente este setor e talvez esse erro lhe tenha sido fatal. Mas também, na verdade, quem nessa época lhe poderia lançar a primeira pedra? Qual o país que, em 1910, nesse período de fim de festa da “belle époque”, que vai prolongar-se até à Grande Guerra, dedicava grande interesse ou admitia sequer a preocupação com uma estrutura social mais justa e equitativa? A República de 1910 foi uma República burguesa, como todas as do seu tempo.**

[...] Ela [Revolução de 1910] foi o fruto de uma longa preparação, em que os momentos de exaltação e de desânimo se sucediam. Não se chegou a 1910 sem trabalho, sem luta, sem organização, como não se vai chegar ao restabelecimento da Democracia em Portugal sem o esforço unido de todos nós, sem a colaboração, que tem que ser confiante, de todos numa tarefa que exige tenacidade a uma ideia, paciência e acima de tudo muita fé no destino de Portugal e da Democracia. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 15, n.163, novembro 1971, p.2, grifo nosso)

Vitor Ramos, na sua fala reconhece a relação da democracia ao projeto de democracia liberal que sobretudo se popularizava no ocidente e que constituía parte de um projeto desses intelectuais. Portanto, ao reconhecer que a Revolução de 1910 foi “burguesa”, alega que isso estaria de acordo com as outras revoluções do seu tempo, sem citar os conflitos de 1917 que produziram a Revolução Russa. Pode-se afirmar que parte da intelectualidade de esquerda portuguesa, inclusive ligada ao PCP, esteve amparada por uma memória da Revolução de 1910, que produziu sobretudo uma bússola para a nova ordem democrática que se desejava construir.

A ação política defendida pelo PCP, que em alguma medida orienta o projeto editorial do **Portugal Democrático**, “no contexto da guerra fria, alinhado pelo bloco soviético, manterá a estratégia antifascista, herdada diretamente do movimento comunista internacional, bebida no Comintern e em particular no seu VII Congresso” (Madeira, 2011, p. 789). Por isso, a defesa de uma plataforma democrática e anti-fascista apresentada no jornal, encontra vinculação com a história do PCP e da sua linha de trabalho com as massas. A “unidade anti-fascista” incorporaria uma tradição republicana liberal de esquerda, que também guardaria relação com o ideário da Revolução de 1910.

O antifascismo do PCP, erigindo o derrube do regime como único horizonte visível, conferir-lhe-ia assim uma hibridez ideológica, por onde germinariam “desvios de direita”, que o cunhalismo não corrigiu senão retoricamente, tanto por se basear na procura permanente da unidade privilegiada com a burguesia liberal, em detrimento

da aliança com o campesinato, da luta anti-colonial ou da luta armada (Madeira, 2011, p. 798-799).

No ano de 1972 a temática da condenação das guerras coloniais aparece com mais força no debate da imprensa portuguesa. Essa tendência se verificou no editorial daquela edição, que discute algumas dessas questões através de textos, como um artigo escrito por Manuel José Homem de Melo, diretor de **A Capital**¹³, onde criticava o bispo do porto, Dom Antonio Ferreira Gomes, sobretudo a partir da condenação pública do pároco à guerra colonial. De acordo com o texto “Os jornalistas e o bispo do porto” (abril-maio 1972) dezessete outros redatores d’**A Capital** enviaram um telegrama para o bispo demonstrando seu apoio. **Portugal Democrático** ressaltou sobretudo a repercussão causada por esse acontecimento em Portugal.

Em agosto, o editorial “A “reeleição de Tomás” exploraria sobretudo a “farsa” organizada por integrantes do colégio eleitoral para a nova reeleição de Américo Tomás para o cargo de Presidente da República que ocupava desde a turbulenta eleição de 1958. Mas é sobretudo um novo documento publicado na primeira página denominado “A situação política portuguesa – O fracasso do reformismo” que mais interessa a essa análise, se não pela originalidade do conteúdo, sem dúvidas, pela atenção reconhecida ao texto pelo regime. Dez mil exemplares que seriam divulgados foram apreendidos pela Direção Geral de Segurança (DGS), mas se fundamenta em mais uma tentativa da oposição portuguesa no exílio, de estimular e contribuir para o debate dos problemas do regime e de sua efetiva superação. Além de explorar os problemas sociais de Portugal e da inexistência de reformas efetivas anunciadas por Caetano, o periódico vai novamente se dedicar ao que denomina “Linha de ação”:

Tudo isto deixa suficientemente demonstrado que a solução do problema político português não pode esperar-se de uma evolução interna do regime. **Os interesses dominantes não abdicam. A solução do problema português, supõe transformação estrutural do Estado e da sociedade, a qual exige a instauração de uma ordem política democrática e a socialização dos setores-chave da economia nacional.** De outro modo, Portugal não caminhará no sentido de reduzir o atraso relativamente aos países desenvolvidos, nem se emancipará da dominação imperialista que o governo alegremente ajuda dia a dia a firmar, nem conquistará o estatuto de povo livre, nem sequer será talvez capaz de extirpar o cancro colonialista. Sucessivas revisões constitucionais conduziram a uma crescente e invulgar concentração do poder. Em breve se realizará uma eleição presidencial. Sobre processar-se a coisa à surdina, o direito de voto é unicamente reconhecido a umas centenas de cidadãos, na esmagadora maioria nomeados ostensiva ou veladamente pelo poder. Assim evita o regime quer a participação popular no processo de designação do titular simultâneo dos poderes executivo e legislativo, quer a discussão das questões que gravemente afetam o país. **É bem verdade que uma saída democrática não está a vista: mas o caminho sim: só os progressos da consciência democrática e popular e as ações verdadeiramente implantadas num movimento**

¹³Jornal vespertino em formato tabloide fundado em 21 de fevereiro de 1968 por uma cooperativa de jornalistas, assumia-se como herdeiro e continuador do jornal republicano homônimo que circulou entre 1910 e 1938 em Portugal.

de massas transformarão, de modo substancial a correlação de forças. A salvação do país é tarefa nacional. Portugal Democrático, São Paulo, ano 16, n.171, agosto 1972, p.3, grifo nosso)

Apesar de ocupar boa parte de três das quatro páginas da edição 171 do **Portugal Democrático**, é importante ressaltar que nenhum dos colaboradores do jornal assinaram esse documento, porque o documento foi desenvolvido e impresso em Portugal e não pela resistência no exílio. Devido a importância dada pelo jornal para o tema, convém entender esse documento, na tentativa de mobilização popular das massas de trabalhadores em Portugal para o sucesso efetivo da revolução, que exigiria dentre outras coisas, a “socialização dos setores-chave da economia nacional”. Há um avanço no discurso de retomada dos direitos políticos apresentadas no periódico por editoriais e artigos. No entanto, apesar de endossar o documento, não é possível fazer uma relação de escalada revolucionária em direção a um regime de expropriação dos meios de produção pela oposição democrática portuguesa. Ainda assim é importante ressaltar que o projeto democrático não estava definido e ia ser construído a partir da quebra da ordem estabelecida e sobretudo da mobilização e endossamento das insurreições de cunho popular.

A edição 173 publicada em novembro de 1972 viria a novamente a tratar das comemorações do dia 05 de outubro. Nessa ocasião três foram os oradores: Sarmiento Pimentel, Joaquim Quitério e novamente o intelectual brasileiro, Florestan Fernandes. Ao se reproduzir parte da fala do sociólogo brasileiro, têm de se reconhecer a estima que Florestan Fernandes possuía entre a comunidade lusitana de exilados no Brasil. No editorial, “Jornada Unitária” divulgado nessa mesma edição, fala-se ao tratar do intelectual brasileiro as seguintes palavras:

[...] Em primeiro lugar, o nosso hóspede de honra brasileiro foi o sociólogo Professor Florestan Fernandes; *Scholar* e homem de ação. Florestan Fernandes analisou a situação portuguesa com uma lucidez e uma profundidade a que nós não estamos acostumados. Os leitores deste número de PORTUGAL DEMOCRÁTICO” terão ocasião de apreciar esta peça antológica. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 16, n.173, novembro 1972, p. 1.)

“O Caetanismo analisado por Florestan Fernandes” (novembro 1972) foi o título dado pelo **Portugal Democrático** a uma fala de improviso do sociólogo brasileiro nas comemorações do daquele ano. Apesar de sua larga extensão, ocupando praticamente três das quatro páginas do jornal, se destacarão aqui as informações que dizem respeito a uma análise feita sobre o caetanismo e a Revolução de 1910 por Florestan Fernandes:

[...] **Portugal, como outros países dependentes e subdesenvolvidos, caiu na teia do novo padrão de “desenvolvimento com segurança”, imposto pelas nações capitalistas hegemônicas e em especial, pelos Estados Unidos.** Com uma vantagem: Portugal, como a Espanha, já dispunha de um regime ditatorial “técnico” e “funcional”. Aí, não era preciso partir do ponto zero e a transformação do próprio

regime ditatorial podia ser camuflada, por detrás do processo de “modernização”, às vezes como se houvessem ganhos para a “causa democrática!” A questão estava tão somente em ajustar a engrenagem e o funcionamento da ditadura fascista à nova situação da economia capitalista mundial. Em outras palavras, a história moderna do capitalismo reserva um triste destino político a Portugal. O mundo capitalista avançado, como as classes dominantes portuguesas, só encontra vantagens no controle violento das contradições da sociedade portuguesa e na continuidade do fascismo.

[...] **De fato, as classes dominantes tiveram tempo para modelar o espaço político da sociedade portuguesa para o seu uso arbitrário e acabaram favorecidas, nessas tarefas, pelas sociedades capitalistas hegemônicas. Contudo, como não podem criar um espaço político alternativo – mesmo com o auxílio das nações capitalistas hegemônicas – estão presas na sua armadilha. Embora a situação presente seja diversa e exija outras opções políticas, o espírito do “5 de outubro” mantém a sua atualidade o desfecho histórico que ele almejava, a “revolução democrática” como alternativa política, é o único que pode alimentar a oposição sistemática ao fascismo.** O quadro que descrevemos (com as evoluções políticas que o tornaram possível), apenas especifica a natureza das tarefas que precisam ser arrastadas pelas classes ou setores de classe da sociedade portuguesa que se identifiquem com a revolução social. **Como se diz em um manifesto recente, a solução do problema político português não pode esperar-se de uma evolução interna do regime. Os interesses dominantes não abdicam. A solução do problema português supõe a transformação estrutural do Estado e da sociedade, a qual exige a instauração de uma ordem política democrática e a socialização dos setores-chave da economia nacional. Por meio desse diagnóstico político, associamos o nosso elogio do espírito do “5 de outubro” à atividade crítica e de oposição política das forças que lutam, simultaneamente, contra o neosalazarismo e pela revolução democrática em Portugal (Portugal Democrático, São Paulo, ano 16, n.173, novembro 1972, p. 2-3, grifo nosso).**

Aqui estão expostas alguns dos problemas do regime de Caetano e, na impossibilidade estrutural de que a democratização fosse implementada às avessas, ou seja, de dentro do regime para fora. Há também uma reflexão original sobre a nova relação do fascismo português, mas que assumiu nova postura com Caetano a partir do capitalismo dependente internacional, que diferente de seu antecessor, que se centrava na defesa das classes dominantes portuguesas. Essa nova reestruturação econômica com Caetano, seria feita a partir da “socialização dos setores-chave da economia nacional”. “Tratou-se essencialmente de um modelo de passagem encontrado na mudança dos tempos, adaptado a esta conjuntura turbilhonar, que alterou o estritamente necessário para que o essencial permanecesse” (Rollo, 2007, p. 118).

Em “73, Ano da unidade” (janeiro-fevereiro 1973) o editorial vai fazer um balanço do ano anterior, principalmente no que diz respeito, às manifestações populares de resistência ao regime. Ainda, que pareça repetir sobre as mesmas questões, há pela constância de frisar os pontos, uma perspectiva de união de uma frente ampla para a derrubada da estrutura comandada por Caetano, que partia de duas lutas primárias: a luta por direitos “elementares” e pelo fim da guerra colonial. Novamente, vale ressaltar a postura agregadora que o **Portugal Democrático** explora em seus textos. Pode-se visualizar que já há um avanço se compararmos com períodos

anteriores. Por exemplo, no que diz respeito as ações da plataforma unitária, cabe explicitar o parágrafo final do texto:

Urge, portanto, que desde já sejam desenvolvidos os esforços indispensáveis à reestruturação do Movimento Democrático em novas bases, no quadro de uma frente unitária que englobe todas as forças autenticamente anti-fascistas e anti-colonialistas. **As perspectivas nesse sentido são excelentes. Trabalha-se já na formação de comissões de bases intimamente ligadas ao Povo. Portugal Democrático, coerente com sua permanente defesa de uma unidade atuante, dirige um apelo a todos os partidos, grupos e personalidades da oposição democrática para que superem suas divergências e cheguem o mais breve possível a um acordo que torne realidade uma plataforma política de ação voltada para a solução de dois problemas fundamentais da atual conjuntura: a inexistências das liberdades e direitos mais elementares e a guerra colonial.** Se a unidade se realizar em torno desses pontos capitais, o fascismo e o colonialismo serão derrotados. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 17, n.175, p. 1, janeiro-fevereiro 1973, grifo nosso)

A partir desse trecho, muitas questões podem ser pontuadas no que diz respeito a manutenção ou construção da plataforma unitária que **Portugal Democrático** defendeu. Primeiro, é importante apontar que o texto reconhece uma nova configuração oposicionista se formando, quando se refere “as comissões de bases intimamente ligadas ao Povo”. Nesse texto, destacam-se a importância de se formar uma unidade mais organizada para atuar diretamente em ações práticas, o que para o periódico significaria o primeiro passo para a construção da democracia em Portugal: a retomada de alguns direitos principais e o fim da guerra colonial. Além disso, esses pontos são importantes não só porque constituíram em pontos centrais da quebra da estrutura do regime, mas também por representar um elo comum entre a oposição portuguesa no exílio e em Portugal.

Algumas dessas questões seriam retomadas a partir III Congresso da Oposição Democrática realizado em abril na cidade de Aveiro que reuniu cerca de 4.000 pessoas no plenário final. A importância do congresso, apesar das tentativas de repressão por parte de Caetano, se dá precisamente pela expressividade de um movimento desse tipo dentro de uma sociedade cerceada há mais de quarenta anos pela censura. Marcelo Caetano, impediu que Ruy Luís Gomes, professor da Universidade de Pernambuco, desembarcasse em Portugal e presidisse o congresso. A relação entre a organização teórica desenvolvida no III Congresso teve, segundo o **Portugal Democrático**, uma relação direta na ação prática desenvolvida pelos trabalhadores portugueses no 1º de maio. No editorial “O desafio do III Congresso” pode-se verificar alguns destes pontos a partir do excerto:

A amplitude da movimentação democrática surpreendeu e confundiu o governo. O repúdio ao regime ficou claro no entusiasmo dos trabalhos preparatórios, na centena e meia de teses submetidas ao Congresso, na profundidade crítica do diagnóstico da realidade nacional, na nitidez dos planos traçados tendo em vista o futuro imediato. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 17, n.177, abril-maio 1973, p. 1)

Quanto aos programas discutidos e as teses apresentadas, estão todas enunciadas na página 03 da referida edição do periódico. O editorial relaciona além disso a presença de jornalistas estrangeiros para cobrir o congresso, ao contrário, de parte da imprensa portuguesa, que o jornal descreve como “de tendência fascistas ou abertamente fascistas”, dentre eles: O **Diário de Notícias** e o **Diário Popular** que minimizaram em suas páginas a importância do evento.

Novamente o tema das eleições, precisamente por sua relação direta com o sistema democrático, volta à tona na edição de número 180. O editorial “O jogo das eleições” (setembro 1973) vai se referir novamente a estratégia de Caetano, apresentada em 1969, mas reconhece também que o regime passa por novos enfrentamentos, por isso esquematiza uma posição para a oposição portuguesa atuar no processo eleitoral, ainda que este seja reconhecido para o periódico, como uma peça montada para iludir a oposição de uma participação efetiva dentro do regime. Afirmava-se nas últimas linhas do texto:

Exijamos, portanto, que o governo português dê ao nosso povo as condições mínimas para exprimir a sua opinião quanto aos problemas que o afligem. O caetanismo não largará sua presa se um forte impulso popular, consciente e unido, não impuser a sua vontade. Talvez nunca tantos fatores positivos se tenham apresentado de forma a permitir que se desencadeie esse impulso. **O amadurecimento das contradições que o caetanismo enfrenta é mais visível do que nunca. Por isso, se conseguirmos aproveitar a oportunidade, o sentido do jogo de que acima falamos pode ser invertido e as forças democráticas poderão levar o governo a um recuo. Portugal Democrático**, São Paulo, ano 17, n.180, setembro 1973, p. 1)

As eleições ocorridas em 28 de outubro ocupariam todo o programa da edição de número 182, referente aos meses de novembro e dezembro de 1973. Há ao contrário dos pleitos anteriores, certo otimismo a “luta das massas”, nas eleições no fortalecimento dos movimentos populares. Lê-se alguns dos trechos que se referem a essa questão:

A decisão de não comparecer às urnas foi tomada com larga antecedência. Mas não traduziu qualquer paralização da ofensiva democrática. Pelo contrário. Pode-se afirmar que nunca, nem mesmo em 1958, houve em Portugal, nos últimos 47 anos, uma campanha política que suscitasse uma onda de entusiasmo popular comparável. Entusiasmos decorrente de uma mobilização de massas permanente, da receptividade encontrada pelas denúncias feitas, da amplitude e da firmeza com que foram debatidos os problemas fundamentais do povo português. As CDE sabiam que seus candidatos não poderiam ser eleitos, por força dos mecanismos de uma fraude preparada com antecedência. Mas, lucidamente, o período da “campanha” foi aproveitado para um aprofundamento do diálogo entre todos os portugueses anti-fascistas e anti-colonialistas. O governo fascista de Caetano não conseguiu impedir esse diálogo. A fúria repressiva mostrou-se impotente contra os desafios populares. Ficou claro que o povo português é contrário à guerra colonial e deseja uma imediata paz em África, obtida a partir do reconhecimento do direito à independência dos povos de Angola e Moçambique e do reconhecimento formal da independência da República da Guiné-Bissau. Ficou claro que a pequena burguesia urbana voltou definitivamente as costas ao fascismo e ao colonialismo. **Foi talvez essa a maior vitória alcançada nas jornadas de Outubro: a desmistificação de**

estamentos sociais que Salazar atemorizou durante quarenta anos e que, inicialmente, se mostraram perplexos e confundidos com a demagogia “liberalizante de Caetano”. O povo de Portugal tomou também, pela primeira vez, consciência extensiva das consequências gravíssimas do despovoamento do país provocado pela emigração da juventude, vale dizer, da sua força de trabalho, para a Europa do Mercado Comum. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 17, n.182, novembro- dezembro 1973, p. 1)

No texto apresentado acima estão o entendimento que ao fim das eleições e ainda em 1973 a oposição democrática se encontrava, de tal forma organizada, como nunca antes na resistência. No primeiro trimestre de 1974, duas edições são publicadas e vão, dentre suas pautas principais, que pode ser entendido a partir da direção dos seus editoriais, estão orientados a retomada das reivindicações do congresso de Aveiro. “O saldo da farsa” (janeiro 1974) apresenta essas questões:

Para atingir este esquema continuam válidas as reivindicações aprovadas em plenário no Congresso de Aveiro: 1. Luta pelas liberdades democráticas fundamentais, de organização de partidos políticos, de reunião, sindical, de imprensa, assim como do direto à greve; 2. Luta contra a repressão, pela dissolução da PIDE-DGS, contra a tortura, pela anistia, pela libertação de todos os presos, pelo regresso dos exilados; 3. Luta contra a guerra colonial, pelo fim imediato, pela abertura de negociações com os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; 4. Luta contra o congelamento de salários, a carestia da vida e o peso dos impostos; 5. Luta contra o domínio dos monopólios e contra a submissão ao imperialismo. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 18, n.183, janeiro 1974, p. 1)

A edição 185, publicada em abril, mas antes dos acontecimentos da Revolução dos Cravos, vai apresentar um editorial denominado “Desfazendo equívocos” (abril 1974) que reflete sobre a publicação do livro *Portugal e o Futuro* de António de Spínola. Nesse momento, convém traçar um panorama, ainda que incompleto, da importância atribuída ao livro dentro da situação política portuguesa, principalmente para se entender a postura defendida pelo **Portugal Democrático**. O livro em questão, publicado em 22 de fevereiro de 1974, pelo então comandante do Estado maior das forças armadas, o General António de Spínola, instaurou na visão de alguns, “um verdadeiro caos no Estado Novo português” (Chaves, 2020, p. 24). O grande “mérito” apontado na análise corrente da obra de Spínola, estaria por ter levado um assunto tabu à público, ou seja, de que a solução para o problema colonial não seria através da guerra, apesar de Espínola sustentar uma política colonialista. É conveniente ressaltar que desde 1961, Spínola participava da guerra colonial e foi governador militar da Guiné-Bissau por duas ocasiões, em 1968 a convite de António Salazar e em 1972 sob o comando de Marcelo Caetano. A partir de 1973, Spínola retorna a Portugal sendo condecorado com a maior ordem honorífica de Portugal¹⁴. Também é convidado para ocupar a pasta de Ultramar nesse ano, mas

¹⁴ Grande-Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

recusa e o livro publicado em 1974, tomaria a forma de um manifesto direto contra o governo de Marcelo Caetano. O texto trata a partir dos seguintes termos a obra de Spínola:

Num plano imediato, talvez não seja exagerado reduzir desde já o episódio às proporções que na verdade teve: mais uma etapa da luta pelo poder que se trava nos bastidores do Terreiro do Paço. Acentuamos: no Terreiro do Paço, por que nos parecem sem sentido as considerações de alguns comentadores que inserem o caso num contexto de alto nível, em que Spínola surge como um novo de Gaulle, capaz de levar Portugal a decisões que atingem o âmbito da geo-política, terminando de maneira dramática as últimas guerras coloniais do nosso tempo.

O incidente, no fim das contas, parece ser mais simples: o general Spínola partiu um dia para a África, de monóculo e luva branca e durante cerca de dez anos tentou vencer os nacionalistas angolanos e guineenses, por todos os meios ao seu alcance, sem esquecer o uso do napalm, de processos químicos destruidores das plantações necessárias à alimentação da população nativa indefesa. Dez anos depois, tendo aplicado infrutiferamente todos estes meios “legítimos” de guerra, o general regressou a Portugal, derrotado, mas sempre impecável, de monóculo e luva branca. [...]

Deste reconhecimento, se fosse feito com lucidez e honestidade – que não diminuiria a capacidade profissional do general – só haveria uma conclusão a extrair: o povo da Guiné, que combate tão tenazmente pela sua libertação, não abrandará a luta sem conseguir a independência e, portanto, nada mais nos resta do que reconhecê-la. Não foi esta, entretanto, ao contrário do que uma propaganda orquestrada internacionalmente quis fazer acreditar, a conclusão a que chegou Spínola. **Vencido no terreno da sua ação específica, que é o militar, o general pretendeu camuflar o fracasso, propondo uma solução política do problema, a qual para quem leia com atenção as suas palavras, nada mais é do que uma tentativa de fazer cessar a guerra que o governo de Lisboa está a ponto de perder, impondo, entretanto, aos nacionalistas um compromisso de integração numa eventual comunidade portuguesa que não atenderia, de forma nenhuma, aos seus interesses atuais. Como tentativa de mudar uma derrota no campo de batalha numa vitória no papel das negociações, não se pode fazer melhor. Como compreender então a rejeição por parte de Caetano, após um período de hesitação, de um plano tão favorável aos seus desígnios? Para isso é precisar entrar no conhecimento do jogo das forças em Lisboa. O espectro político português apresenta atualmente, em relação às colônias, as seguintes gradações: de um lado, o grupo dos democratas opositoristas que sempre consideraram, desde os tempos de Salazar, a independência imediata e irrestrita das colônias como a única solução, no plano político como na moral, para o anacronismo que a existência do Império português representa: do outro lado, os salazaristas empedernidos, fechados num círculo provinciano, entre o Rocio e as Avenidas Novas, incapazes [...] de admitir que 1974 não se acha no século XVI e que a era do colonialismo acabou. A terceira gradação pertencem aqueles que, de longe mais espertos que os da segunda, sabendo que a batalha está perdida, pretendem numa manobra de primário maquiavelismo, adiar o mais possível a verdadeira independência, tentando aproveitar o exemplo de estruturas pluri-nacionais, como a Commonwealth e a Comunidade Francesa, para mostrar que uma organização semelhante poderia preservar a unidade da “missão imperial portuguesa”, isto é, traduzido em vernáculo, das grandes forças econômicas nacionais e sobretudo estrangeiras que se acham estabelecidas em África. Portugal Democrático, São Paulo, ano 18, n.185, abril 1974, p. 1, grifo nosso)**

A partir desse texto, pode-se verificar que, num primeiro momento, os colaboradores do **Portugal Democrático** vão questionar a obra de Spínola, por razões que não se resumem a uma mudança estrutural provocada de dentro para fora do regime. O texto vai mais profundo nas críticas, primeiro, porque o fim da guerra colonial é reiterado nas páginas do referido jornal

desde seu início e além disso, sua dissolução está intimamente conectada com a democratização de Portugal. Portanto, o livro não representava por si só uma perspectiva original, pois o discurso de fim da guerra colonial já era uma pauta inconciliável da oposição democrática que colaborava no **Portugal Democrático**. Mas mais importante que a falta de originalidade dos argumentos, o texto aponta principalmente a ação política da obra de Spínola, que não se desprende do comando de Portugal nas províncias ultramarinas, mas ao reconhecer a derrota portuguesa por meio das armas, o novo embate proposto por Spínola passaria por organizar um domínio político que garantiria a Portugal o controle das antigas colônias sob novas formas.

A avaliação do papel das forças armadas, principalmente por sua força nos eventos da Revolução do 25 de Abril retoma no editorial seguinte. A partir dessa edição, há uma tentativa de desenvolver algumas das questões reivindicadas pela oposição democrática nos anos anteriores, ao mesmo tempo em que se comemora “O renascimento de uma nação” (maio 1974) a partir de uma análise feita no calor do momento. Diante da extensão do texto, convém concentrar em alguns dos pontos levantados, sobretudo no que diz respeito, a relação da oposição com o início do processo pós-revolucionário e na constituição do primeiro Governo Provisório:

O Exército português continuará a desempenhar papel destacado, na próxima etapa da vida nacional, mas sua importância jamais transcenderá a da sociedade civil. O próprio Exército, hoje, exprime a heterogeneidade das forças que se digladiam, no quadro político do país. Une-o apenas o repúdio quase unânime a uma guerra criminosa, entre as várias ideias e posições existentes nos quartéis. Seu desejo de paz e seu ódio ao fascismo impedirão que recorra, durante algum tempo, pelo menos, à repressão e à violência. Por isso mesmo, é no desdobramento do quadro civil que encontraremos as vertentes principais, os traços essenciais de uma nova fisionomia a ser definida nestes próximos meses.

Entre os extremos da direita quimicamente pura (os partidários do regime deposto) e da esquerda infantil e irresponsável destacam-se, no panorama atual: os grupos que representam os interesses econômicos da grande burguesia ligada às empresas multinacionais e ao capital financeiro; **os grupos que se organizarão numa Frente Única das esquerdas, integrada essencialmente pelos socialistas e comunistas.**

Referindo-se às tarefas mais importantes do Governo Provisório, [Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP] disse ainda que ele deveria procurar a paz e resolver os problemas mais graves da vida econômica, assegurando, ao mesmo tempo, a realização das eleições autenticamente livres, com o objetivo maior de instaurar uma sociedade democrática em Portugal. O veterano líder comunista insistiu na necessidade de todas as forças democráticas se unirem e da classe operária reorganizar, para cumprir sua missão histórica.

Ao mesmo tempo, a união que agora se forja entre civis e militares exige o fim da política colonialista, com ou sem disfarces. O povo de macacão, trage (sic) civil ou farda – está com o destino de Portugal nas mãos, pela primeira vez em 48 anos. E do seu comportamento dependerá, em última análise, a eficiência com que será construída uma nova sociedade – humana, livre, democrática. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 18, n.186, maio 1974, p. 1, grifo nosso)

O texto acima representa, para além da ideia de que o exército deveria ser submetido ao controle da sociedade civil e não o contrário, uma renovação no discurso de organização da oposição que norteou os textos, principalmente os editoriais, do jornal. É a primeira vez que a discussão transcende a composição de uma frente ampla para a derrubada do regime e assume a noção de diferentes projetos políticos e seus representantes em uma nova configuração. A partir desse esquema, o editorial vai delimitar ao menos cinco grupos que se organizariam a partir do seguinte escopo de acordo com o periódico: “Extrema direita” (partidários do regime deposto), esquerda “infantil” e “irresponsável (maoístas), representantes do capital financeiro, grupos de centro e a Frente Única das esquerdas (socialistas e comunistas). Importante ressaltar que apesar de muitos direitos serem restabelecidos com o primeiro Governo Provisório, o fim da guerra colonial não era unanimidade e, portanto, o periódico insistiu na luta anticolonial.

Portugal Democrático, que se inscreve a partir da defesa da “Frente Única das esquerdas”, vai em um de seus últimos atos, expressar sua linhagem ideológica e inserida dentro de uma nova realidade em Portugal. É importante esclarecer que o reconhecimento do ineditismo, não visa diminuir ou evidenciar uma postura defensiva ou obtusa do jornal quanto às suas ideologias, mas pelo contrário, ressaltar seu papel na defesa de uma política voltada para a transformação política em Portugal e, que contribuindo nesse processo, permitiu que o jornal promovesse uma análise feita no correr dos acontecimentos, que passava pela destruição do Estado Novo, para tratar especificamente de orientações ideológicas de forma explícita. Antes de 25 de Abril e, principalmente, da restauração de direitos políticos, não parecia fazer sentido para o jornal desenvolver uma política fundamentada na organização partidária, sendo que toda e qualquer oposição efetiva era duramente repressiva tanto no governo de Salazar, quanto nos momentos cruciais das crises políticas que sofreu Caetano.

Essa edição também faz referência a morte do idealizador e membro mais influente do **Portugal Democrático**, Vitor Ramos que faleceria no dia 03 de maio de 1974, menos de dez dias dos acontecimentos da Revolução dos Cravos. Dois textos, fazem referência ao homem que idealizou e esteve à frente do jornal praticamente pelo tempo que durou.¹⁵

Em agosto, o jornal apresentaria em sua edição 188, um editorial descrito como “Nova Fase” (agosto 1974) e que para os limites dessa pesquisa representa o fim simbólico do jornal, sobretudo porque a partir desse texto, o jornal passaria por mudanças bruscas em sua

¹⁵Os dois textos foram veiculados na edição 186 de maio de 1974 e são denominados respectivamente, “Vitor Ramos: Perda irreparável” e “Elogio de Vitor Ramos”.

organização editorial, sem contar os diversos “retornos” de antigos colaboradores do jornal a Portugal. A partir desses termos, **Portugal Democrático** definiria sua postura a partir de então:

Seremos doravante sobretudo um jornal de transcrições da imprensa portuguesa. De todos os jornais democráticos editados em Portugal, sem distinção de partidos, pois nas suas próprias contradições eles refletem o caráter progressista, aberto, pluralista de um processo revolucionário profundamente original cujo avanço, mais do que nunca depende da solidez da aliança entre as massas e um Exército que recuperou o brio e a honra, optando pelo regresso às suas origens populares. Estamos certos de prestar, assim, um serviço aos povos de Portugal e do Brasil. **Portugal Democrático**, São Paulo, ano 18, n.185, abril 1974, p. 1, grifo nosso)

As edições seguintes somam-se quatorze e foram publicadas a partir de outubro de 1974 na periodicidade semanal. Há, ainda mudanças no seu projeto gráfico e, principalmente, a ausência da base de colaboradores que produziu ao jornal, que passaria a pertencer ao grupo do **Diário de Notícias**. O jornal não perdeu o interesse simplesmente porque se tornou um “jornal de transcrições”, principalmente porque se reconhece a importância dos debates sobre democracia e dos embates políticos publicados na imprensa portuguesa que ressoariam nas páginas do **Portugal Democrático**. A questão se discute principalmente nos termos de uma composição sobre democracia que seriam canalizados, pelos próprios colaboradores do jornal, em outras plataformas que não foram captadas e apresentadas a partir de então pelas páginas do jornal.

Com fontes históricas e materiais de apoio tão ricos, é inevitável que pontos importantes não recebam a atenção adequada devido às limitações inerentes. O estudo aqui exposto, buscou entender as relações entre os colaboradores e da postura do **Portugal Democrático** a respeito do conceito de democracia principalmente por meio de editoriais, o que numa análise geral, atenta-se mais a algumas ideias do que outras e pode-se não ter a consciência da pluralidade e força de todas as intelectualidades que o periódico reuniu. Além da intelectualidade portuguesa presente no **Portugal Democrático**, há a participação massiva da intelectualidade brasileira, produzindo, reunindo e escrevendo nesse jornal. Como um jornal de oposição de esquerdas, **Portugal Democrático** conseguiu reunir nomes ilustres do Brasil para um projeto comum, como Florestan Fernandes, amigo próximo de Vitor Ramos, que participaria de muitas das discussões presentes no jornal antes mesmo delas serem publicadas, e Álvaro Lins, que abraçou a luta pela democracia e atuou diretamente enquanto embaixador, na concessão do asilo político ao General Humberto Delgado, tema que não era consenso pelo governo brasileiro da época, dentre muitos outros. Há também o tema da ditadura no Brasil que começa em 1964 e certamente irá influir no silêncio do periódico sobre a condição política brasileira, assunto citado pelos outros trabalhos publicados no Brasil, mas que merece uma reflexão mais

aprofundada. E, por último, na leitura das fontes, entrevistas e dos próprios acontecimentos, se abre a possibilidade de um estudo dos exílios, ou seja, do trânsito da resistência antissalazarista para o Brasil durante o Estado Novo e o Estado Social e que se inverte, após 1974, com as oposições retornando a Portugal e antigos membros do regime, como Américo Tomás e o próprio Marcelo Caetano que chegam e se instalam no Brasil.

Portugal Democrático, como intentou-se evidenciar nesse trabalho, atuou não apenas como um periódico, mas como uma plataforma da oposição para refletir sobre o desenvolvimento da democracia em Portugal a partir de métodos, em geral, democráticos, no sentido de permitir e expor os dissensos. Isso pode ser melhor visto nos seus editoriais que muitas vezes evidenciavam posturas diferentes do que em outros artigos com opiniões distintas que não deixaram de ser publicados no jornal, mostrando que apesar do conselho de direção possuir uma postura explícita, nem por isso pretendia obscurecer todas as outras propostas.

A democracia entendida nesse contexto, como instrumento inclusivo de opiniões das oposições, não significou o agrupamento de quaisquer discursos e táticas tomados pela resistência para a derrubada do regime fascista português. Nesse caso, ser democrático não pretendeu acolher todas as formas de resistência. **Portugal Democrático** se desenvolveu até seus últimos números, a partir do desejo de formar uma plataforma unitária, mas que se baseasse na atuação e manifestação popular. Rejeitou o regime de *apartheid* nas colônias pretendido por Henrique Galvão e Humberto Delgado, os pactos legalistas que o governo de Caetano indicou à Ala liberal, inclusive a revolta dos militares nas horas que antecederam a Revolução dos Cravos por pertencer aquilo que o periódico assumiu nunca compactuar: com a dissolução do regime por forças interiores. A questão é, **Portugal Democrático** teve seu corpo editorial oriundo do PCP e pretendeu ser um jornal de “intelectuais engajados” que atuavam em uma direção e com objetivos próprios. **Portugal Democrático** nunca aspirou a suposta parcialidade de uma época movida por posições definidas e, apesar disso, se portou como uma plataforma democrática, pois dedicou seu pequeno espaço, muitas vezes ameaçado por dificuldades financeiras, a dialogar com outras oposições e publicar eses textos dentro do jornal. A busca pela democracia que o **Portugal Democrático** propôs em todos os seus editoriais, pretendeu o melhor caminho para Portugal e de um modo mais democrático possível. Entretanto, sem esquecer de que sempre há *pathos* na *zetesis*, ou seja, afecção na busca e isso evidentemente norteou muitas das escolhas do periódico (Ricoeur., 2018).

Portugal Democrático é também fruto de uma época, onde se crescia a busca pela democracia e repudiava-se o fascismo, e o intelectual inserido no mundo e refletindo sobre seus problemas, permitia-se posicionar a respeito dos acontecimentos sociais.

Deste modo, a atuação da construção da resistência se mostrou profícua e certamente demarcou posições importantes, muitas das vezes, defendidas muito antes pelo jornal e depois abraçadas pela maior parte da resistência como: a defesa do anticolonialismo e a denúncia de farsa nas eleições.

A organização e manifestação dos trabalhadores, por vezes, é diminuída no impacto da Revolução de Abril, a partir da ideia de que: “Sob Marcelo Caetano, foi a irresolução do problema colonial, e não a “luta de classes”, que paralisou a tentativa de evolução pacífica e gradual do regime para fórmulas políticas mais próximas da Europa” (Barreto, 1990, p. 114). Assim desconsidera-se a importância das lutas operárias nos sindicatos, greves, encontros nacionais, na fermentação do processo revolucionário que se fundamenta muito tempo antes de abril de 1974. No entanto, a partir da análise do **Portugal Democrático** e da conjuntura política portuguesa, entende-se que: “A classe operária em Portugal ganha força com a experiência adquirida ao longo dos anos repressivos do Estado Novo para uma margem de conquista com a possibilidade aberta da Revolução de Abril” (Cabreira, 2017, p. 92). E mais do que isso, o entendimento que os trabalhadores assumiram uma posição ativa de combate que se por si só não resume, mas que influenciou diretamente por implicar derrotas fundamentais para a política reformista de Marcelo Caetano e da estrutura do Estado Novo.

O que aqui se pretendeu destacar é que as posturas, a partir dos editoriais, artigos de opinião e demais textos demonstram um grupo heterogêneo, mas que soube canalizar as forças e influenciou diretamente no que viria ser a Nova República Portuguesa na luta pela conquista dos aparatos de direitos democráticos. Esse “novo” Portugal que seria construído inconciliavelmente com as estruturas do velho Estado, pretendeu promover uma organização que entende o papel do Estado burguês e de suas instituições na defesa de um ideal de democracia, que não sem conflitos, orientou a nova república portuguesa na relação da democracia com a defesa do Estado liberal de economia capitalista.

Por fim, é importante ressaltar que a partir de sua produção, **Portugal Democrático** desenvolveu uma linha de respeito a democracia e democrática em si mesmo, ainda que essa “unidade” não se desse, em termos de “unanimidade” ideológica. Portanto, através de uma análise cronológico-temática é fundamental posicionar o grupo, como um dos principais

agregadores da resistência e, principalmente no Brasil, seu papel de aglutinador da oposição se confunde e é indissociável da oposição portuguesa no país, sendo um dos periódicos mais relevantes produzidos pela oposição durante o Estado Novo em todo o mundo.

2.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E APLICABILIDADE DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM DIGITAL EM SALA DE AULA

2.3.1 Educação e Democracia

O conceito de democracia, além de ser alvo de disputas de grupos políticos com orientações ideológicas diversas, se relaciona com outros conceitos, principalmente no que diz respeito a democracia enquanto forma de governo. Porque a depender da comparação, as respostas quanto ao que seria a efetivação de um Estado democrático podem variar e ensejar novas questões.

Conceitos como: Fascismo, colonialismo, ditadura, revolução, anticolonialismo e antifascismo para citar apenas alguns, parecem indispensáveis para se compreender as experiências e disputas em torno do conceito de democracia, principalmente a partir da Guerra Fria, que ampliou todo o arcabouço teórico sobre uma configuração, ainda que circular, principalmente porque não se limita mais apenas na relação entre formas de governo como a relação de democracia-ditadura, mas a partir de diferentes tipos de democracia, desde a democracia burguesa e capitalista ao modelo comunista de democracia popular.

No que se refere a prática escolar dentro de uma sociedade democrática, há dois pontos que merecem destaque. A relação entre a educação nas sociedades contemporâneas estar intrinsecamente relacionado com o espaço físico das escolas e a relação dos currículos educacionais com a manutenção da ordem vigente em um espaço de reprodução das desigualdades que são forjadas fora do âmbito escolar, mas que influem diretamente no modelo e nos conteúdos educacionais trabalhados em sala de aula.

Da mesma forma que hoje a democracia fundamenta a própria política, pode-se afirmar que a escola fundamenta a educação na sociedade contemporânea. Reconhece-se a importância dos debates que pensam a educação para fora da escola, no entanto, defende-se aqui que a escola, sem desconsiderar as precariedades de ensino e acesso às escolas tão presentes no Brasil, configura-se como uma etapa, em geral, incontornável na formação do indivíduo.

Sendo assim, a reflexão sobre o papel da escola e sua relação com a formação intelectual do indivíduo interessa aqui, na medida que também enseja outros debates, como por

exemplo, sobre a efetiva democratização do conhecimento e de um ambiente que respeite o aluno e desenvolva neste a participação na construção de um espaço mais colaborativo.

O autoritarismo presente na escola, principalmente em relação aos filhos dos membros da classe trabalhadora, faz com que essa instituição exerça “seu duro papel de opressor classista” (Ribeiro, 1984, p. 58). O professor, tal qual os estudantes, direção e demais funcionários, desempenham uma função determinada dentro da burocracia, principalmente no que se refere ao ensino público. Na medida em que se aceita a opressão exercida e sofrida por esses diversos sujeitos, cabe investigar o lugar que ocupam na dinâmica escolar. Entende-se aqui a escola numa posição determinada por suas condições históricas, mas longe de se aceitar seu caráter irreversível, o que se pretende pontuar é que a relação entre educação e a estrutura social se apresenta por meios de que a primeira é determinada pela segunda, permitindo adaptações e melhorias, mas que devem visar não a solução de uma realidade específica de uma escola, mas de todo o sistema de ensino, e sem dúvidas, de mudanças efetivas na emancipação intelectual dos estudantes para produzirem mudanças em sua realidade histórico-social específica.

Portanto, o conceito de democracia pode ser refletido sobre variadas frentes a partir do contexto escolar. Antes de se discutir o currículo formal e as implicações das relações do ensino de História na construção teórica e comportamental dos estudantes, é importante destacar alguns pontos. Primeiro, pontuar que permitir que o aluno apresente iniciativas próprias tanto no que diz respeito ao ensino disciplinar de História, nas escolhas de temáticas, no desenvolvimento autônomo de novas práticas dos estudantes, e mesmo imprevistos positivos e negativos que atravessa os momentos dentro da escola, não inibe a responsabilidade de iniciativa do professor na condução desse processo, rejeitando-se a ideia de espontaneidade do processo educacional.

Não se trata de defender a “pedagogia tradicional” que valoriza de modo exacerbado, por exemplo, o “verbalismo”, prática atribuída ao professor num contexto onde a função do aluno é de receber o conhecimento, em geral, apenas ouvindo. Outros elementos que se somam a essa prática são: a “memorização” dos conteúdos relacionados às avaliações e o autoritarismo do professor na manutenção da ordem na sala de aula (Ribeiro, 1984 p. 61-62). Entender o aspecto democrático dentro das escolas não significa equalizar professores e alunos que ocupam posições distintas dentro da sala de aula e estão em processos intelectuais também próprios. Não há necessariamente uma renovação dos métodos ou uma sobreposição de métodos novos contra métodos tradicionais na prática do ensino, mas através de um processo comum a

professores e alunos enquanto “agentes sociais” dentro da configuração escolar, mas também social.

O ponto de partida seria a prática social, (1º passo), que é comum a professor e alunos. Entretanto, em relação a essa prática comum, o professor assim como os alunos podem se posicionar diferentemente enquanto agentes sociais diferenciados. E do ponto de vista pedagógico há uma diferença essencial que não pode ser perdida de vista: o professor, de um lado, e os alunos, de outro, encontram-se em níveis diferentes de compreensão (conhecimento e experiência) da prática social. Enquanto o professor tem uma compreensão que poderíamos denominar de “síntese precária”, a compreensão dos alunos é de caráter sincrético (Saviani, 2013, p. 233).

As diferenças de níveis de compreensão da prática social não são formadas de forma espontânea. “A educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada, agir como se as condições de igualdade estivessem instauradas desde o início não significa, então, assumir uma atitude de fato pseudo-democrática?” (Saviani, 2013, p. 236). Portanto, as diferenças que inclusive qualificam os agentes sociais, de um lado, o professor e do outro lado, o aluno, prevê uma diferenciação objetiva, que tem um sentido importante que é o de fazer com que o professor, representando também um especialista, tenha uma participação e uma responsabilidade maior do que a dos estudantes, que também em geral, reconhecem e esperam essa participação do professor. Daí, abre-se para a defesa de uma igualdade futura no que diz respeito a democratização do conhecimento, que permitiria o aluno expressar sua compreensão de maneiras tão elaboradas quanto fosse possível ao próprio professor.

Nota-se que aqui, não se trata de uma reflexão sobre as diferentes funções do ofício do historiador e de uma aula de História na educação básica e, sendo assim, esperar que o aluno alcance o professor no sentido de métodos e objetivos, não só seria leviano, como contrariaria a função de uma aula e, nesse caso, de uma aula de História. Além disso, convém esclarecer que a ideia de funções e níveis diferentes da compreensão do mundo entre professores e alunos, não deve ser pensada de forma hierarquizada ou autoritária, mas de forma conjunta para a efetiva democratização do conhecimento:

Entendo, pois, que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada. Conseqüentemente, aqui também vale o aforismo: democracia é uma conquista; não um dado (Saviani, 2013, p. 237).

As diferenças não se anulam, mas se conectam na construção do conhecimento produzido na escola. Há, ainda uma questão que se relaciona a diferenciação entre o saber acadêmico e o saber praticado nas escolas, simbolizado pela pesquisa universitária e a prática docente nas salas de aula. Por questão de ênfase, não cabe aqui uma exposição das diferentes

discussões já existentes sobre essa questão, mas tão somente explicitar a posição definida nesse trabalho.

O argumento que a teoria acadêmica e a prática docente precisam estar conectadas principalmente em relação ao ensino-aprendizagem de História, além de já ser reconhecido e refletido por acadêmicos e professores, é atravessado por disputas também sobre teoria e a prática que possibilitam diversos debates. Dentre eles, pode-se destacar a relação defendida por alguns autores, de que a pesquisa sobre a docência, deve ser encabeçada pelos próprios professores inseridos na dinâmica escolar (Zavala; Scott, 2005).

Concorda-se aqui que os professores da educação básica são capazes de desenvolver e teorizar suas próprias práticas docentes, e não há necessariamente uma hierarquização do saber teórico e do saber prático, ainda que esses processos não são estanques e não só podem, como devem, atuar de maneira colaborativa. No entanto, apesar de reconhecer que as fronteiras não são tão rígidas, não há prática sem a teorização, e por mais que esses processos ocorram em muitos momentos de forma simultânea e em avanços e recuos, a teorização deve acompanhar e, se possível, anteceder o trabalho prático dentro da sala de aula.

Evidentemente não se desconsidera a “cultura escolar”, nem as diversas resistências e melhorias que os professores, para além dos imprevistos e dificuldades da profissão, conseguem desenvolver a partir de um método satisfatório em uma determinada escola em seu trabalho cotidiano. No entanto, entende-se que a teorização dessa prática é importante na medida, não só por fundamentar e desenvolver um planejamento na atividade, mas no sentido de possibilitar que esse trabalho docente seja comparado e debatido também a luz de outras pesquisas e experiências. Uma prática individualizada e que não se apresenta de forma teórica, ainda que satisfatória do ponto de vista do ensino de História, limita e atinge inclusive a democratização no que diz respeito aos saberes específicos do ensino de História, porque impede de inscrever essa prática na discussão sobre os saberes da área e a fixa na participação e efetivação prática na figura singular de um professor.

Os mestrados profissionais assumem um papel vital na aproximação da escola com a universidade, do ensino com a pesquisa, tendo como objetivo central desfazer as fronteiras que historicamente criaram hierarquias entre o que era do ensino e o que era da pesquisa (Gil et al., 2017, p. 11).

O presente trabalho relaciona a pesquisa dos textos e do debate produzido pelo **Portugal Democrático**, com a elaboração de atividades ligadas ao ensino de História desenvolvidas através de um Objeto de Aprendizagem que será apresentado mais adiante. As três partes, a saber, a pesquisa, o ensino e o Objeto de Aprendizagem, não se constituem de maneira isolada

e defende-se aqui, a despeito da organização desse trabalho, a necessidade da teorização ser desenvolvida de forma anterior ao desenvolvimento das atividades ou do produto final, resultando um trabalho que não desconsidera nenhuma das partes, mas a organiza de maneira deliberada, ainda que não inflexível e atenta às alterações necessárias.

Cabe aqui, indicar que para além do aporte teórico sobre democracia e dos debates em torno do tema presentes no **Portugal Democrático**, há uma apropriação dos métodos indicados na análise do jornal que se baseiam na crítica e na publicização dessa crítica através de suas páginas, e que por isso, convém apresentar uma reflexão sobre as formas de uma escola inserida dentro da democracia burguesa e sua relação com os currículos formais de ensino.

2.3.2 O ensino de História e a crítica à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

O processo denominado “transição democrática” que se iniciou a partir de 1985 e passou a desestruturar o regime ditatorial militar-civil presente desde 1964, promoveu sem dúvidas, mudanças importantes com a implementação de direitos sociais através da confecção do documento que a partir de então, estabeleceriam a as bases legais dessa nova república instituindo um Estado democrático de Direito. Lê-se já no preâmbulo da Constituição Federal de 1988:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (Brasil, 1988, p. 9).

O texto acima indica muitas possibilidades de discussão, mas vale pontuar que já nesse início, há a defesa de que se instituía a partir de então um Estado democrático, estrutura que viria possibilitar e assegurar o efetivo exercício de direitos sociais e individuais. Segundo o texto constitucional, a educação é um direito social e os meios de acesso a esse direito são de responsabilidade desse Estado (Brasil, 1988, p. 28).

O artigo 210 do texto constitucional, estabelece como conteúdos mínimos para o ensino fundamental, o ensino religioso de matrícula facultativa e que o ensino fundamental regular deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurando também o direito às comunidades indígenas utilizarem suas línguas e processos de aprendizagem específicos (Brasil, 1988, p.

124). Somente em 20 de dezembro de 1996, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é que se estabelece que os currículos do ensino fundamental e médio deveriam ter uma base nacional (Brasil, 1996). Nesse período que se inicia a partir da publicação da LDB e alcança a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) disponibilizada em 2015, são apresentadas algumas propostas nesse sentido, dentre as quais os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) divulgados nos anos 2000 e as Conferências Nacionais pela Educação (Conae), realizadas em 2010 e 2014 (Gontijo, 2016).

Ao todo existem três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicadas respectivamente nos anos de: 2015, 2016 e 2018. As versões desse documento propõem alterações no projeto, mas encobrem diversas disputas em torno da própria efetivação desse documento que a partir de 2018, passou a fundamentar a educação básica no país. Os prazos das versões e da efetiva homologação do documento podem ser considerados demasiados arrastados, pois o intervalo entre a publicação da LDB até a primeira versão do documento da BNCC, é de quase vinte anos. Entretanto, as versões e principalmente a terceira versão publicada em partes em 2018 está inserida como parte de um projeto de reformulação da política educacional brasileira. Por isso, torna-se importante entender e analisar o documento enquanto um currículo formal, para possibilitar inferir a especificidade de que essa base nacional foi desenvolvida e qual o direcionamento político-educacional da mesma.

Diversos autores ao discutir o projeto da BNCC vão apontar que instituições privadas estavam ligadas a esse projeto educacional (Calil, 2015, p. 40). A necessidade de modernizar e resolver os problemas educacionais da educação pública foram apropriados pelas organizações privadas, em geral ligadas ao mercado financeiro e não através das universidades públicas (Alves, 2018, p. 45). Sendo assim, há um terceiro grupo que representa o capital financeiro, que não é representado nem pelos teóricos ligados à universidade, nem aos docentes que atuam na educação básica, que tomam a frente do desenvolvimento de um currículo formal nacional. O problema teoria-prática é uma outra questão que relaciona professores e acadêmicos, ensino e pesquisa, universidade e escolas, na aproximação entre os saberes para melhorar a educação. Nota-se o que aqui deve ser frisado é que professores e acadêmicos, muitas das vezes exercendo uma função dupla, não têm espaço para aplicar seus conhecimentos na formulação dos currículos formais, o que evidencia ainda mais a distância entre a universidade e a escola, corroborada através do desenvolvimento da BNCC.

No que diz respeito ao projeto elaborado pela BNCC, é importante apresentar que o documento considera que:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8).

Nesse trecho o documento faz referência às chamadas “competências gerais”, que são um conjunto de aptidões a serem desenvolvidas durante a etapa da educação básica, que permitiria que o aluno se formasse enquanto cidadão e estivesse preparado para as demandas da vida cotidiana e para o mundo do trabalho. Entretanto, apesar do discurso simbolizar uma preocupação que abrange a formação do cidadão e da inserção do mesmo ao mundo do trabalho, é importante refletir sobre mudanças efetivas implementadas pela BNCC, para poder averiguar de que modo esse ensino mobiliza suas bases, principalmente no que diz respeito ao ensino de História.

A relação dessas habilidades descritas como “competências” que diz respeito aos objetivos a serem alcançados na escola, não estariam fundamentados em uma aprendizagem plural, pelo contrário, a partir de uma base nacional, estaria se desenvolvendo formas de melhorar os índices de desempenho, com baixa preocupação do conteúdo ensinado (Gontijo, 2016, p. 188).

O documento da BNCC ao desenvolver um currículo prescritivo ataca de forma central a autonomia do professor e a insere a partir de uma lógica do mercado, que coloca o trabalho docente como um apêndice ao currículo, onde o professor atua como um prestador de serviços, com a obrigação de ler e transmitir os conhecimentos para os alunos que devem aprender os conteúdos propostos.

Aos professores será exigido que assegurem aos seus alunos o ‘direito’ de aprender o que será examinado. Sua autonomia docente estará circunscrita à escolha do método, ou seja, do como irá ensinar o conteúdo a ser examinado, e menos na compreensão dos contextos das escolas e das situações de vida dos alunos (Mello, 2014, p. 23-24 apud Calil, 2015, p. 40).

Há um outro ponto que deve ser ressaltado e se conecta com essa planificação do ensino através de um currículo formal e que apresenta muitos problemas referente às dificuldades que se cria para um efetivo desenvolvimento crítico do aluno. Por exemplo, não há, desde sua primeira versão apresentada em 2015 até a terceira versão que fundamenta o ensino médio, referências mínimas a conceitos históricos importantes, como: comunismo/comunista, socialismo/socialista, marxismo/marxista e são apresentados de maneira apressadas e sem

aprofundamento outros conceitos como: capitalismo, colonialismo, ditadura e, principalmente, democracia.

Há além disso, outras críticas no que diz respeito a organização dos conteúdos, que a partir da Lei nº 13.415/2017 mudou a composição do ensino médio, que passaria então a ser formada por disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e pelos itinerários formativos, estes estariam focados em garantir aos estudantes o aprofundamento de saberes acadêmicos ou na formação técnica e profissional (Brasil, 2018, p. 468). Essa separação organiza os conteúdos ministrados em áreas de conhecimento e, além de diminuir a carga horária para disciplinas como História, por exemplo, têm se mostrado na prática um discurso distante da realidade estrutural das escolas públicas e do desenvolvimento de uma perspectiva reflexiva aos alunos. Há, ainda a categorização da área de ciências humanas em conceitos como: Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura, Ética, Política, Trabalho, Território, Fronteira, mas não há uma discussão aprofundada em nenhum deles, nas dezesseis páginas que tratam de toda a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O conceito de democracia aparece nove vezes ao todo no documento e apenas uma única vez na parte dedicada ao componente de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que compõe as disciplinas de: Sociologia, Filosofia, Geografia e História. O termo aparece inserido em uma das habilidades que trata da competência específica de nº 6, que diz respeito a “participação do debate público de forma crítica”:

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. (Brasil, 2018, p. 580).

O esvaziamento teórico e prático exposto a partir do documento é evidente. Não há uma única definição explícita do que se considera como democracia, ainda que isso se repita com a maioria dos outros conceitos. Além disso, não há uma organização de conteúdos de modo que a interdisciplinaridade que o documento deseja explorar a partir do desenvolvimento de áreas do conhecimento, torna-se de difícil prática, precisamente porque carece de um embasamento teórico. Por exemplo, o conceito de democracia que aparece no trecho dedicado a habilidade (EM13CHS602) e exposto acima, considera a democracia enquanto forma de governo, em oposição à ditadura, mas nem isso é definido de forma explícita, até pelo ínfimo espaço dedicado às áreas de conhecimento do ensino médio. Entretanto, há uma definição do conceito de democracia presente no documento, que entende a democracia a partir de um discurso liberal

que naturaliza a sociedade, onde as transformações político-econômicas aparecem de forma espontânea, elidindo a possibilidade de compreensão de uma sociedade formada por pressões e disputas (Calil, 2015, p. 44).

A BNCC e a reforma do novo ensino médio não possibilitam um entendimento maior dos professores sobre os conteúdos a serem ministrados e em volta do discurso interdisciplinar que almeja propor, o que de fato produz é um retrocesso das práticas científicas. Além disso, os itinerários formativos retiram parte da grade das disciplinas da BNCC e que por trás dos jargões de democracia e inclusão, imputam uma educação, muitas das vezes, voltada para a inserção desses estudantes do ensino público à lógica do mercado de trabalho capitalista.

O presente trabalho se inscreve a partir de uma perspectiva interdisciplinar, no sentido de mobilizar saberes de variadas disciplinas para a fundamentação de suas partes. No entanto, enfatiza-se aqui a preocupação de desenvolver uma atividade e atuar especificamente no ensino de História. Além do debate para dentro das escolas, a disciplina de História tem passado a enfrentar novas questões, como a publicização dos conhecimentos históricos em outras plataformas e a apropriação das narrativas historiográficas por não-historiadores (Malerba, 2017). Sendo assim, é importante refletir a respeito do ensino de História e sobre o uso de fontes históricas em sala de aula, pontos fundamentais desse trabalho.

Entende-se que da mesma forma que os currículos, as práticas e as interpretações a respeito do papel de uma aula de História na educação básica, são construídas historicamente e se relacionam com a realidade em que são forjadas. Portanto, uma aula de História deve, sem dúvidas, promover a capacidade do estudante de refletir e interrogar sobre sua própria historicidade. A partir dessa questão, parte-se para a discussão da função da História na formação desses estudantes e não apenas as habilidades prescritas no currículo formal, mas baseado nos procedimentos que os professores-historiadores entendem serem as bases do seu ofício.

A Base Nacional Comum Curricular trabalha a partir de uma lógica que naturaliza os processos históricos, tirando uma das possibilidades do saber histórico que é o de refletir sobre os processos dotados de historicidade, para entender o mundo em que se vive e sua realidade específica. Expressões como: “flexibilidade”, “interdisciplinaridade”, “protagonismo juvenil” e a organização dos conteúdos em competências e habilidades, encobrem a falta de organização efetiva de um currículo disciplinar.

Eis o exemplo da primeira competência específica da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

Nessa competência específica, pretende-se ampliar as capacidades dos estudantes de elaborar hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar determinados procedimentos metodológicos para discutir criticamente as circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais dicotômicas (modernidade/atraso, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc.), contextualizando-as de modo a identificar seu caráter redutor da complexidade efetiva da realidade; e operacionalizar conceitos como etnicidade, temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressem culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas (Brasil, 2018, p. 571).

A capacidade dos estudantes de operarem com conceitos aparece como uma das habilidades a serem desenvolvidas, mas não há especificidade de métodos e nem mesmo dos conteúdos que relacione uma gama de conceitos tão diversa como a apresentada. Por exemplo, a capacidade do estudante de se apropriar da discussão e de conceitos, como o de democracia, não são desenvolvidas ao acaso e precisam ser estimuladas a partir da prática escolar, mas também de aspectos teóricos que devem fundamentar as atividades. Os conceitos históricos são fundamentais para a compreensão do estudante da sua realidade e o ensino de História, como o de ciências humanas em geral, deve atuar nesse sentido, a partir de uma discussão teórica que permita a devida expressão dos estudantes balizada a partir do conhecimento.

Em uma aula de História outros saberes interdisciplinares são mobilizados, contudo, é necessário apresentar métodos específicos que atendam a preocupação de uma determinada atividade. E tal qual a apropriação de conteúdos e conceitos, torna-se importante para o estudante, a compreensão dos diferentes para os mesmos se apropriarem dos conteúdos relacionados dentro das especificidades e reformulações que uma sala de aula exige.

E numa aula temos também os imprevistos, o que não foi planejado, e muitas vezes não é desejado nem desejável. O que emerge, o que é contingente, o que simplesmente “acontece”, e temos que lidar com isso. O professor inicia a aula com um planejamento prévio, alguns objetivos de ensino, certos conteúdos selecionados. Se este planejamento for algo sólido, com atividades definidas, conteúdos claros, conexões com outras disciplinas bem articuladas, modos de avaliação das aprendizagens bem fixados, oportunizando aprendizagens significativas, ele terá mais chances de ser executado do início ao fim mais ou menos como foi previsto. Se o professor entra na aula com um planejamento frouxo, excessivamente centrado em uma única estratégia (do tipo cópia de matérias no quadro negro), ele poderá naufragar com mais facilidade, ou ser executado de modo mecânico, sem oportunizar alguma aprendizagem (Seffner, 2010, p. 217).

Nesse sentido, o professor tem um papel fundamental de propor e organizar as aulas, ainda que essa organização não precise ser feita de forma engessada e pode contar com a colaboração dos estudantes. Os mestrados profissionais podem contribuir nessa ligação entre

pesquisa e ensino, ainda que a organização de atividades por instituições universitárias deve não se limitar a propor atividades e práticas que se inserem apesar do currículo formal, mas também na luta de sua reorganização, na medida em que acadêmicos e professores de História, que muitas vezes ocupam as duas posições, tem o direito e o dever de pensar em questões que transcendem a estrutura escolar e se insere a partir de todo o aparato do Estado.

Entretanto, ainda que a BNCC não consiga viabilizar a reflexão e apropriação de conceitos históricos, entende-se essa ser uma tarefa com estreita ligação a todas as partes desse trabalho. Na medida em que o aluno se aproprie da discussão de conceitos a partir de fontes históricas, nesse caso em especial o de democracia, o mesmo pode se tornar apto para refletir e descrever sua realidade e essa expressão dos estudantes também devem ser consideradas e incentivadas como prática de construção do “pensamento crítico”.

Sendo assim, uma aula de História para efetivamente atingir o seu público, deve considerar aspectos teóricos, na medida em que o professor direciona e apresenta os conceitos históricos, sem evidentemente, desconsiderar a realidade do aluno e seus conhecimentos prévios, produzindo no decorrer do processo de aprendizagens, expressões originais do pensamento. O trabalho de pesquisa e de reflexão produzidos e veiculados no **Portugal Democrático** está unilateralmente vinculado a todas as partes desse trabalho, no sentido que a experiência do periódico pode contribuir para o engajamento, principalmente de professores, na expressão de suas recusas através de uma plataforma unitária, evidenciando que o trabalho é possível a partir da luta coletiva por uma educação que efetivamente possa garantir um desenvolvimento crítico a todos.

2.3.3 O uso de fontes do Portugal Democrático na aula de História

A partir da experiência intelectual que o **Portugal Democrático** produziu através da sua atuação, diversos caminhos serão recuperados aqui, que vão desde a discussão temática de conceitos históricos como o de democracia à convicção de que somente a *unidade* da oposição ao Estado Novo poderia efetivamente conduzir Portugal novamente aos contornos de uma sociedade democrática.

A ideia de atividades presente no Objeto de Aprendizagem apresentado na próxima parte, dialoga com alguns entendimentos ao respeito do ensino de História e,

consequentemente, na produção das atividades e avaliações. Por isso, convém ressaltar esses enlaces para uma melhor definição do que se pretende com as dificuldades e as possibilidades desse trabalho e vinculando-o à crítica ao currículo formal na medida em que propõe uma prática de uma aprendizagem significativa em História.

A questão sobre o papel do ensino de História enquanto disciplina escolar é demasiado importante, porque fundamenta a partir daí, as bases e o critério de ensino da mesma. Desse modo, a crítica feita à BNCC, de que o currículo formal apesar de utilizar uma linguagem que prevê um ensino democrático, não possibilita o trabalho prático dos professores que necessitam de uma formulação que dê conta de ações práticas e que enseje possibilidades de efetivação de um “ensino crítico” e não simplesmente reconhecer que esse tipo de ensino é importante.

Nesse sentido, essa proposta dialoga com a possibilidade dessa união indissociável entre teoria e prática e, principalmente pesquisa e ensino, na medida que as atividades se relacionam com a pesquisa dos textos do **Portugal Democrático** e o próprio jornal em si mesmo, que torna objeto de manipulação dos estudantes da educação básica, que darão outros usos as mesmas fontes históricas.

Os objetivos de uma aula de História são muitos e aqui estes se vincularão principalmente a dois aspectos: a mobilização de conceitos históricos e a escrita original do estudante. Nesse sentido, a reflexão prévia principalmente sobre o conceito de democracia e sua relação dentro do projeto elaborado no **Portugal Democrático** servirá para se estudar alguns aspectos do Estado Novo Português e também como base no uso de fontes históricas em sala de aula.

A análise de situações não pode ser feita apenas em cima do que está dado, mas precisa levar em conta as faltas e as possibilidades. Se o mundo é um conjunto de possibilidades, então a história de um determinado país, indivíduo ou instituição, é o registro das possibilidades que se efetivaram. Cabe ao professor de História montar atividades e roteiros de trabalho onde seja possível mostrar de que forma se deram essas disputas, que procedimentos estiveram envolvidos, que ações foram empreendidas, que grupos agiram, que estratégias utilizaram, que resultados foram obtidos, etc.” (Seffner, 1998, p. 34)

Nesse sentido, a discussão sobre democracia presente no **Portugal Democrático** e o jornal serão utilizados para a preparação de uma atividade que reflita sobre esse conceito e outros relacionados, a partir da compreensão e da exposição para os alunos da educação básica à respeito das disputas e da luta veiculada através de um jornal, mas que também produza uma atividade de reflexão e posteriormente, de reflexão original dos alunos.

A intenção de se trabalhar com as fontes históricas em sala de aula, permite com que os alunos tomem contato através dos textos e da leitura do jornal com tópicos da história de Portugal, principalmente no que diz respeito ao período de 1968 a 1974, que demarca a ascensão de Marcelo Caetano ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros à Revolução de 25 de Abril de 1974. Contudo, apesar da preocupação em inserir o debate do **Portugal Democrático** com os eventos relacionados, o foco desse trabalho passa por uma discussão que pretenda inserir o debate sobre democracia de forma mais abrangente, a partir de uma reflexão teórica ensejada pelos textos presentes no periódico e a de uma prática pedagógica que abrace as individualidades a partir da construção de um trabalho comunitário.

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, [...] pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, [...] um desafio para o professor é exatamente ter critérios para a seleção desse recurso (Bittencourt, 2004, p. 330).

A partir desses modos indicados de se trabalhar com fontes históricas em sala de aula, o uso dos textos do jornal classe, cumpre funções mais abrangentes na medida em que se permite refletir sobre o jornal enquanto um veículo de mídia com suas especificidades e também a relação mais específica direta referente ao projeto de um jornal de exilados formados por portugueses e editado no Brasil e as reflexões sobre democracia como dissenso e fora dos espaços públicos de poder tradicionais, inserindo também a escola nessa equação.

2.3.4 A utilização dos Objetos de Aprendizagem no ensino de História

Há alguns dados importantes sobre o uso e construção de Objetos de Aprendizagem por professores na educação básica. Entre os anos de 2003 e 2016, foram encontradas 168 produções desse tipo, sendo 38 teses de doutorado e 130 dissertações de mestrado defendidas, geralmente, em universidades federais (Pedro; Carvalho, 2018, p. 418). No estudo referenciado acima, o ensino de História concentrou apenas um único trabalho. De 2016 para cá têm crescido o número de produções de Objetos de Aprendizagem, no entanto, apesar do crescimento, o número de programas e trabalhos que concentram a produção dos OA ainda é pequeno. Há que considerar ainda um outro problema ainda mais acentuado, que é o da dificuldade de utilização e aproximação dessas experiências para dentro da sala de aula.

Essa discussão reflete a relação entre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na educação. A utilização das ferramentas digitais deve cumprir uma

intenção pedagógica e sua utilização não deve estar pautada por um uso alienado, num possível intuito de tornar apenas as aulas mais agradáveis ou adaptadas a realidade do aluno, ainda que essas preocupações sejam válidas. O objetivo da escola não é simplesmente mimetizar a vida extraescolar, mas saber aproveitar as inovações que lhe forem úteis. Não é trocar o caderno pelos computadores, mas sim utilizar esses recursos, respeitando as suas especificidades na busca de ampliar as possibilidades de ensino dentro da escola. O objetivo de incorporar esses trabalhos no ambiente escolar, é sua reconhecida capacidade de propor ambientes mais interativos para que os estudantes possam atuar mais ativamente na relação ensino-aprendizagem (Pedro; Carvalho, 2018, p. 423).

No entanto, há problemas de diversas frentes que merecem ser destacados para melhor entendimento dos limites e possibilidades da utilização desses recursos. A respeito da produção dos OA, há dificuldades técnicas devido a pouca produção e a busca da consolidação desses programas nas universidades, o que torna difícil a troca entre os trabalhos, que requer uma equipe multidisciplinar para conciliar habilidades técnicas e pedagógicas (Aguar; Flores, 2014, p. 23). Além disso, os trabalhos que conseguem ser desenvolvidos, geralmente não alcançam a prática escolar, por razões diversas, desde o desconhecimento e dificuldades de acesso a esses recursos, a problemas de infraestrutura escolar e, principalmente pela pouca formação fornecida aos professores para que estes consigam se apropriar e utilizar de forma efetiva dos OA disponíveis, inclusive desenvolvendo capacidades de intervenção e melhorias dentro das ferramentas.

Nesse sentido, torna-se fortuito retomar a crítica dos currículos formais e das diretrizes que determinam a educação pública brasileira, já que muitos dos problemas são corroborados a partir do currículo formal e do descaso em relação aos investimentos que a educação brasileira padece, ampliado principalmente com a política neoliberal vigente. O documento da Base Nacional Comum Curricular em vigor desde 2017 certamente não comporta todas os problemas da educação brasileira, mas seus princípios, principalmente a partir do uso de recursos públicos para a educação serem coordenados pela iniciativa privada, apontam argumentos para reafirmar a noção que não é uma crise, mas um projeto, projeto este pautado em fundamentações neoliberais que preveem o sucateamento dos recursos públicos, prejudicando alunos, professores e demais partícipes da vida escolar.

A partir da implementação do modelo de competências nas reformas educacionais que ocorreram na América Latina, a BNCC traz marcas ideológicas que não estão devidamente pontuadas no seu processo de construção.

Nessa perspectiva, a formação humana é subalternizada a partir de uma série de condicionantes, sobretudo de ordem internacional. O currículo pautado nos fundamentos pedagógicos das competências é configurado como necessário não por uma necessidade nacional de pensar a formação humana integral, mas como resposta à uma demanda mundial (Albino; Silva, 2019, p. 141).

Desse modo, a partir de um currículo baseado em competências que visa antes promover um aumento dos índices internacionais de desempenho do que uma preocupação com uma educação efetivamente integral, a formação de professores também sofre das mazelas desse modo de produção, que prioriza a burocratização da qualificação profissional dos professores e pensa a sua inserção na sala de aula a partir de uma lógica planificada, colocando o educador como um cumpridor de funções pedagógicas pré-estabelecidas baseadas também em avaliações de desempenho (Albino; Silva, 2019, p. 143).

A partir de uma Base sem participação efetiva de alunos e educadores, e poucos investimentos na formação continuada de professores e em melhorias na infraestrutura escolar, é que se organiza a educação pública brasileira. A partir do controle e de avaliações internacionais é que se espera melhorar, ainda que na aparência, a educação brasileira, desconsiderando os seus reais problemas. Inclusive, a utilização dos OA necessita de um lado da formação específica para que os professores tenham capacidade de utilizar os recursos e também autonomia para implementar essas inovações pedagógicas em sala de aula. No entanto, a partir da BNCC, há para além de não aumentar as possibilidades nesse sentido, o acréscimo de dificuldades para a construção de uma educação preocupada no desenvolvimento crítico dos estudantes e em sua formação integral.

A discussão da centralidade que a BNCC e a configuração da sociedade capitalista ocupa nesse debate, se faz presente pela primazia que o modo de produção adquire e fundamenta outros aspectos da vida social, nesse caso, o da educação. Não apenas por teorizar o modelo de educação, mas principalmente pela implementação prática desse modelo que fere a autonomia de alunos e estudantes e não valoriza aspectos importantes da experiência desses grupos. Entretanto, defende-se aqui a educação não apenas como reprodutora das desigualdades baseada na luta de classes, mas também a partir de seu aspecto engajador, como um importante instrumento de formação de novas gerações para a transformação social.

A transformação da educação com vistas a tais objetivos, implica uma profunda transformação no modo de produzir dos homens; isso só será alcançado quando também ocorrer uma transformação da divisão social do trabalho que, com a abolição da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, conduza a uma reaproximação entre a ciência e a produção (Lombardi, 2010, p. 37).

A crítica da relação entre educação e trabalho a partir do modelo capitalista, se torna presente não apenas porque direciona os estudantes ao trabalho, mas porque a partir dos fundamentos apresentados na BNCC, a comunidade escolar preocupada com os índices de aprovação, não estabelece formas de garantir o conhecimento sistematizado e de formação unilateral do indivíduo.

2.3.5 Coerência da proposta apresentada e o nível de escolarização

A aplicabilidade do **HISTOAR** foi pensada e é direcionada para professores e estudantes do ensino médio. Todavia, é possível trabalhar com o tema dentro do currículo do 9º ano do ensino fundamental, principalmente através da unidade temática: “Totalitarismos e conflitos mundiais” (BRASIL, 2018, p. 428). Não há menção ao Estado Novo Português, mas é possível tratar do tema tanto nos contextos da discussão de “A emergência do nazismo e do fascismo” ou até mesmo sobre “O colonialismo na África”. Não há um abismo de conhecimento e capacidade crítica de pensamento do aluno do 1º ano do ensino médio em relação ao aluno do 9º ano do ensino fundamental. Ainda assim, o uso no ensino médio é mais profícuo por dois motivos. Pelos conhecimentos prévios de eventos correlatos (nazismo e fascismo, por exemplo) e, por suas habilidades tecnológicas mais desenvolvidas para acessar corretamente o OA.

É importante entender o Estado Novo Português como um conteúdo significativo para os estudantes brasileiros, mas mais do que isso, é fundamental inserir esses jovens em situações de interação e criticidade do pensamento e através de uma ferramenta que permita a acessibilidade desses usuários, sejam professores ou estudantes.

O que dizer da interatividade de um OA se o aprendiz não for capaz de perceber suas informações ou de operá-lo? Como desenvolver a autonomia do aprendiz se ele não compreender como utilizar o OA? Como envolver o aprendiz em atividades que exijam cooperação se o OA que se propõe a promovê-la não for compatível com suas tecnologias de acesso? Como desenvolver a cognição do aprendiz se sua memória for sobrecarregada com informações irrelevantes e incompreensíveis? Como fica a afetividade do aprendiz para engajar-se em seu processo de aprendizagem com tantas barreiras a serem superadas? (Melo, 2014, p. 103).

Nesse sentido, o **HISTOAR**, consciente de suas limitações, buscou incorporar diversos elementos para contribuir com sua acessibilidade e reuso. Em relação aos professores, há nesse texto e no próprio OA, tutoriais e instruções de acesso em formatos diversos. No entanto, o professor deve possuir certa fluência digital, já que a própria plataforma e seus principais recursos e atividades se encontram presentes em arquivos digitais. Já o nível de escolarização

orienta-se o uso da etapa do ensino médio, por alguns motivos, dentre eles: a linguagem utilizada e o acesso aos recursos, e ademais, a reflexão pedagógica com o trabalho de fontes históricas e aspectos da produção textual e organização em uma publicação mais adaptados e foram projetados para essa faixa etária, já que se espera nessa etapa, o conhecimento prévio de alguns conceitos históricos e tópicos da história brasileira e portuguesa. A respeito do acesso ao OA e de alguns aspectos importantes no que diz respeito ao ensino de História, o **HISTOAR**, pretende disponibilizar recursos em variados formatos para se aproximar e suprir as necessidades que advém de suas propostas e atividades.

De acordo com Menezes e Braga:

Para que possam cumprir o seu papel no apoio à aprendizagem, objetos de aprendizagem devem ser acessíveis a seus usuários. Isso implica flexibilidade para acomodar, na maior extensão possível, a multiplicidade das diferenças entre os aprendizes, que podem adotar diferentes tecnologias de acesso, em variados contextos de uso (2014, p. 56).

Nesse sentido, a produção própria de conteúdos exclusivos para a ferramenta, procurou tanto contribuir para que o professor pudesse navegar com maior entendimento pelo OA, quanto ao aluno que for inscrito na atividade, esses arquivos possam atuar como uma introdução para a temática da democracia e do Estado Novo Português. A ideia da flexibilidade e da reusabilidade da ferramenta é tão importante quanto a noção de sociabilidade e interação entre os estudantes no andamento das atividades propostas.

A ideia de promover a formação de indivíduos para a convivência em um ambiente de cidadania participativa, principalmente nos últimos anos, passou a cada vez a endossar um currículo tecnicista que visa formar trabalhadores para funções específicas dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, é problemático e por muitas vezes parece inconciliável a conexão entre o currículo formal e o presente OA. Como o eixo principal do **HISTOAR** passa por uma reflexão e exposição sobre o conceito de democracia, a ideia de se refletir e produzir textos pelos estudantes a respeito desse conceito passa por uma melhor compreensão do papel do aluno dentro dessa realidade escolar através do trabalho com fontes históricas.

A escolha deles [documentos], em qualquer situação ou nível escolar, deve favorecer o domínio de conceitos históricos e auxiliar na formulação da *generalização*, ou seja, de um acontecimento particular (como o texto da Lei Áurea de 13 de maio de 1888) para o geral (o processo de abolição da escravidão no Brasil). (Bittencourt, 2004, p. 331).

Portanto, a proposta do **HISTOAR** está comprometida com a discussão de conceitos históricos, em especial o de *democracia*, com os alunos do ensino médio e em sequência, favorecer esse processo de “generalização” que garanta um conhecimento mais amplo, que tem

seu foco mais na reflexão de temas gerais do que em conteúdos específicos. Por isso, mesmo o professor pouco habituado com a temática ou que desconhece o periódico analisado, poderá trabalhar sem grandes dificuldades com as fontes históricas que subsidiam essa discussão.

Trabalhar com fontes históricas na educação básica não se constitui como uma tarefa simples. Há muitas questões em relação ao trabalho com periódicos, como materialidade do periódico, organização dos textos, local de publicação, projeto gráfico e editorial, grupo proprietário, colaboradores, a relação do jornal com seus públicos e patrocinadores, a própria relação do periódico com seus pares, enfim, isso sem considerar as especificidades de levar essas informações e discuti-las em classe, de forma que os estudantes se apropriem da discussão, entendendo a relação do jornal na construção da opinião e interprete sua produção. Desse modo, essa pesquisa pretende não ditar as bases teóricas e programáticas para a utilização da ferramenta de maneira inflexiva, mas antes propor formas de reutilização também do trabalho teórico apresentado aqui.

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias. (Martins; De Luca, 2008, p. 8).

A imprensa trabalha na formação da nação através do desenvolvimento da opinião pública. A notícia sempre carrega muito de seu autor e, portanto, é interessante entender de que modo esses discursos são produzidos, por exemplo, em um jornal de resistência.

Portugal Democrático foi um periódico elaborado por intelectuais portugueses exilados que teve seu foco na construção de uma “comunidade imaginada” portuguesa, mas foi escrito, produzido e publicado no Brasil. Um jornal criado em 1956, enquanto o Brasil vivia um regime democrático e que a partir de 1964, resistiu às pressões de uma ditadura civil-militar brasileira.

A história Ibérica é um componente fundamental da história do Brasil e, mais do que isso, constitui-se como um campo muito importante e por vezes esquecido pelos currículos escolares. Mas, defende-se aqui, a importância de parte da resistência ao Estado Novo Português sem nunca perder de vista as questões que conectam a nação lusitana e a nação brasileira, a ex-colônia e a antiga metrópole e os caminhos de intelectuais de ambas as partes

que atravessaram o Atlântico, e continuam o fazendo, em um trânsito diverso e interminável. Nem todas essas questões serão abarcadas na presente proposta, mas entende-se ser necessário a exposição, afim de evidenciar a importância desse periódico, que não cumpre aqui a função de ilustração da temática.

O recorte para se trabalhar com o **Portugal Democrático** em sala de aula utilizado no **HISTOAR** privilegiou os editoriais, ainda que outras seções e o próprio jornal como um todo estejam presentes nessa proposta. As páginas digitalizadas dos editoriais selecionados seguem um critério temático, mais do que cronológico. A ideia foi trazer para o professor e, conseqüentemente para o trabalho com os alunos em sala de aula, os editoriais que mais refletissem as opiniões do periódico quanto a retomada democrática em Portugal. Como o **Portugal Democrático** era um jornal curto e direcionado, assim os textos veiculados acabam por refletir a opinião de seus colaboradores. No entanto, apesar de ser um jornal direcionado a combater o Estado Novo Português, os posicionamentos não partilham de uma visão única e, por vezes, uma mesma edição apresenta posições distintas para uma questão comum.

Por isso, uma seção está organizada dentro da ferramenta para abrigar os textos digitalizados das páginas selecionadas que serão disponibilizadas para o *download* e terão uma seção de comentário do editorial, além de textos adjacentes. O intuito é simples e poderá ser melhor visualizado a partir de um exemplo.

A edição 137 de fevereiro de 1969, traz um editorial denominado “Pela unidade e pela acção” e, em linhas gerais, discute as eleições que aconteceriam em outubro daquele mesmo ano, mas defende a não participação da oposição, no que o editorial chama de “farsa eleitoral”. A página digitalizada estará disponível, mas além disso estará disponível um arquivo textual do texto suprimido, com foco nas partes principais com indicações de contextualização do editorial e edições relacionadas a esse texto, para ampliar as possibilidades de trabalho do professor. Seguindo nesse exemplo, duas páginas estarão correlatas a essa e partem das edições 143 e 144 respectivamente e demonstram as alterações de abordagem dos editoriais a respeito do processo eleitoral. Na edição 143, o editorial retoma o processo promovido pelo governo da “decretação da ilegalidade das comissões eleitorais” e já na edição 144, o jornal vislumbra uma utilidade no processo eleitoral: o uso das eleições como mobilizador social através da abstenção eleitoral.

Apesar das páginas não serem discutidas nessa seção com mais profundidade, o objetivo é de ilustrar a proposta pensada para esse Objeto de Aprendizagem. Não é apenas trazer uma fonte de um periódico com representação, mas também facilitar a apropriação da discussão dos

textos e dos desdobramentos de uma pesquisa, sem ser necessário uma nova análise, pois assim esse OA não cumpriria a proposta de ser reutilizável.

No entanto, apesar de ser recortes feitos exclusivamente pensando na ferramenta **HISTOAR** e no melhor entendimento dos textos disponibilizados, não há uma tentativa de forçar relações textuais ou de promover temas que por ventura não apareçam de maneira aprofundada no referido periódico.

Após discutir a importância do periódico e da organização dos textos e informações dentro do OA, convém tratar da forma de contato dos alunos com as fontes históricas. A materialidade: o tipo do papel utilizado, as cores, o tamanho do jornal, dentre outras questões aparecem como fundamental na discussão da recepção dos textos dentro da sala de aula. Por um lado, pode-se optar por disponibilizar os arquivos a partir do formato .jpeg ou .pdf para a análise. Uma segunda alternativa é a impressão das páginas digitalizadas na tentativa de aproximar os alunos à materialidade mais próxima de quando foi produzido o documento. Entraves rondam as duas propostas, a primeira por perder a forma em que as leituras foram realizadas, devido a instrumentos de manipulação do arquivo pelo computador que transfiguram a relação com o documento. Quanto a segunda proposta, há outras questões, como, a impressão de um documento digitalizado não cumpre a mesma função do que um documento original, por diversas razões: como tipo de papel, tamanho da impressão, marcas da digitalização e etc.

Com isso, o entendimento do documento histórico como um indício do passado ou como um testemunho distinto da interpretação do historiador (ou dos próprios agentes históricos) torna-se problemático. A fonte histórica não perde seu caráter de evidência, mas esta palavra ganha novo significado como uma imagem que habita e faz ver – ou, nos termos de Vilém Flusser, imagina – o mundo. Encontra-se um paralelo no mundo antigo, no qual a energia, a capacidade de tornar o discurso vivo ao ponto de se acreditar tê-lo diante dos olhos, o que não deixa de ser uma espécie de remediação, indicava a “visibilidade do invisível, uma epifania, o surgimento do invisível no visível” (Silveira, 2016, p. 289).

Sabe-se que o Brasil é um país desigual e isso reflete no ensino e na estrutura das escolas. Nem todas as escolas do país possuem salas de informática equipadas com a quantidade de computadores necessários para uma atividade desse tipo. Além disso, outras ferramentas tecnológicas como projetores, aparelhos sonoros e acesso à internet também são limitados. Entretanto, apesar de todas essas questões serem levadas em consideração, optou-se que o acesso das fontes históricas e a consequente produção textual fosse realizada através do computador. Principalmente a respeito da análise das imagens, pois, desse modo, seria possível uma leitura mais dinâmica e prática em detrimento de uma cópia impressa da versão

digitalizada. O formato ideal certamente seria o de uma cópia da publicação impressa, mas como o acervo oficial foi levado para Portugal e não há registros de outro acervo disponível, entende-se ser esta, a de manipulação das páginas digitalizadas por meio do computador, o modo mais útil de se fazer a referida análise.

A educação básica pública, se molda através de currículos formais que ensinam o modelo neoliberal preocupado no aumento dos índices de desempenho e na perda da autonomia de alunos e professores. Dito isso, reconhece-se as dificuldades já citadas e que se relacionam com a estrutura escolar, desvalorização dos profissionais da educação e a escassez de investimentos mínimos, que permeiam a problemática da educação pública brasileira.

O Estado autocrático (...) demonstrou que não existiam “alternativas possíveis” dentro do capitalismo dependente. Foi, de novo, através de uma combinação das atividades práticas com o trabalho acadêmico que percorri esse último circuito, pelo qual consegui eliminar o impacto da condição burguesa e do radicalismo democrático burguês sobre minha própria reflexão sociológica. (Fernandes, 1977, p. 202)

Entretanto, a exposição da crítica dessas esferas e o reconhecimento da política implantada para a educação pública brasileira, não se desenvolve no sentido de exponenciar as dificuldades, que muitas das vezes são superadas no exercício cotidiano em que o professor tem de lidar, e sem recursos, o que pode parecer em certas ocasiões que a tarefa de subverter essa ordem não seja possível.

O que fazer? Defende-se aqui a organização e resistência dos professores-acadêmicos em diferentes níveis, por exemplo, através da estratégia de denúncia pública que organizou manifestos e contou com a composição de diversas entidades acadêmicas, assinando e publicando os textos.¹⁶ Entretanto, urge-se a organização dos profissionais da educação básica, principalmente, em questões que atravessam a vida escolar e se relaciona, por exemplo, a crítica de um sistema que impõe a exploração do homem pelo homem.

A escola é formada majoritariamente pelos estudantes, mas uma idiosincrasia do ambiente escolar é haver um indivíduo na função de ensinar, ainda que esse processo, não é verticalizado, tendo de um lado o professor com o conhecimento e o aluno adaptado a aprender. É conveniente esclarecer que a preocupação desses trabalhos se direciona principalmente para os profissionais do ensino público brasileiro, que está acostumado a que se espere de si um

¹⁶ Os manifestos citados são o “Manifesto em defesa da formação de professores” (14/12/2018) e “Nota sobre a Base Nacional Comum para Formação de Professores” (21/12/2018), sendo organizado por mais de oito instituições acadêmicas (ALBINO; SILVA, 2019, p. 149).

malabarismo pedagógico para suprir problemas gerados principalmente por um currículo formal do Estado, à mercê da iniciativa privada que não se escolariza nesses espaços.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **HISTOAR** é um Objeto de Aprendizagem voltado para o trabalho com fontes históricas dentro da sala de aula e a produção entre professores e estudantes de um jornal colaborativo a respeito do tema, “democracia”. O Objeto de Aprendizagem bem como os conteúdos presentes dentro da ferramenta, são baseados a partir do jornal **Portugal Democrático**, que circulou no entre os anos de 1956 a 1975 e se portou como uma das principais vozes da resistência internacional ao Estado Novo Português.

Nesse sentido, mais do que chamar atenção para um tema pouco discutido no Brasil, “Estado Novo”, ou levar a título de ilustração uma fonte histórica para sala de aula, como os textos do **Portugal Democrático**, esse trabalho recupera suas reflexões na produção do Objeto de Aprendizagem, na medida em que propõe a reflexão de um conceito formador da política contemporânea, “democracia” e que busca associar formas pedagógicas que também seja democrática, no sentido colaborativo e que abarca outros usos da ferramenta.

Além disso, procurou produzir ao longo das partes uma reflexão aprofundada, que compõem e cria uma base dos métodos e posicionamentos do trabalho, mas que também permitisse o acesso ao **HISTOAR** sem prévias instruções, para que o usuário entenda o projeto e, se houver interesse em sua utilização, recomenda-se a leitura das reflexões, tanto sobre o conceito e a atuação do jornal, quanto sobre a discussão detalhada da proposta e sua inserção a partir do currículo formal nacional.

A ferramenta foi construída em um software livre, chamado *Exelearning*, que se mostrou como um ambiente rico em recursos tecnológicos e didáticos, além de um ambiente intuitivo que permite ao usuário pouco habituado com linguagem de programação a desenvolver uma página web em formato *html* e anexar recursos e conteúdos a essa página.

O **HISTOAR** se inicia a partir da seção “Apresentação” que visa apresentar ao usuário o trabalho com as fontes históricas do **Portugal Democrático**, bem como um breve resumo da história do periódico e de sua função dentro da resistência internacional ao Estado Novo Português.

Na seção seguinte denominada “Estudantes”, preocupou-se em disponibilizar informações que pudessem ser acessadas pelos mesmos na apropriação da proposta e em dificuldades que possam surgir a partir de sua elaboração prática. Os materiais disponíveis se

encontram em outras três subseções: “Materiais de apoio”, “Glossário” e “Edições completas do **Portugal Democrático**”. Em “Materiais de apoio” podem ser acessados alguns links externos de filmes, músicas ou imagens que se relacionam com a proposta e, principalmente, a organização de vídeos criados exclusivamente para a plataforma para contribuir com o entendimento mais específico dos componentes presentes na proposta. Em “Glossário”, há um pequeno dicionário de conceitos históricos que estão presentes diretamente ou se relacionam com os textos escritos no **Portugal Democrático**, para que o usuário possa tomar conhecimento dos significados desses conceitos, a partir do próprio OA. “Edições completas do **Portugal Democrático**” reúne edições completas do periódico, trabalhadas nas atividades ou aquelas que representam um entendimento da história de criação ou de momentos importantes da história do jornal.

Da mesma forma, há uma seção denominada “Professores” e que concentra informações direcionadas ao trabalho proposto no **HISTOAR** para ser aplicado em sala de aula. Há uma sugestão de roteiro das atividades, inserindo os diversos arquivos a partir de uma sequência didática para se trabalhar as fontes históricas do **Portugal Democrático** e posteriormente, indicar formas de se construir o jornal online formados pelo professor e pelos demais estudantes.

Na seção “Baixe o arquivo de texto do **HISTOAR**” há uma seção que contém exclusivamente o presente texto para visualização e *download*, no intuito de contribuir para o usuário acessar o trabalho completo a partir do próprio OA.

Desse modo, acredita-se que o resultado final do **HISTOAR** tenha cumprido os objetivos a que se propôs, ainda que por vezes, tenha surgido caminhos de decisões difíceis, mas que ao longo do trabalho, foram se adaptando e adequando melhor entre intenção e produto final. Por fim, mas não menos importante um dos objetivos desse OA também é sua reusabilidade. Por isso, a ideia de adaptação da ferramenta está no cerne do projeto, onde professores e estudantes podem manipular os conteúdos de acordo com suas respectivas necessidades. Há uma intenção de que **HISTOAR** no futuro possa se tornar um repositório com mais fontes históricas e atividades disponíveis. Desse modo, acredita-se que o elo entre o saber do historiador e a visão de mundo de um estudante no caminho para se tornar um cidadão crítico da sociedade que o cerca, é o ponto fundamental da relação entre o saber acadêmico e a formação do indivíduo atuante na sociedade.

A proposta do **HISTOAR** busca ainda o desenvolvimento de uma plataforma comunitária e há a intenção de que o elo entre o OA e seus usos pelos professores consigam se aproximar através das redes sociais desenvolvidas para o periódico como o canal no *Youtube* “**HISTOAR**” e também de outras redes, onde as experiências possam ser visualizadas e aproximadas através de um trabalho plural com o intuito de promover outras plataformas conjuntas entre os educadores para democraticamente propor soluções para questões mais específicas do ensino de História e, principalmente, para a organização dos professores enquanto classe que somente unida conseguirá disputar mudanças na estrutura da educação brasileira com vistas a uma educação efetivamente democrática.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Eliane; FLORES; Maria Lucia. Objetos de Aprendizagem: conceitos básicos. *In*: TAROUCO, Liane; COSTA, Valéria da; ÁVILA, Barbára; BEZ, Marta; SANTOS, Edson dos (org.). **Objetos de Aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 12-28.
- ALBINO, Ângela; SILVA, Andréia da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.
- ALVES, Nilda. PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: Relações possíveis? *In*: AGUIAR, Maria Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes (org). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013.
- AZEVEDO, Ana Carina. O secretariado da Reforma Administrativa: Os anos iniciais de um projeto de reforma nos meandros da “Primavera Marcelista” (1967-1970). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 37, n.74, p. 591-621, mai/ago, 2021.
- BARRETO, José. Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n.105, p. 57-117, 1990.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BÔAS FILHO, Orlando Villas. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 108, p. 651-696, 2013.
- BOBBIO, Norberto. Quais alternativas à democracia representativa? *In*: _____. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 3. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia e as lições dos clássicos**. 16. reimp. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do estado ou Teoria do partido? *In*: _____. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- BRAGA, Juliana; PIMENTEL, Edson; DOTTA, Silvia. Processos e Metodologias para o Desenvolvimento de Objetos de Aprendizagem. *In*: BRAGA, Juliana (org.). **Objetos de Aprendizagem: metodologia de desenvolvimento**. Santo André: UFABC, 2014. p. 23-56.

BRAGA, Juliana; MENEZES, Lilian. Estratégias pedagógicas para Uso dos Objetos de Aprendizagem. *In*: BRAGA, Juliana (org.). **Objeto de Aprendizagem volume 1**: introdução e fundamentos. Santo André: UFABC, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone books, 2015.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. Unesp, 1997.

CABREIRA, Pamela Peres. **“Semeando ventos o governo colherá tempestades!”**: crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Dissertação (Mestrado em História), UFRRJ, Rio de Janeiro, 2017.

CALIL, Gilberto. Uma história para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de BNCC /História. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 39-46, 2015.

CERRONI, Umberto. **La prospettiva del comunismo**. 2. ed. Introd. Umberto Cerroni. Roma: Riuniti, 1960.

CHAVES, Viviane. **Spínola, “Portugal e o futuro”**: E a utópica comunidade luso afro brasileira. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2020.

CONCEIÇÃO, Thaís Teixeira Dias da. **“O obscurantismo salazarista”**: Exílio, periodismo e intelectualidade (Barradas de Carvalho/SP, 1964-1970). Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro, v.9, p. 33-47, 1979.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

FERREIRA, Ana Sofia Matos. O sistema eleitoral no Estado Novo: o papel do Presidente da República na estabilidade ou na ruptura do regime criado pela Constituição de 1933. **Revista da FLUP**, v. 9 n.2., p. 62-86, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. Ensino de História com uso de jornais: construindo olhares investigativos. **Travessias**, v. 5, n. 1, p. 531-560.

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIL, Carmen; PEREIRA, Nilton; PACIEVITCH, Caroline. Ensinar, pesquisar, ensinar: a experiência dos Mestrados Profissionais. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 8-32, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. Boitempo Editorial, 2020.
- GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**. Vitória, v.1, n.2, p. 174-190, 2016.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo; KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)**. São Paulo: Edusp, 1991.
- LEITÃO, Alfredo Moreno. **Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- LENIN, Vladímir. **O Estado e a Revolução**. Boitempo Editorial, 2017.
- LOMBARDI, José Claudinei. Educação e ensino em Marx e Engels. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 20-42, ago. 2010.
- MADEIRA, João Manuel Martins. O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: sectarismo, desvio de direita, Rumo à vitória (1949-1965), 2011.
- MANN, Michael. **Fascists**, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 135-154, 2017.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, 2010.
- MATOS, Maria Izilda de; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil o jornal Portugal Democrático: Questões e debates (1958-1977). **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 224-246, ago, 2014.
- MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade em Objetos de Aprendizagem In: BRAGA, Juliana (org.). **Objeto de Aprendizagem volume 1: introdução e fundamentos**. Santo André: UFABC, 2014, p. 91-106.
- MENDES, Pedro Emanuel. Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-36 jan./abr. 2020.

- MESTRINELLI, Terezinha. O jornal em sala de aula. **Linha d'Água**, n. 15, p. 77-90, setembro 2001.
- MILIBAND, Ralph. Fukuyama e a alternativa socialista. **New left review**, Londres, 193, p. 108-113, jun, 1992.
- NASCIMENTO, Adriano. Bobbio e a teoria marxista do Estado. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n.9. p. 9-32, 2009.
- NASCIMENTO, Gabriel. Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal O Estado de S. Paulo no início do governo Geisel. **Histórias públicas**, Belo Horizonte, ano. 1, v. 1, p. 209-231, 2023.
- PEDRO, Ketilin; CARVALHO, Dariel. Objetos de aprendizagem: um panorama da produção acadêmica nacional. **Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 414-433, mai./ago. 2018.
- PINTO, António Costa. **O salazarismo e o fascismo europeu**: problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- PORTUGAL DEMOCRÁTICO, São Paulo, 1956-1975. Irregular. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4740540>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. Aux bords du politique. Paris: Gallimard, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Salamandra Editora: Rio de Janeiro, 1984.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. “Tudo pela nação, nada contra a nação”: Salazar, la creación del secretariado de propaganda nacional y la censura. **Hispania**, v. 72, n. 240, p. 177-204, 2012.
- ROLLO, Maria Fernanda. Marcelo Caetano: política económica e modernização. **Espacio, Tiempo y Forma**, p. 115-144, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: para além da “teoria da curvatura da vara”. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.5, n.2, p. 227-239, dez. 2013.
- SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de História. In.: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Orgs.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre, p. 213-230, 2010.
- SEFFNER, Fernando. Aprendizagens em História. In.: **Teoria & Fazeres**: caminhos da educação popular. Gravataí, v.1, p. 34-37, 1998.
- SILVA, Douglas Mansur. **A ética da resistência**: os exilados antisalazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UNICAMP, Campinas, 2000.
- SILVA, Douglas Mansur. A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974. **Imprensa de Ciências Sociais**, Lisboa, 2006.

SILVA, Douglas Mansur. **Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil**. Formação e Transferência Cultural, Século XX. 2007, 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. *In*: LOPES, Marcos Antônio. (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan. jun. 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SARTRE, Jean Paul. **Situations II**. Paris: Gallimard, 1948.

TRAVANCAS, Isabel. Portugal Democrático: An Exiles Newspaper. **Brazilian Journalism Research**, p. 126-14, 2017.

TORGAL, Luís Reis. **Salazarismo, Alemanha e Europa**: discursos políticos e culturais. Coimbra, 1994.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. *In*: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

ZAVALA, Ana; SCOTTI, Magdalena (Orgs.). **Historias de la enseñanza de la historia**: Relatos que son... teorías. Montevideu: Productora Editorial, ClaeH, 2005.

ANEXOS

Figura 1 - primeira página, Portugal Democrático, n. 1, 07 de julho de 1956.

PORTUGAL

democrático

SAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MES

ANO I São Paulo, 7 de julho de 1956 N.º 1

Letras do novo português — 2.º pag. • Os livros portugueses — 3.º pag. • A situação da Nova República — 4.º pag. • O novo português — 5.º pag. • O novo português — 6.º pag. • Um novo português — 7.º pag. • O novo português — 8.º pag. • O novo português — 9.º pag. • O novo português — 10.º pag.

POSIÇÃO

Protesta o movimento das forças do povo que procura a sua libertação e a sua participação na vida política e social do país.

A liberdade e a democracia são os valores essenciais de qualquer povo que se queira desenvolver e progredir. O povo português não pode aceitar a situação de dependência e de submissão que lhe é imposta pelo regime atual. O povo português quer a sua liberdade e a sua participação na vida política e social do país.

O movimento das forças do povo que procura a sua libertação e a sua participação na vida política e social do país, é o movimento democrático. O movimento democrático é o movimento que luta pela liberdade e pela participação do povo na vida política e social do país.

O movimento democrático é o movimento que luta pela liberdade e pela participação do povo na vida política e social do país. O movimento democrático é o movimento que luta pela liberdade e pela participação do povo na vida política e social do país.

AS CARTAS PROIBIDAS DE ANTÓNIO SÉRGIO

Em agosto de 1954 o ministro da Educação português António Sérgio, escreveu ao ministro da Instrução pública francês de uma carta pessoal de natureza política, em que se referia ao ensino em Portugal. Respondeu o ministro francês ao Sr. Sérgio e a resposta foi publicada no jornal "O Estado de S. Paulo".

Esta carta foi publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e foi lida em voz alta no Parlamento português. A carta foi lida em voz alta no Parlamento português e foi lida em voz alta no Parlamento português.

O BISPO DE AVEIRO A FAVOR DA ANISTIA

O Bispo de Aveiro, D. António de Castro, declarou-se a favor da anistia para os presos políticos. O Bispo de Aveiro declarou-se a favor da anistia para os presos políticos e declarou-se a favor da anistia para os presos políticos.

O Bispo de Aveiro declarou-se a favor da anistia para os presos políticos e declarou-se a favor da anistia para os presos políticos. O Bispo de Aveiro declarou-se a favor da anistia para os presos políticos e declarou-se a favor da anistia para os presos políticos.

OS ESTADOS UNIDOS COMPLETAM A OCUPAÇÃO DOS AÇORES

Os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores. Os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores e os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores.

Os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores e os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores. Os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores e os Estados Unidos completaram a ocupação dos Açores.

ESTE NÚMERO NÃO, POR VISADO DA COMISSÃO DE CENSURA, EM PORTUGAL.



FORÇAS DO SUL. Manifestação em Alentejo de onde se retirou para a zona de fronteira da região alentejana.

Fonte: Autor (2023).